

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

ANDERSON DA SILVA FAGUNDES

**DECIFRA-ME OU TE DEVORO: a ética profissional no  
trabalho de assistentes sociais em tempos de precarização**

Porto Alegre

2022

**ANDERSON DA SILVA FAGUNDES**

**DECIFRA-ME OU TE DEVORO: a ética profissional no trabalho de assistentes sociais em tempos de precarização**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

**Porto Alegre**

**2022**

**ANDERSON DA SILVA FAGUNDES**

**DECIFRA-ME OU TE DEVORO: a ética profissional no trabalho de assistentes sociais em tempos de precarização**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 22 de junho de 2022.

---

Profa. Dra. Tatiana Reidel - UFRGS  
Presidente da Banca

---

Profa. Dra. Dolores Sanches Wünsch – UFRGS  
Membro Titular

---

Profa. Dra. Luciana Batista de Oliveira Cantalice – UFRN  
Membro Titular Externo

---

Profa. Dra. Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso- UNIFESP  
Membro Titular Externo

**Porto Alegre/RS  
2022**

### CIP - Catalogação na Publicação

Fagundes, Anderson da Silva

Decifra-me ou te devoro: a ética profissional no trabalho de assistentes sociais em tempos de precarização / Anderson da Silva Fagundes. -- 2022. 139 f.

Orientador: Tatiana Reidel.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Ética Profissional. 2. Precarização do trabalho. 3. Serviço Social. 4. Trabalho. I. Reidel, Tatiana, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedico este trabalho a todas/os as/os assistentes sociais que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária, sem a dominação e exploração de qualquer natureza.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, por todo o apoio e incentivo. Desde que saí de casa para alçar novos voos e buscar meus objetivos, vocês sempre estiveram ao meu lado e sempre foram meu alicerce. Tenham certeza de que são meus exemplos de vida! Agradeço, de forma muito especial, a minha mãe, Suely, e ao meu pai, Antônio Carlos. Também aos meus irmãos, Juliana e Fernando, meus sobrinhos Augusto Cesar, Julia e Luiza (ainda sendo gestada) e aos meus cunhados, Fernanda e Maicon.

De forma muito especial, agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Tatiana Reidel, por ter me iluminado neste processo de superação, crescimento e construção do conhecimento. A forma afetiva como ensina, questiona, envolve, inspira e transmite o conhecimento são verdadeiras cápsulas de esperança.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS) e ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social (GEPETFESS) por terem agregado tanto na minha formação.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Às professoras da banca examinadora, Profa. Dolores, Profa. Luciana e Profa. Priscila, por terem aceitado a tarefa de avaliarem e construírem este trabalho junto conosco desde a etapa de qualificação do projeto de pesquisa.

A todas/os as/os colegas do curso de mestrado e de forma especial aos amigos feitos durante esse período, Evelyn, Marina e Maurício. A pandemia nos fragilizou em muitos aspectos e um deles foi nos impossibilitar de ter trocas mais profundas, mas sei que nutrimos e encontramos possibilidades neste contexto caótico.

Às amigas e amigos da vida, por apoiarem e entenderem a ausência. Às/aos colegas de trabalho pelas profícuas discussões realizadas durante os momentos formais e informais.

Às assistentes sociais participantes do estudo por terem topado participar desta investigação e contribuírem para o processo de produção do conhecimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos no primeiro ano do curso de mestrado.

Enfim, minha gratidão a todas as pessoas que fizeram parte deste processo direta ou indiretamente.



*A minha mensagem é simples: mais do que uma geração tecnicamente capaz, nós necessitamos de uma geração capaz de questionar a técnica. Uma juventude capaz de repensar o país e o mundo. Mais do que gente preparada para dar respostas, necessitamos de capacidade para fazer perguntas.*

*Mia Couto  
Em "Os sete sapatos sujos"*

## RESUMO

O presente estudo sistematiza os resultados obtidos em pesquisa realizada no âmbito do mestrado acadêmico em Política Social e Serviço Social. Teve como objetivo geral analisar as expressões da ética profissional no trabalho de assistentes sociais com a finalidade de refletir sobre desafios e perspectivas para sua efetivação em consonância com o Projeto Ético-Político profissional. Deste modo, trata-se de uma pesquisa de campo e bibliográfica, caracterizada enquanto estudo exploratório-descritivo combinado e orientado pela perspectiva do método materialista histórico-dialético. Utilizou-se de questionário online para coleta das informações e posterior Análise de Conteúdo, frequência dos dados e estatística simples dos resultados, que conformam seu enfoque misto. O estudo contou com a participação de 168 assistentes sociais trabalhadoras/es de distintos municípios do estado do Rio Grande do Sul. O perfil é composto majoritariamente por mulheres, solteiras, autodeclaradas brancas, se identificam com a religião católica, cuidadoras, com idade entre 36 e 50 anos, graduadas entre 2011 e 2021, na modalidade presencial e com alguma pós-graduação lato-sensu. Ademais, aborda-se as questões relativas às condições e relações de trabalho e se constata que a maioria das/os participantes estão inseridas/os no setor público, por meio de concurso, nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, exercendo uma carga horária semanal entre 31 e 44 horas, cuja faixa salarial mais significativa foi a de 4 a 10 salários-mínimos. Também se evidencia as precarizações e dificuldades vivenciadas no cotidiano do trabalho, especialmente em tempos de pandemia, onde a maioria das participantes permaneceram em trabalho presencial, com condições éticas e técnicas reduzidas diante da complexificação dos desafios éticos impulsionados pelo contexto sanitário. Ao sistematizar as dificuldades e desafios para efetivação da ética no trabalho de assistentes sociais, infere-se que, por um lado, para a permanente produção de desgastes físicos e mentais, desencadeando processos de sofrimento no/do trabalho, gerando sentimentos de incompetência, insegurança e medo; e por outro lado, também faz com que se busquem alternativas para superação dos desafios, por meio de estratégias de resistências, sejam elas individuais e/ou coletivas. Em relação às estratégias utilizadas para o enfrentamento dos desafios éticos vivenciados no cotidiano profissional, foi possível constatar que 59,5% das/os participantes indicaram que são estratégias tanto individuais, quanto coletivas. Ao passo que 28% apenas coletivas, 7,1% apenas individuais e 5,4% nenhuma das alternativas. Assim, entende-se que para a construção de possibilidades reais de análise, resistências e superação de desafios no cotidiano do trabalho, há de se fortalecer os valores ético-políticos hegemonicamente defendidos pela categoria profissional por meio da participação em espaços coletivos, tanto da categoria profissional quanto dela articulada aos demais movimentos da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Ética Profissional; Precarização do Trabalho; Serviço Social; Trabalho.

## RESUMEN

Este estudio sistematiza los resultados obtenidos en la investigación realizada en el ámbito del máster académico en Política Social y Trabajo Social. Su objetivo general fue analizar las expresiones de la ética profesional en el trabajo de las y los trabajadores sociales con el fin de reflexionar sobre los retos y perspectivas de su aplicación en consonancia con el Proyecto Ético-Político profesional. Se trata, pues, de una investigación de campo y bibliográfica, caracterizada como un estudio combinado exploratorio-descriptivo y guiado por la perspectiva del método materialista histórico-dialéctico. Se utilizó un cuestionario en línea para recoger la información y el posterior análisis de contenido, la frecuencia de los datos y la estadística simple de los resultados, que conforman su enfoque mixto. El estudio contó con la participación de 168 trabajadores sociales de diferentes municipios del estado de Rio Grande do Sul. El perfil está compuesto mayoritariamente por mujeres, solteras, auto declaradas de color blanco, se identifican con la religión católica, cuidadoras, con edades comprendidas entre los 36 y 50 años, graduadas entre 2011 y 2021, en la modalidad presencial y con algún postgrado lato-sensu. Además, se abordan las cuestiones relacionadas con las condiciones y relaciones de trabajo y se constata que la mayoría de las participantes se insertan en el sector público, a través de concurso, en las áreas de Asistencia Social, Salud y Educación, ejerciendo una carga de trabajo semanal entre 31 y 44 horas, cuyo rango salarial más significativo estaba entre 4 y 10 salarios mínimos. También es evidente la precariedad y las dificultades experimentadas en el trabajo diario, especialmente en tiempos de pandemia, donde la mayoría de las participantes permanecieron en el trabajo presencial, con condiciones éticas y técnicas reducidas frente a la complexificación de los desafíos éticos impulsados por el contexto sanitario. Al sistematizar las dificultades y desafíos para la concretización de la ética en el trabajo de las trabajadoras sociales, se infiere que, por un lado, por la producción permanente de desgaste físico y mental, desencadenando procesos de sufrimiento en/del trabajo, generando sentimientos de incompetencia, inseguridad y miedo; y, por otro lado, también hace que se busquen alternativas para superar los desafíos, a través de estrategias de resistencia, ya sean individuales y/o colectivas. En cuanto a las estrategias utilizadas para hacer frente a los desafíos éticos experimentados en el día a día profesional, se pudo comprobar que el 59,5% de los participantes indicaron que se trata de estrategias tanto individuales cuanto colectivas. Mientras que el 28% era sólo colectivo, el 7,1% sólo individual y el 5,4% ninguna de las alternativas. Así, se entiende que, para la construcción de posibilidades reales de análisis, resistencia y superación de desafíos en el trabajo cotidiano, es necesario fortalecer los valores ético-políticos defendidos hegemonícamente por la categoría profesional a través de la participación en espacios colectivos, tanto de la categoría profesional como articulados con otros movimientos de la clase trabajadora.

**Palabras clave:** Ética profesional; Trabajo; Trabajo social.

## ABSTRACT

This study systematizes the results obtained from research carried out as part of an academic master's degree in Social Policy and Social Work. Its general objective was to analyze the expressions of professional ethics in the work of social workers in order to reflect on the challenges and perspectives for its implementation in line with the professional Ethical-Political Project. This is a field and bibliographical study, characterized as a combined exploratory-descriptive study and guided by the perspective of the historical-dialectical materialist method. It used an online questionnaire to collect the information and subsequent content analysis, data frequency and simple statistics of the results, which make up its mixed approach. The study involved 168 social workers from different municipalities in the state of Rio Grande do Sul. The profile is made up mostly of women, single, self-declared white, who identify with the Catholic religion, caregivers, aged between 36 and 50, who graduated between 2011 and 2021, in the face-to-face modality and with some lato-sensu postgraduate studies. In addition, issues relating to working conditions and relationships were addressed and it was found that the majority of participants were employed in the public sector, through competitive examinations, in the areas of Social Assistance, Health and Education, working a weekly workload of between 31 and 44 hours, with the most significant salary range being between 4 and 10 minimum wages. There is also evidence of the precariousness and difficulties experienced in daily work, especially in times of pandemic, where most of the participants remained in face-to-face work, with reduced ethical and technical conditions in the face of the complexification of ethical challenges driven by the health context. By systematizing the difficulties and challenges for the implementation of ethics in the work of social workers, it can be inferred that, on the one hand, this leads to the permanent production of physical and mental exhaustion, triggering processes of suffering at work, generating feelings of incompetence, insecurity and fear; and on the other hand, it also leads to the search for alternatives to overcome the challenges, through strategies of resistance, whether individual and/or collective. With regard to the strategies used to deal with the ethical challenges experienced in everyday professional life, it was possible to see that 59.5% of the participants indicated that they were both individual and collective strategies. 28% were only collective, 7.1% only individual and 5.4% none of the above. Thus, it is understood that in order to build real possibilities for analysis, resistance and overcoming challenges in everyday work, the ethical-political values hegemonically defended by the professional category must be strengthened through participation in collective spaces, both within the professional category and articulated with other working class movements.

**Keywords:** Professional Ethics; Precarization of Work; Social Work; Work.

**Lista de Quadros**

Quadro 1 - Sistematização do uso dos termos relacionados ao "respeito" 65

Quadro 2 - Níveis de alienação no/do trabalho 71

**Lista de Figuras**

Figura 1 - Principais dificuldades percebidas no cotidiano de trabalho 107

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Panorama da pesquisa bibliográfica	17
Tabela 2 - Período de conclusão da graduação	24
Tabela 3 - Modalidade de ensino na graduação	26
Tabela 4 - Nível de Formação	28
Tabela 5 - Identidade de Gênero	30
Tabela 6 - Autodeclaração de raça/cor (IBGE)	31
Tabela 7 - Compreensão sobre importância do PEPP para categoria profissional	60
Tabela 8 - Compreensão sobre a possibilidade de efetivação da dimensão ética da profissão mesmo quando os valores pessoais se contrapõem aos valores profissionais	61
Tabela 9 - Valores éticos pessoais x Valores éticos profissionais	62
Tabela 10 - Princípios do CE 1993 mais difíceis de consolidar no cotidiano do trabalho	67
Tabela 11 - Setor que trabalha	91
Tabela 12 - Área de trabalho	92
Tabela 13 - Forma de inserção no trabalho	93
Tabela 14 - Função exercida	94
Tabela 15 - Carga horária semanal	95
Tabela 16 - Faixa Salarial	96
Tabela 17 - Importância da ética profissional no cotidiano de trabalho	96
Tabela 18 - Condições técnicas e éticas para o trabalho (Conforme Res. CFESS nº 493/2006)	97
Tabela 19 - As estratégias adotadas para análise e superação de desafios são:	101
Tabela 20 - Participa de algum espaço político-organizativo?	102
Tabela 21 - Precarizações vivenciadas no trabalho.	103
Tabela 22 - Desafios éticos e impactos no cotidiano do trabalho	105

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 OS PRINCÍPIOS ÉTICOS E SUA RELAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO</b>	<b>32</b>
2.1 Breves perspectivas históricas e teóricas da ética profissional no SS brasileiro	33
2.2 O Código de Ética de 1993: perspectiva da ética no Serviço Social a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo	39
2.3 Ética profissional: dimensão normativa	47
2.4 Ética profissional: base para o exercício profissional e como possibilidade de tensionar a sociabilidade capitalista	51
2.5 Ética e sigilo	55
2.6 Adesão formal à ética profissional	58
2.7 Conjunto de valores adotados por uma profissão, que estão materializados em seus princípios éticos	64
<b>3 O TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS</b>	<b>68</b>
3.1 O trabalho enquanto categoria ontológica do ser social	68
3.2 O trabalho profissional no Serviço Social	72
3.3 O trabalho de assistentes sociais no cenário contemporâneo	78
3.4 A ética profissional em meio as condições e relações de trabalho do(as) Assistentes Sociais gaúchos	89
3.5 A dimensão ética no trabalho profissional das/os assistentes sociais	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>120</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>129</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>135</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado é pré-requisito para obtenção do título de mestre em Política Social e Serviço Social, através do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Política Social e Serviço Social (PPG/PSSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contudo, realizar este trabalho vai para além do cumprimento do pré-requisito, pois a trajetória acadêmico-profissional do mestrando revelou necessidades e possibilidades para o adensamento dos estudos no âmbito acadêmico, a fim de subsidiar e transformar o cotidiano do trabalho profissional, perfazendo a unidade-diversa no sentido da práxis.

Basta uma rápida conversa com colegas de profissão, em distintos espaços de debate, articulação, participação político-organizativa, ou uma analisada em fóruns, chats, grupos de redes sociais ou podcasts para perceber a intensa precarização no e do trabalho que incide nas condições e relações de trabalho da ampla classe trabalhadora. No entanto, é tema desse estudo o trabalho de assistentes sociais, os quais experimentam em seu cotidiano distintas formas da precarização social da vida e do trabalho, seja em relação ao vínculo empregatício, pela falta de suporte material para o desenvolvimento do trabalho ou pela constante produção de desgaste e adoecimento físico e mental ditadas pelo modo de produção capitalista, fazendo com que a relação fundante do ser social – leia-se, o trabalho – vire uma mercadoria em que nós, classe trabalhadora, nos vemos “forçados a se vender diariamente” (MARX; ENGELS, 2008, p. 19).

Entretanto, para análises pormenorizadas e que contemple a totalidade desses processos é necessária uma apreensão da ética e, conseqüentemente, da ética profissional, bem como sua adesão consciente aos princípios e valores éticos assumidos pela categoria profissional. Entende-se que estar consciente deste processo de contradições incide no reconhecimento da categoria profissional como sendo pertencente à classe trabalhadora e, nesse sentido, tais apreensões tornam-se relevantes para avaliação das formas que os processos de precarização incidem sobre a consolidação - ou distanciamento - dos valores assumidos pela profissão, manifestados explicitamente no CE de 1993 e que compõe o projeto e dimensão ético-política hegemônica do Serviço Social brasileiro, juntamente com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993) e as Diretrizes Curriculares

Nacionais (DCN) da Associação Brasileira de Ensino de Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996.

A partir dos questionamentos emergentes e com a entrada no mestrado acadêmico novas perspectivas se introduziram, sendo possível desvelar o objeto de estudo e ampliar o escopo da investigação, a fim de proporcionar respostas aos questionamentos já em curso. Através da inserção no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS) e no então Subgrupo Formação, Ética e Trabalho em Serviço Social (SUFETSS)<sup>1</sup>, foi possível a aproximação e participação de duas grandes pesquisas. A primeira diz respeito à pesquisa de pós-doutoramento da orientadora, Profa. Dra. Tatiana Reidel, a qual se intitula “As particularidades da dimensão ética na formação e no trabalho das/os assistentes sociais na Espanha” e tem como objetivo principal “analisar as particularidades da dimensão ética na formação e no trabalho das/os assistentes sociais na Espanha com vistas a promover reflexões a partir da realidade brasileira”; já a segunda diz respeito à participação, na fase final, da pesquisa<sup>2</sup> intitulada “Processos de trabalho e saúde de assistentes sociais nos serviços de Seguridade Social no Brasil”, coordenado pela Profa. Dra. Edvânia Ângela de Souza (UNESP/Franca).

Estes estudos foram ao encontro de inquietações e produções vivenciadas como assistente social que realizou residência multiprofissional em saúde (2018-2020) no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), com ênfase em Saúde da Criança, onde se realizou pesquisa e produção do Trabalho de Conclusão de Residência (TCR) e artigo<sup>3</sup> sobre o trabalho de Assistentes Sociais na Pediatria que evidenciou desafios vivenciados pela categoria na efetivação da concepção da saúde ampliada sob norte do PEP.

---

<sup>1</sup>O subgrupo de pesquisa se consolidou em 2022 enquanto Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social (GEPETFESS) e está credenciado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Nesta pesquisa nacional, compomos o GT Região Sul, sendo responsáveis por fazer a coleta e análise dos dados referentes aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Trabalho que está sendo desenvolvido em parceria com a Profa. orientadora e com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho (NEST), representado pelas Profa. Dra. Jussara Maria Rosa Mendes, Profa. Dra. Dolores Sanches Wünsch e a Dda. Tuane Vieira Devit.

<sup>3</sup> Cujo artigo de intitula Processos de trabalho coletivo em saúde e o trabalho do/a assistente social os fios (in)visíveis que materializam o conceito ampliado de saúde (FAGUNDES; WÜNSCH, 2021).

Tendo em vista a relevância dessas aproximações e adensamento teórico sobre o tema, salienta-se que houve um importante avanço da proposta apresentada inicialmente no processo seletivo para o mestrado, uma vez que o objeto foi se redefinindo mediante as discussões entre aluno-orientadora, as quais foram aprofundadas junto ao grupo e subgrupo de pesquisa de forma coletiva. Cabe ressaltar que com a participação nestas pesquisas tornou latente uma inquietação que já havia no mestrando, mas que não havia sido decifrada. Logo, enfatiza-se a necessidade de se pensar o trabalho profissional na perspectiva da ética profissional, situado nos marcos da sociabilidade capitalista, especialmente em tempos que se age e se fala em “nome da moral e dos bons costumes”, expressão do conservadorismo moderno que na trama das relações sociais “reforça como determinante comum o profundo caráter contrarrevolucionário e sua estreita relação com a manutenção da ordem.” (CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 314).

Deste modo, optou-se em realizar interlocuções com o envolvimento em outras pesquisas, inserindo novos questionamentos, especialmente no que tange aos desafios éticos postos no cotidiano de trabalho, delimitando o recorte do estado do Rio Grande do Sul. Ressalta-se que as pesquisas em que o mestrando se envolveu foram elementares para que o objeto de estudo fosse desvelado e, portanto, são propulsoras deste estudo. Ademais, ressaltar-se que os resultados preliminares das pesquisas acima mencionadas já estão sendo socializadas por meio de trabalhos publicados em Anais de eventos científicos da área<sup>4</sup>.

Além disso, faz-se importante mencionar a vivência do estágio docente (2021) na disciplina de *Ética em Serviço Social* ofertada para o Curso de Graduação em Serviço Social da UFRGS, onde foi possível por um semestre vivenciar à docência como estagiário e adensar estudos sobre a constituição da dimensão ética para profissão, resgatando elementos históricos e teóricos a longo das mais de oito décadas da profissão no Brasil.

O Serviço Social brasileiro tem fundamentos e mediações que são éticas e políticas, cujas determinações históricas são dadas pelas demandas que se lhe põe e

---

<sup>4</sup> No que se refere à pesquisa internacional houve a socialização dos resultados preliminares no seminário Conjuntura e Produção de conhecimento sobre Formação em Serviço Social na Pós-graduação, organizado pelo GEFESS/UFRGS, FORMASS/PUCRS e ABEPSS. Em relação à pesquisa nacional realizamos mesa coordenada no IX Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde (CONASSS) e apresentamos dados preliminares da região sul através do artigo intitulado “Assistentes sociais na Política de Saúde da região sul/Brasil: aproximações sobre condições de trabalho e saúde”.

pelas respostas da categoria profissional, em conjunturas específicas (BARROCO, 2010) e, portanto, questiona-se sobre as possibilidades para o exercício do trabalho de assistentes sociais, bem como a garantia dos direitos e deveres estabelecidos no Código de Ética (CE) e a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP).

Entretanto, garantir a direção profissional hegemônica se torna ainda mais desafiadora no contexto atual pois se vive a intensificação da precarização nos processos de trabalho, a exigência por profissionais polivalentes e multifuncionais que coaduna a uma crescente intensificação da exploração da força de trabalho, diminuição dos salários, empregos com vínculos de trabalho cada vez mais fragilizados bem como a regressão dos direitos trabalhistas. Destaca-se que,

[...] o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes — no caso brasileiro —, um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo. (BARROCO, 2015, p. 624).

As novas morfologias do trabalho<sup>5</sup>, formatadas em um contexto de crise do capital, estão sendo assumidas e incorporadas nos modelos de gestão do trabalho, redefinindo e intensificando o processo de exploração do capital e conformando desafios ético-políticos no cotidiano do trabalho. A par e passo desse processo de precarização da vida e do trabalho, surgem aparatos legais, expressos no âmbito das normativas, que reconhecem e legitimam o trabalho intermitente, o teletrabalho, trabalho autônomo, trabalho terceirizado e outras formas de exploração, que se expandem em inúmeras partes do mundo<sup>6</sup>. Ademais, visualiza-se que as contrarreformas incorporadas nos modelos de gestão do trabalho representam uma tendência na profissão – e fora dela -, “em um momento em que os direitos materializados em serviços, antes públicos, passam a ser assumidos pelo mercado, ou mesmo ainda, quando públicos, focalizados, restritivos, e seletivos pelo terceiro setor.” (CORRÊA; REIDEL. 2021, p. 147).

Parte-se do entendimento de que, ao longo dos anos, o Serviço Social brasileiro construiu um PEPP com bases na teoria social crítica e sua hegemonia fora conquistada nos marcos da última década do século XX; tal projeto demarca um

---

<sup>5</sup> Conferir Antunes (2005).

<sup>6</sup> Conferir Antunes (2015).

compromisso e vinculação com a classe trabalhadora, reconhecendo-a e reconhecendo-se como tal. Demarca também o compromisso com a luta por uma sociedade sem classes, com bases emancipatórias, cuja liberdade é um princípio ético e político fundamental.

Nesse sentido, a dissertação buscou responder ao seguinte **problema de pesquisa**: Como se expressa a ética profissional no trabalho de assistentes sociais e quais são os desafios e perspectivas para a sua efetivação? Diante deste problema de pesquisa, construiu-se as seguintes **questões norteadoras**: i) Qual é a compreensão acerca da dimensão ética no trabalho de assistentes sociais? ii) Quais os desafios éticos apresentados no cotidiano do trabalho profissional? iii) Quais as estratégias utilizadas para o enfrentamento dos desafios éticos e políticos vivenciados no cotidiano profissional?

Perante a inúmeros questionamentos, destaca-se em duas ênfases a relevância da pesquisa, sendo social e academicamente; com o presente trabalho buscou-se fomentar a discussão acerca da ética profissional no trabalho, dando subsídios para pensar os processos que se atravessam no cotidiano de assistentes sociais e acabam incidindo nas formas de exercer o trabalho profissional. Assim, com base nos valores éticos assumidos pela categoria, objetivou-se desvendar e refletir sobre os desafios éticos que são postos no trabalho bem como as estratégias vivenciadas pela categoria para efetivação dos valores contidos no CE e por sua vez também explicitados no PEP.

A dissertação também tem uma articulação e é um desdobramento da pesquisa de pós-doutorado no exterior da professora orientadora, o qual possui significativa relevância para a internacionalização do ensino superior. Deste modo, entende-se que este estudo tem potencial de contribuir socialmente para ambas as frentes: como um desdobramento de um estudo internacional, contribui para construção mediações entre pesquisa internacional e nacional e, conseqüentemente, com a internacionalização da pesquisa. No que se refere ao núcleo duro do estudo, possibilita o fortalecimento da discussão acerca da dimensão ética no trabalho profissional bem como os desafios postos no cotidiano do trabalho para a materialização dos valores éticos incorporados no CE da profissão.

Parte-se da apreensão de que o trabalho é categoria central e ontológica do ser social e, portanto, esta dissertação se propõe a realizar a mediação entre o

trabalho e a ética profissional no cotidiano profissional, com base nos achados e interpretação da pesquisa empírica e consequente articulação teórica, visando captar a essência dos fenômenos sociais.

No entanto, cabe destacar que a temática da ética, tem sido pouco abordada no âmbito acadêmico, especialmente no que se refere ao trabalho profissional de assistentes sociais. A partir da pesquisa bibliográfica realizada para elaborar a revisão de literatura dessa dissertação foi possível verificar a escassez de produções que abordam e relacionam as temáticas.

Utilizou-se a base de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* como campo de coleta. Os periódicos selecionados foram a Revista Serviço Social e Sociedade e Revista Katálisis durante o período de 2017 a 2021, ou seja, nos últimos cinco anos. Também utilizamos os Anais de dois eventos de notória relevância para a categoria, XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado em 2018; e XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 2019.

Na tabela 1 é possível observar o total de artigos publicados durante 2017 a 2021 nas revistas Serviço Social e Sociedade e Katálisis; o total de artigos com título e/ou descritores contendo “ética” e/ou “ética profissional” e na última coluna se demonstra o total de artigos que compuseram a amostra. A mesma lógica se aplica aos Anais dos eventos CBAS e ENPESS:

Tabela 1 - Panorama da pesquisa bibliográfica

	<b>Total</b>	<b>“ética” e/ou “ética profissional”</b>	<b>Amostra</b>
<i>Revista Katálisis</i>	280	10 (3,57%)	3
<i>Serviço Social &amp; Sociedade</i>	160	5 (3,12%)	4
<i>XVI ENPESS</i>	1064	9 (0,84%)	7
<i>XVI CBAS</i>	1732	18 (1,03%)	10
<i>Total</i>	3236	42 (1,29%)	24

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Observa-se que o índice de produção sobre o tema não ultrapassa 3% do total da ênfase das produções nos eventos ou periódicos; tal constatação pode ser observada em estudos preliminares e que reforçam a importância de aprofundar o estudo sobre a temática da ética profissional, uma vez “que o número de artigos encontrados parece ser pequeno se considerarmos a importância da temática para a formação profissional e a intervenção profissional.” (MATHIS et. al, 2021. p. 231).

Ademais, destaca-se que a amostra que compôs a pesquisa bibliográfica foi utilizada no sentido de contribuir para as reflexões desta dissertação, fundamentando as reflexões e análises desenvolvidas no corpo de seus capítulos, fornecendo subsídios para dialogar com os dados empíricos na discussão das categorias centrais tratadas nesta produção.

Essa lacuna na produção do conhecimento não é uma particularidade brasileira, pois por meio da participação na pesquisa de pós-doutorado da professora orientadora, fora possível inferir sobre este mesmo aspecto, mesmo que em caráter preliminar, pois a pesquisa ainda está em andamento. Nesta pesquisa foram analisadas todas as disciplinas ofertadas nos 38 cursos de Serviço Social na Espanha, chegando-se ao cômputo de 1565 disciplinas. Destas, 137 abordavam “ética” ou “deontologia” no nome, súmula, objetivo ou bibliografia da disciplina, correspondendo a apenas 8,75% da totalidade. Ou seja, este paradoxo de um tema nodal para a profissão também se expressa a nível internacional o que provoca ainda mais inquietações quanto a necessidade de investigação e produção de conhecimento sobre o tema.

Portanto, buscando responder a estes questionamentos e, também, colaborar com a diminuição dessa lacuna no campo da produção do conhecimento na área, a investigação a ser desenvolvida nesta dissertação busca **analisar como se expressa a ética profissional no trabalho de assistentes sociais com a finalidade de refletir sobre desafios e perspectivas para sua efetivação em consonância com o PEPP.**

Para o alcance deste objetivo, além da revisão bibliográfica em periódicos e anais de eventos da área, realizou-se pesquisa de campo, de nível exploratório-descritivo combinado, com abordagem mista, que tinha inicialmente a intenção ser realizada em duas etapas, utilizando dois instrumentos de coleta: questionário e grupo focal, ambos online. Compreende-se relevante destacar que a "pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, [...] ou descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles." (MARKONI; LAKATOS, 2003, p. 186). Sendo que a pesquisa bibliográfica foi utilizada com o “propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual referente ao tema” (GIL, 2017, p.28).

A escolha pelo estudo exploratório-descritivo combinado, partiu da premissa que se objetivava para além de criar familiaridade com a temática, o que caracteriza enquanto estudo exploratório, também, seguir para a etapa descritiva que consiste em identificar resultados significativos, ou não; resultados discrepantes; resultados surpreendentes; e, as diferenças entre grupos que compõem o universo da pesquisa (GIL, 2017).

Os dados obtidos no estudo foram analisados quantitativa e qualitativamente, combinando elementos de abordagem qualitativa e elementos de abordagem quantitativa com o propósito de ampliar e aprofundar o entendimento e a corroboração dos resultados. A frequência dos dados e a estatística simples dos resultados, que denotam seu cunho quantitativo, possibilitou o adensamento do estudo e significou uma importante estratégia para complementar e subsidiar as análises qualitativas.

A pesquisa foi fundamentada no método materialista histórico-dialético para desvendamento do fenômeno social mediante uma análise que parte da estrutura, ou seja, da realidade humana, e busca na história sua gênese mediada por fatores sociais, políticos, econômicos e culturais os quais compõem os fenômenos sociais, além da mediação entre contextos mais amplos e situações singulares que conformam a categoria da totalidade que, na perspectiva dialética, é um todo articulado, interconectado (PRATES, 2005).

Salienta-se que este método tem sua base no pensamento de Marx como proposta de método para análise do capitalismo e está estruturado em um tripé que sustenta todas as propostas que se filiam a esta perspectiva, sendo: teoria do valor-trabalho, ou seja, uma teoria capaz de demonstrar o caráter exploratório do capitalismo na sua relação para com o trabalho, o método dialético e a perspectiva de transformação do que está posto e da revolução. Portanto, afirma-se que este é um método cuja perspectiva não é apenas teórica, mas sim, teórico-política, tendo uma chave heurística para pensar a sociedade de classes, cuja é a luta de classes que, em determinados momentos, estão mais visíveis ou, em outros, em permanente efervescência (NETTO, 2021).

Outro aspecto fundamental advindo do método da pesquisa foi o reconhecimento de seu caráter ético-político, pois, como construção coletiva que parte da realidade dos sujeitos, mediando processos de reflexão e desvendamento, a eles deve retornar de forma crítica e criativa, proporcionando possibilidades para reflexão

e construção de novas proposições. Desta forma, o processo de pesquisa exigiu aproximações sucessivas entre a revisão teórica realizada e objeto de pesquisa materializadas a partir da aproximação e imersão no referencial teórico, com a entrada em campo de pesquisa, coleta das informações, análise do conteúdo e, para assim, retornar a ele materializada por meio dessa dissertação e produções futuras (KOSIK, 2002).

Partindo da perspectiva dialética a construção da categoria implicou “reconhecemos que a explicação e a realidade explicada não se constituem em conjunto. Se constituem ao mesmo tempo” (IANNI, 2011, p. 397). Nesse sentido, reafirma-se que este método de análise tem uma perspectiva crítica “no sentido de que a realidade social não é aceita como ela é dada, ela é questionada, interrogada de modo impiedoso.” (ibid., p. 399).

Este método pressupõe, necessariamente, uma pesquisa em profundidade, de modo que se trabalhe “todos os dados empíricos possíveis de serem obtidos, mas não se contenta com o ‘dado’ isolado, necessita da análise para remontá-lo no seu movimento constitutivo” (PRATES, 2003, p. 87). Portanto, a análise crítica do real requer tempo e exige sucessivas aproximações, análises reiteradas que ultrapassem o nível das aparências, não que estas não sejam importantes, porém não são suficientes. Portanto, foi necessário partir da aparência para o alcance das dimensões que não são visíveis, ou seja, a essência dos fenômenos sociais (IANNI, 2011). Reitera-se que a análise dialética é sempre uma análise crítica e se ressalta que,

[...] a categoria que se constrói é o resultado de uma reflexão obstinada, que interroga o real reiteradamente. E que desvenda do real aquilo que não está dado, não é imediatamente verificado. Inclusive, se coloca e recoloca sempre o problema de um contínuo retomar dos dados. (ibid., p.398).

Portanto, é nesta seara complexa que se construiu as categorias, cujo percurso buscou não deixar nada de lado, mas sim, incorporar elementos para análise. Nesse sentido, o processo de pesquisa se constituiu como “se a realidade fosse se tornando cada vez mais rica, mais complexa, mais viva.” (ibid., p. 398) e exigindo o desvendamento “do real que no caso é o modo capitalista de produção, dimensões, significados, tendências, que definitivamente não são dadas no nível dos acontecimentos vistos como fatos empíricos.” (ibid., p. 398). Outrossim, partiu-se da apreensão da totalidade, entendendo que esta “não é um todo dado, mas em

movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõe.” (PRATES, 2003, p. 87).

No que tange a amostra empírica, destaca-se que para o levantamento preliminar acerca do universo da pesquisa, foi utilizado o Relatório de Transição de Gestão 2019 do Conselho Regional de Serviço Social da 10ª Região (CRESS/RS), sendo constatado que naquele ano havia 9.461 assistentes sociais inscritos e ativos no estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, o cálculo da amostra foi realizado a partir de critérios estatísticos a fim de dar representatividade para o estudo. Utilizou-se o *software NetQuest*, seguido dos seguintes parâmetros: Tamanho da amostra estadual (N); Heterogeneidade de 50%; Margem de erro de 5%; e, Nível de Confiança de 80%, cujo cálculo para tais parâmetros era de uma amostra de 162 pessoas<sup>7</sup>.

Após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa<sup>8</sup> do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi dado início ao processo de coleta de dados via questionário online (Apêndice B), hospedado no Google Forms. A participação na pesquisa foi voluntária e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) foi disponibilizado em meio eletrônico, sendo que a participação no estudo só se deu após aceitar os termos constantes no TCLE.

A divulgação/convite para participação do estudo se deu através das mídias e redes sociais (grupos de WhatsApp, grupos do Facebook, compartilhamento no Instagram do Projeto de Extensão Multiplicando Saberes da UFRGS etc.). A coleta de dados atingiu a participação de 172 assistentes sociais, em um período de trinta dias. No entanto, se teve uma perda amostral de quatro participantes, haja vista que não atenderam ao recorte do estudo. Participaram desse estudo 168 assistentes sociais que estavam inseridos em diversos espaços sócio-ocupacionais em distintos municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Após a coleta das informações nesta primeira etapa, partiu-se para a segunda etapa da coleta que, devido as condições sanitárias impostas pela pandemia da Covid-19, também aconteceriam de forma remota. Eram elegíveis para este segundo momento aquelas/es assistentes sociais que manifestavam interesse, mediante

---

<sup>7</sup> Havia sido previsto no projeto de pesquisa que, caso houvesse um número de participantes superior ao cálculo amostral, seriam potenciais participantes do estudo, desde que atendessem aos critérios estabelecidos. Já aqueles que não atendessem aos critérios seriam excluídos da amostra.

<sup>8</sup> Aprovado pelo CEP/IP/UFRGS em 09 de julho de 2021, sob parecer nº 4.837.296 do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 48358521.5.0000.5334.

resposta no questionário, em participar do grupo focal. Das/os 168 assistentes sociais participantes do estudo, 136 responderam, naquele momento, *sim* ou que *talvez* participariam de um grupo focal caso fossem convidadas/os. Após investir por diversas vezes no contato com as/os participantes, não se obteve o retorno e, desse modo, não foi possível realizar o grupo focal.

Neste sentido, embora se compreenda a possibilidade de utilização da tecnologia como instrumento que possibilita o processo de coleta de dados em pesquisas que envolvem seres humanos, especialmente no contexto da pandemia, é relevante refletir as implicações geradas para categoria profissional, que é eminentemente feminina e que talvez já tenha passado 08 horas ou mais desenvolvendo seu trabalho (em muitos casos ainda na modalidade remota) e ter que participar de um processo de coleta online, em meio às atividades da casa e ou pessoas que dependam de seu cuidado. Assim, é necessário reconhecer a sobrecarga vivenciada por estas mulheres, trabalhadoras assistentes sociais, que mesmo tendo inferido no questionário o desejo de participar do grupo focal, podem não ter tido condições objetivas de fazê-lo. Indubitavelmente a realização do grupo focal proporcionaria maior robustez para o estudo e possibilitando aprofundar as análises; no entanto, entende-se que os dados do questionário são primorosos e possuem questões de notória relevância, que buscou-se desenvolver nesta dissertação.

A compilação e organização das respostas do questionário gerou um banco de dados contendo informações tanto qualitativas, quanto quantitativas sobre perfil, trabalho (condições e relações) e ética profissional.

Para a sistematização das informações quantitativas, utilizou-se de estatística simples com o auxílio do software IBM SPSS, a partir da criação de variáveis de análise de frequência descritiva simples. Ressalta-se que nesta etapa pode-se criar os quadros e tabelas, bem como cruzar informações importantes que dariam materialidade para análise e discussão das categorias empíricas.

No que se refere às informações qualitativas, utilizou-se de Análise de Conteúdo de Bardin (2016), que pressupõe a realização de três etapas<sup>9</sup>, denominadas de polos cronológicos. Na etapa da pré-análise realizou-se a leitura flutuante,

---

<sup>9</sup> A metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) pressupõe a realização das seguintes etapas: i) pré-análise, ii) exploração do material e iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

construído o corpus e preparado o material, constituindo-se como a fase de organização, que teve por objetivo “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2016, p.63); na etapa de exploração do material e tratamento dos resultados foram aplicados procedimentos manuais ou com operações através do computador utilizando o auxílio de software Word da Microsoft Office e do QSR NVivo, versão 10. Na etapa de inferência e interpretação dos resultados trabalhou-se de maneira a tornar as informações significativas, sendo este momento do processo de pesquisa em que foi possível realizar inferências e, de certa forma, adiantar interpretações, agrupando os dados conforme suas similitudes e diferenças, com base nos objetivos da pesquisa, para depois organizá-los em características comuns que dessem conta de responder aos questionamentos iniciais, mas também, trazendo novas informações da realidade profissional que foram sendo aprofundadas no decorrer da discussão das categorias empíricas, mediadas com uma vasta literatura, incluindo os estudos que compuseram a amostra da pesquisa bibliográfica.

No método expositivo adotado para constituição desta dissertação, foi considerada a relação dialética entre os achados e análise da pesquisa bibliográfica, bem como da pesquisa empírica realizada. Assim, os dados de ambas serão apresentados e dialogarão entre si, durante toda produção, sendo que nesta introdução se dará ênfase para explicitação do perfil do/das participantes deste estudo.

Com a finalidade evidenciar a caracterização dos sujeitos que participaram da pesquisa, serão apresentados a seguir elementos da identidade dos/as profissionais no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, destacando aspectos relacionados com a identidade dos/as profissionais de modo contemporâneo como faixa etária, identidade de gênero, pertença étnico-racial e religiosa, bem como importantes reflexões sobre o perfil desses participantes da pesquisa acerca de sua formação profissional.

No que se refere ao **perfil**, nesse estudo participaram assistentes sociais de 69 municípios do Rio Grande do Sul, tendo representação de 13,8% dos 497 municípios

do estado. As três cidades que tiveram maior representação foram Porto Alegre, Caxias do Sul e Passo Fundo, respectivamente<sup>10</sup>.

Em relação ao período de conclusão da graduação, verifica-se que 50,6% das/os participantes concluíram a graduação entre os anos 2011 e 2021, seguido de 41,1% que concluíram no período entre 2000 e 2010, o que totaliza 91,7% das/os assistentes sociais. Considerando que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS foram propostas no ano de 1996, verifica-se que 8,4% das/os assistentes sociais não se formaram, em nível de graduação, integralmente pela orientação das DC/1996.

Tabela 2 - Período de conclusão da graduação

	Frequência (n)	Percentual (%)
Antes de 1990	5	3,0
Entre 1990 e 1999	9	5,4
Entre 2000 e 2010	69	41,1
Entre 2011 e 2021	85	50,6
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Cabe destacar que a criação das diretrizes curriculares “são fruto de amplo e diversificado debate acadêmico em oficinas locais, regionais e nacionais” (IAMAMOTO, 2014, p. 615), tendo como antecedente a proposta do currículo mínimo proposta pela então Abess em 1979 e aprovada pelo MEC em 1982 que expressou “um processo de transição, parte da resistência acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada no país (1964-85) quanto ao Social Work, em sua difundida trilogia, composta por Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade” (ibid., p. 614). Cabe aqui mencionar que a proposta de currículo mínimo já demonstrava uma preocupação e uma resistência frente aos processos de contrarreforma <sup>11</sup>do ensino superior, com forte incidência e orientação dos organismos multilaterais.

<sup>10</sup> Cabe destacar que nestes três municípios existe cursos de Serviço Social, seja na modalidade presencial, à distância e semipresencial/híbrido, sendo que apenas em Porto Alegre há oferta no ensino público.

<sup>11</sup>Segundo Behring e Boschetti (2011, p.149), o termo reforma vem sendo empregado pelos defensores do projeto neoliberal e de contrarreforma do Estado no Brasil destituindo do mesmo o seu significado histórico e popular. As autoras lembram que o termo era utilizado pelo movimento operário socialista para designar suas estratégias revolucionárias, cujos objetivos eram melhores condições de vida e trabalho para os trabalhadores. Nesta perspectiva, em consonância com as autoras, compreendemos que reforma é uma herança da esquerda revolucionária e suas conquistas coletivas e populares,

Na década de 1980, as discussões sobre os fundamentos do Serviço Social brasileiro e na América Latina ganharam ênfase e centralidade, sendo, sobretudo, inspiradas na corrente da teoria social crítica, partindo da apreensão da

[...] história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. [O currículo mínimo de 1982] foi alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais. (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

A proposta de criação de diretrizes curriculares tendenciaram currículos mais flexíveis, requisitando a “definição do perfil do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas.” (ibid., p. 616), o que também fez com que surgissem novos desafios e requisições para a formação e trabalho profissional.

O acúmulo da categoria e amplos debates desencadeados em torno da revisão do currículo de 1982, culminam na revisão curricular da ABEPSS (1996) que incorporou valores éticos e políticos, constituindo-se como uma referência para o fortalecimento do projeto de Formação Profissional hegemônico e crítico, engendrado na teoria social marxista que orienta a direção social da profissão.

É na década de 1990 que a profissão adquire, de forma mais avigorada, condições éticas e políticas de se forjar a ampliação do debate, da produção teórica, da capacitação ética de novos/as profissionais, como elementos fundamentais para a construção e organização política da categoria na defesa de um projeto de Formação Profissional atrelado a um projeto de profissão e, não obstante, também a um projeto societário (MOREIRA; CAPUTI, 2016, p.106)

A década de 1990 é marcada pela contrarreforma do Estado e seus rebatimentos no ensino superior brasileiro, cuja política nacional de educação superior subordina a educação à acumulação do capital sob orientação mercantil, gerencialista e que precariza o ensino público. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação contribui

---

distinto do que está proposto no projeto citado. Portanto, para tratarmos da adoção do ideário neoliberal no país iremos adotar o termo “contrarreforma” que parece mais cabível num cenário de liquidação de direitos e conquistas. Para aprofundamento do tema sugere-se BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.

para a expansão da oferta da Educação na modalidade a Distância (EAD), ocasionando um crescimento desordenado e sem critérios.

Na atualidade verifica-se que, com a expansão do ensino EAD, bem como de suas variações, há de se questionar sobre as condições da formação profissional, bem como as expressões do conservadorismo na formação em tempos de reatualização - ou avanço - do conservadorismo, motivado pelas modalidades de formação, cada vez mais híbridas, “facilitadas” e aceleradas, voltadas para a demanda do mercado.

Nesse contexto regressivo, mais do que nunca se mostra imprescindível identificar os traços atuais do conservadorismo, como uma condição para seguir lutando contra seu espraiamento e em defesa das históricas conquistas do nosso Projeto Ético-Político. (BOSCHETTI, 2015, p. 646).

Constatou-se que 89,3% das/os assistentes sociais participantes do estudo se graduaram na modalidade presencial, enquanto 10,7% se graduaram na modalidade semipresencial ou EaD. Entretanto, atualmente não se sabe qual é a modalidade de ensino na graduação que mais forma assistentes sociais no estado do Rio Grande do Sul, pois não se encontrou nenhum dado ou censo que evidenciasse tal informação.

Tabela 3 - Modalidade de ensino na graduação

	Frequência (n)	Percentual (%)
Presencial	150	89,3
Semipresencial	17	10,1
EaD	1	0,6
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Por mais que o EaD tenha tido uma baixa representatividade no estudo, destaca-se que em 2007 foi ofertado o primeiro curso nesta modalidade no Rio Grande do Sul foi 2007, o que acompanha o processo de mercantilização da educação, pressupondo um modelo de formação pragmática e residual. Destarte, naquela época, ao mesmo tempo em que propagava e se assentava a perspectiva de ensino à distância no estado, também se acompanhava a criação de cursos de Serviço Social em Universidades públicas federais na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) em 2006, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 2008 e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2010. Assim, entende-se que, o

expressivo número de assistentes sociais participantes desta pesquisa, formadas/os a partir de então, pode estar relacionado à expansão do ensino em Serviço Social em Universidades públicas no estado. Entretanto, não se pode afirmar, pois, como mencionado anteriormente, não há nenhum censo que indique a modalidade de ensino das/os assistentes sociais inscritos e ativos no CRESS 10ª Região, conforme informação obtida em consulta à entidade<sup>12</sup>.

No âmbito da educação, houve um conjunto de elementos que contribuíram para a precarização do ensino e, conseqüentemente, da formação profissional em Serviço Social. A década de 1990 foi marcada pelo Estado como financiador do capital, criando apenas políticas focais, sem se avançar às bases na formulação e na execução das mesmas (LEWGOY; MACIEL; REIDEL, 2013). Período em que se destaca a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) em 1996, sendo que antes de sua implementação os cursos à distância eram permitidos como modalidade de formação complementar e de cursos técnicos; com sua regulamentação, abrem-se precedentes para os cursos na modalidade de educação a distância (EAD) no ensino superior, a partir da contrarreforma instaurada no governo Lula e posterior implementação dos cursos de Serviço Social nesta modalidade no ano de 2006 (LEWGOY; MACIEL; REIDEL, 2013). Diante deste contexto, se faz necessário “contrapor o neoliberalismo, buscando ultrapassar a lógica mercadológica que tem impactado diretamente o ensino superior através da fragmentação e da pulverização da formação profissional” (REIDEL, 2014, p. 35).

Destaca-se também que foi no Rio Grande do Sul, que se fundou a terceira escola de Serviço Social do país, sendo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 1945, e revela uma tradição no contexto da formação graduada e pós-graduada de nível local ao internacional. Ademais, antes do espraiamento do ensino a distância, o estado contou com instituições referenciadas, como a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), curso fundado em 1962 e ainda em atividade; Universidade de Caxias do Sul (UCS), curso fundado em 1976 e ainda em atividade; Universidade Luterana do Brasil (Ulbra/Canoas), curso

---

<sup>12</sup> Segundo dados informados pelo CRESS 10ª Região, via e-mail, o número total de assistentes sociais inscritos no CRESS 10ª Região é de 15344, sendo que o número total de profissionais ativos em março de 2020 era de 8396; o número de profissionais ativos atualmente, outubro/2021, é de 10425; ademais, no ano de 2019 tiveram 604 novos registros, ao passo que em 2020 tiveram 1298 novos registros e, durante o ano de 2021, até outubro, se tinha 898 novos registros.

fundado em 1983 em processo de extinção; Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), curso fundado em 1984 e ainda em atividade (E-MEC, 2021)<sup>13</sup>.

Na tabela 4 é possível verificar que a maioria das/os assistentes sociais possuem formação continuada, sendo que 62,5% informaram que possuem pós-graduação *lato sensu*, 17,9% possuem pós-graduação *stricto sensu*, destes 15,5% mestrado e 2,4% doutorado. Ou seja, 80,4% das/os participantes possuem nível de formação pós-graduada, enquanto 19,6% possuem apenas a formação graduada, o que também pode ser remetido ao princípio ético de “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993). Ademais, salienta-se que “o processo de formação profissional continuada é uma importante estratégia para a superação dos limites teórico-políticos mencionados em relação ao exercício e ao projeto ético-político profissionais.” (CARTAXO; SANTOS; MANFROI, 2012, p. 250).

Tabela 4 - Nível de Formação

	Frequência (n)	Percentual (%)
Graduação	33	19,6
Especialização	105	62,5
Mestrado	26	15,5
Doutorado	4	2,4
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Diante da notória relevância da educação continuada e da expressiva qualificação profissional das/os assistentes sociais cabe, em estudos futuros, identificar as áreas que se dão as pós-graduações, qual a modalidade do ensino e em quais linhas de pesquisa se vinculam, bem com quais seus objetos de estudo, a fim de identificar as tendências das produções de conhecimento do Serviço Social

---

<sup>13</sup> Conforme dados obtidos através do portal e-MEC, existem atualmente no estado do Rio Grande do Sul 57 cursos de Serviço Social em atividade, sendo que 14 são na modalidade presencial e 42 à distância, sendo que destas 42 instituições existem diversos polos em diferentes municípios. Destaca-se que muitos cursos estão adotando a modalidade de ensino híbrida, processo que já estava em curso com a oferta do ensino semipresencial, mas que foi intensificado no período da pandemia e que foi sendo incorporado nos currículos dos cursos.

brasileiro<sup>14</sup>. Sabe-se que a educação continuada não se dá apenas em nível de pós-graduação, pois o compromisso com a formação permanente se coloca, como uma possibilidade de reflexão acerca do trabalho profissional, possibilitando a construção de respostas aos desafios postos no cotidiano, desde que conte com “densidade teórica alinhada com os valores e princípios éticos da profissão em uma perspectiva emancipatória” (CARDOSO; NUNES; RODRIGUES, 2020, p. 77).

Em relação à faixa etária, 42,3% têm entre 36 e 50 anos, 36,3% entre 25 e 35 anos, 17,9% entre 51 e 65 anos, 3% entre 18 e 24 anos e 0,6% entre 66 anos ou mais, o que coaduna com a pesquisa de perfil realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (2005), não identificando uma mudança no perfil etário da categoria.

Em pesquisa realizada pela orientadora desta dissertação<sup>15</sup> sobre o perfil, formação e trabalho de assistentes sociais do estado do Rio Grande do Sul (RS), foi evidenciado que das 2930 assistentes sociais que responderam ao questionário (envolvendo 37% do contingente profissional ativo no CRESS 10ª Região neste período), e destes, 93,79% são mulheres, evidenciando também no estado do RS que ainda se apresenta a tendência histórica de uma profissão predominantemente feminina.

Na pesquisa realizada para esta dissertação, no que tange à identidade de gênero, verifica-se que os dados encontrados reiteram dados da pesquisa estadual anteriormente mencionada, 91,7% são mulheres (cisgênero e transgênero), 5,4% são homens cisgênero e 3% preferiram não declarar. Referente à orientação sexual, 88,1% se reconhecem enquanto heterossexuais, 4,8% bissexuais, 3,6% preferiram não informar, 2,4% lésbicas e gays, 1,2% pansexuais.

---

<sup>14</sup> Sobre a discussão das tendências e perspectivas da produção do conhecimento do Serviço Social, conferir LEWGOY; SOUZA (2018).

<sup>15</sup> Pesquisa Interinstitucional denominada “Perfil, Formação e Trabalho dos(as) Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul”, realizada no ano de 2019-2020 em parceria entre Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 10ª Região Gestão 2017-2020.

Tabela 5 - Identidade de Gênero

	Frequência (n)	Percentual (%)
Mulher cisgênero	153	91,1
Homem cisgênero	9	5,4
Mulher transgênero	1	0,6
Prefiro não informar	5	3,0
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Destaca-se que historicamente existe uma predominância feminina no Serviço Social, uma vez que a escolha profissional era fundamentada no sentimento de vocação e de amor ao próximo, o que também era um papel atribuído às mulheres. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Considera-se que,

[...] em seu processo histórico de consolidação no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, o Serviço Social teve como base os princípios da doutrina social da Igreja, que imprimiram na profissão um “espírito de apostolado”, configurando-a como uma profissão a ser exercida por mulheres, como uma “vocação”, com papéis específicos definidos pela sociedade para mulheres: o cuidado, a tutela, a ajuda, que por sua vez requerem abnegação, entrega de si, ser para os outros, enfim “naturalizando” a responsabilidade da profissão como uma carreira destinada majoritariamente a mulheres. (LISBOA, 2010, p.67)

Sabe-se, também, que “ao ser considerada uma profissão feminina pela divisão sexual do trabalho, o Serviço Social carrega, como uma das principais implicações, um baixo status social e baixos salários.” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 151).

A divisão sociotécnica e, sobretudo, sexual do trabalho convida a pensar sobre os papéis historicamente atribuídos a homens e mulheres no que se refere às possibilidades de participação dos processos de produção, de participação na vida pública e política, uma vez que ao homem cabia o papel de prover e às mulheres cabia administrar o lar, cuidar da casa e dos filhos.

Reforça-se que “a história do Serviço Social é atravessada, [...], pelas relações sociais de sexo, uma vez que essa profissão não está inserida apenas na divisão sociotécnica do trabalho, mas, também, na divisão sexual do trabalho” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 151). Os elementos históricos acerca das determinações do papel de gênero na sociedade capitalista (cis)heteropatrinal e racista dão subsídios para

apreender as bases que fundam a profissão, bem como o que foi – e o que é – historicamente requisitado para a profissão.

Aqui também se resgata o papel historicamente atribuído às mulheres, o de “cuidar”, pois, ao questionarmos se as/os participantes do estudo se responsabilizavam pelo cuidado de alguma outra pessoa no ambiente domiciliar/familiar, 54,2% (n = 91) informaram que sim<sup>16</sup> e 45,8% (n = 77) informaram que não. Sabe-se que,

[...] Embora o trabalho doméstico de cuidado da casa e das pessoas diga respeito a toda a sociedade, historicamente ele vem sendo atribuído, quase exclusivamente, às mulheres. O modo de produção capitalista construiu-se sobre a separação dos lugares e tempos da produção e da reprodução: aos homens coube o trabalho produtivo, extraluar, assalariado; às mulheres, o trabalho reprodutivo, aquele realizado no domínio doméstico e que abrange as tarefas relativas à reprodução da força de trabalho (DORNA, 2021, p. 3).

Em relação à autodeclaração de raça/cor, utilizou-se a classificação do IBGE<sup>17</sup>, sendo possível constatar que 76,8% das/os participantes se autodeclararam da raça/cor branca, 12,5% preta, 9,5% parda, 0,6% indígena e 0,6% amarela. Destaca-se que, por mais que a maioria se autodeclare enquanto branca, tem-se uma representação de 23,2% de autodeclaradas pretas, pardas, indígenas e amarelas que conformam o traço histórico da manutenção da “desigualdade racial que se expressa de forma mais aguda em precárias condições e relações de trabalho, contando com as taxas mais elevadas de desemprego.” (CORRÊA; REIDEL 2021, p. 144).

Tabela 6 - Autodeclaração de raça/cor (IBGE)

	Frequência (n)	Percentual (%)
Amarela	1	0,6
Branca	129	76,8
Indígena	1	,6
Parda	16	9,5
Preta	21	12,5
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

<sup>16</sup> A saber: 44% (n=74) informaram que são responsáveis pelo cuidado de crianças e/ou adolescentes, 7,1% (n = 12) pessoas idosas, 2,4% (m = 4) cuidam de mais de uma pessoa (criança + pessoa idosa) e 0,6% ser responsável pelo cuidado de animais de estimação.

<sup>17</sup> Sabe-se que a discussão de raça/cor não se define à classificação do IBGE, mas optou-se por utilizar a escala por ser utilizada em outras pesquisas na área das ciências sociais.

Em relação ao estado civil das/os participantes, verifica-se que 34,5% estão solteiras/os, 33,3% casadas/os, 19,6% união estável, 11,3% divorciadas/os ou separadas/os, 0,6% viúvas/os e 0,6% preferiram não informar. É mister evidenciar a influência da moralidade patriarcal e machista que influi sobre a sociedade, uma vez que a desigualdade de gênero se expressa, dentre outros, no mercado de trabalho e no lar, atribuindo, sobretudo às mulheres, a tendência de desempenhar múltiplas jornadas de trabalho.

Em relação à religião, observa-se que 58,9% (n = 99) praticam alguma religião, 38,1% (n = 64) não praticam nenhuma religião e 3% (n = 5) preferiram não informar. Dentre os que praticam alguma religião, observa-se que 20,2% (n = 34) são da religião católica romana, 15,5% (n = 26) espírita, 7,1% (n = 12) evangélica, 6% (n = 10) umbanda e demais religiões com representação menor (budista, candomblé, evangélica pentecostal, católica ortodoxa, outras). Tais informações são relevantes para refletir sobre os impactos que alguns valores religiosos podem ter com os valores profissionais, especialmente a temas ainda sensíveis na sociedade, a exemplo do aborto, identidade de gênero, orientação sexual, entre outros. Diante disso destaca-se a importância de garantir a laicidade do Serviço Social; não significando que a profissão seja anti-religião, no entanto o trabalho profissional não deve ser pautado em valores de cunho religioso (BATISTA, 2016).

Partindo da exposição realizada, pode-se dizer que a amostra deste estudo, se constitui majoritariamente por mulheres, solteiras, autodeclaradas brancas, se identificam com a religião católica, cuidadoras, com idade entre 36 e 50 anos, graduadas entre 2011 e 2021, na modalidade presencial e com alguma pós-graduação lato-sensu. O perfil “predominante” da amostra dá subsídios para discutir diversos marcadores que constituem a gênese e acompanham o desenvolvimento da profissão no Brasil, uma vez que a análise crítica de tais elementos conformam a identidade da profissão, que dialeticamente se constrói mediada pela divisão social, sexual e técnica do trabalho.

Os dados coletados junto a estas participantes da pesquisa e posteriormente analisados e refletidos de modo articulado com a pesquisa bibliográfica realizada, serão apresentados no desenvolvimento desta dissertação que se constitui de mais dois capítulos, além da introdução. No segundo capítulo discute-se sobre a dimensão ética no trabalho profissional, trazendo suas perspectivas históricas e teóricas no

âmbito do Serviço Social, abordando a relevância do PEPP e da perspectiva da ética no Serviço Social brasileiro a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo. Aborda também as distintas perspectivas sobre a ética profissional para as assistentes sociais participantes do estudo articuladas às três dimensões da ética profissional.

No terceiro capítulo discute-se o trabalho profissional no Serviço Social, trazendo elementos para pensar o cenário contemporâneo, bem como as condições e relações de trabalho no contexto da precarização social do trabalho e os rebatimentos nas possibilidades e desafios de materialização da ética profissional nos distintos espaços sócio-ocupacionais.

Por fim, se apresentarão as considerações finais, onde se retomarão as principais conclusões e achados deste estudo a fim de refletir sobre estratégias e possibilidades futuras para o adensamento da discussão acerca do trabalho, a partir da perspectiva da ética profissional.

## **2 OS PRINCÍPIOS ÉTICOS E SUA RELAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Neste capítulo será realizada uma aproximação com as distintas perspectivas teóricas da dimensão ética na profissão por meio de revisão de literatura sobre a temática da ética, mediada com a discussão acerca da ética profissional analisando, assim, o percurso histórico dos Códigos de Ética da profissão, os quais imprimem os princípios e valores éticos defendidos pela categoria em determinados períodos sócio-históricos, demonstrando a sua direção ética e política. Desse modo, as reflexões acerca da ética e Serviço Social possibilitam o adensamento da compreensão do ser social, na perspectiva ontológica, bem como sobre a profissão no contexto da divisão sociotécnica do trabalho e a direção social assumida pelo do PEPP.

### **2.1 Breves perspectivas históricas e teóricas da ética profissional no SS brasileiro**

A ética profissional não pode ser restringida ao CE, pois se entende que este representa uma das dimensões da ética profissional, carregando consigo os princípios e valores da profissão. Compreende-se que “resgatar o processo histórico permite assim entender, analisar e explicar os desafios que se colocam para a materialização

do projeto ético-político da profissão” (REIDEL, 2010, p. 150). Deste modo, no decurso histórico do Serviço Social brasileiro é possível constatar a elaboração de cinco Códigos de Ética: em 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993. Nesse sentido, afirma-se que a profissão é dotada de um caráter histórico, político e social do qual decorreram importantes processos de ruptura com suas bases conservadoras mediante processo de desenvolvimento e maturação do Serviço Social brasileiro.

No Brasil, o Serviço Social teve suas primeiras escolas em 1936 na Escola de Serviço Social em São Paulo<sup>18</sup> e em 1937 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), com influência franco-belga respectivamente. No período embrionário da profissão, tanto o tomismo quanto o positivismo possuíram influência na gênese e desenvolvimento da profissão.

A conjuntura nacional daquele período histórico foi determinante para que as escolas se fundassem naqueles espaços geográficos, pois houve deslocamento de forças produtivas necessárias para a manutenção da economia agrário exportadora, ocasionando o surgimento dos grandes centros urbanos, especialmente nestes estados, culminando uma nova configuração social demarcada, entre outros aspectos, pela crescente pauperização da classe trabalhadora. Ou seja, tal conjuntura forneceu as bases para a implantação do Serviço Social no Brasil (GUEDES, 2016).

Nos anos seguintes a profissão incorporou a teoria social positivista, com influência do *Social Work* norte-americano e a metodologia do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

[...] O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 1940, a avançar tecnicamente ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. (BARROCO, 2009, p. 09).

Constata-se que na institucionalização da profissão havia uma moralidade profissional com aspectos do conservadorismo romântico, onde comumente as assistentes sociais da época

[...] interpretavam que suas ações profissionais deveriam projetar-se para a construção de projeto político ancorado em reformas sociais, com vistas à correção do que interpretavam como desacertos na ordem natural da sociedade de forma a torná-la mais humana. (GUEDES, 2016, p. 31).

---

<sup>18</sup> Na década de 1970 foi incorporada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Entretanto, não se pode deslocar o Serviço Social que se instituiu no Brasil de um movimento global de gênese da profissão. A nível mundial o Serviço Social começou a se institucionalizar a partir de 1920, após a Segunda Guerra Mundial, o que demandou a elaboração de “códigos morais” para orientar a prática profissional, pautada na moralidade da Doutrina Social da Igreja Católica, mediada pela União Católica Internacional de Serviço Social (OLIVEIRA; CHAVES, 2017).

[...] A visão de homem e de mundo subjacente a esse Código é inspirada na filosofia neotomista, através da encíclica *Rerum Novarum*, que fundamentou o Código Social de Malinas, publicado em Bruxelas, Bélgica, em 1927, e que vai também influenciar a formação de diversos documentos em vários países europeus no sentido de orientar a fé e a moral cristã. Fundamentado em princípios metafísicos, a sociedade e as relações sociais econômicas e políticas são exortadas a realizar suas ações segundo as leis da fé. (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 147 - 148).

Com o desenvolvimento sócio-histórico da profissão o Serviço Social brasileiro construiu o seu primeiro CE em 1945, aprovado em Assembleia Geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) sob bases da Doutrina Social da Igreja Católica. Neste Código verifica-se que o cristianismo possuía forte influência na conduta profissional, cujas bases filosóficas advinham do neotomismo e “impunha-se na defesa do caminho do Bem; considerado verdadeiro porque sustentado em premissa metafísica; imutável.” (GUEDES, 2016, p. 32).

Em 1945 o CE definia que a “moral ou ética pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal.” (ABAS, 1947, p. 1). Também há a interpretação de que a ética profissional é a “moral aplicada a uma profissão”, o que denota uma compreensão de “deontologia do Serviço Social”, em uma perspectiva de regramento de conduta do corpo profissional.

Naquele período compreendiam que assistentes sociais não tratavam “[...] apenas de fator material, não se limita[m] à remoção de um mal físico, ou a uma transação comercial ou monetária: trata[m] com pessoas humanas *desajustadas* ou empenhadas no *desenvolvimento da própria personalidade*” (ABAS, 1947, p. 1, grifos nossos).

Em relação aos deveres profissionais pode-se verificar que assistentes sociais da época tinham o dever de:

1. Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus. (ABAS, 1947, p.1).

Tomando suas bases conservadoras, o projeto tradicional do Serviço Social brasileiro nasceu “vinculado ideologicamente à defesa do projeto social vigente, construindo, assim, um projeto profissional conservador estreitamente vinculado aos interesses sociais da burguesia e da Igreja Católica.” (CARDOSO, 2013, p. 115). Rememoremos que essa perspectiva fundante acompanha o processo histórico do Serviço Social, na formação e no trabalho, por décadas e, em determinados momentos, expressa período de avanço e reatualização do conservadorismo. Destarte, a vinculação da profissão à Igreja Católica indicava o viés na “defesa da tradição, da família, da hierarquia e da ordem.” (ibid., p. 115).

Cabe demarcar que o pensamento social da igreja católica criticava “os excessos do capitalismo”, contrariando-se e buscando alternativas ao modelo vigente através de uma “terceira via”, a qual não busca formas de amenizar os impactos deletérios do modo de produção capitalista, mas não rompe, de fato, com este modelo (ibid., 2013).

No que se refere ao CE de 1965, verifica-se que este se constrói nos marcos da autocracia burguesa e demarca a renovação do conservadorismo profissional, apoiada em na perspectiva do projeto desenvolvimentista. Ressalta-se que

[...] nesse processo de “modernização conservadora”, destaca-se como uma de suas tendências teórico-metodológicas o cientificismo. Ou seja, as necessidades do movimento de reprodução do capital, nos marcos da autocracia burguesa, impunham às profissões, e entre elas o Serviço Social, o aprimoramento dessas bases científicas. (GUEDES, 2016, p. 34).

O CE de 1965 não rompe com o pensamento social conservador, neotomista e positivista. Pelo contrário, intensifica-se o aporte neste último devido ao forte apelo à cientificidade. Neste Código também se introduziu, a partir de uma concepção liberal, princípios tais como o do pluralismo, justiça social e democracia.

[...] O conteúdo e os princípios do novo código [continuaram] tendo por base as influências dogmáticas do neotomismo. Prevalece a visão do homem como ser abstrato, universal e a compreensão da sociedade, na qual os fatos ocorrem isoladamente, como processos evolutivos que independem da ação humana. A solidariedade, o amor ao próximo e a doação permanecem sendo

os valores propulsionadores do Serviço Social. (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 151)

O Código preconiza, em seu art. 5º, o dever fundamental do/a assistente social “respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destinam a sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhe são devidos, tendo-se em vista o princípio da autodeterminação.” (CFAS, 1965, p. 2). Cabe ainda dizer que o Serviço Social, no bojo da renovação conservadora na profissão, se pauta em uma perspectiva que isenta a profissão de “a direção política crítica a qualquer projeto societário.” (GUEDES, 2016, p. 35).

O Serviço Social brasileiro até 1975 foi revestido pelas perspectivas conservadora, neotomista e positivista, verificando que no CE de 1975 se tinha um forte apelo ao personalismo. Nas palavras de Cardoso, “a expressão da concepção de sociedade com base no positivismo e a contribuição do assistente social na manutenção da ordem e da harmonia social, vinculada à ideia de bem comum e ao personalismo, expressa também a base do pensamento conservador” (CARDOSO, 2013, p. 165).

No CE de 1975 verifica-se um recuo em relação ao reconhecimento do pluralismo e da defesa da democracia. Tinha-se a compreensão de que a profissão deveria ser neutra, imparcial. Portanto,

[...] podemos afirmar que esse código “[...] não só reafirma o conservadorismo tradicional, mas o faz na direção de uma adequação às demandas da ditadura, consolidada a partir de 1968” (Barroco, 2001: 130), resgatando os valores humanista-cristãos presentes desde o Código de Ética de 1947 e apontando para a mesma teleologia presente nos dois códigos que o antecederam: a manutenção do *status quo*. (ibid., p. 166).

Desde o período de institucionalização do Serviço Social no Brasil até a década de 1970, a perspectiva tradicional/conservadora gestou o modo de ser da profissão, pautada em valores cristãos, do bem comum, da justiça social, da autodeterminação humana, entre outros. A partir de uma reflexão e de tensionamentos no interior da categoria começa-se a repensar a função social da profissão em uma sociedade marcada pela luta de classes, o que demonstra também, a luta por distintos projetos no interior da profissão do tradicional/conservador/fenomenológico ao emancipatório.

[...] As pequenas diferenças entre os 3 códigos anteriores a 1986 decorreram de mudanças realizadas na trajetória da profissão. O primeiro código (1947) - expressando a estreita vinculação do Serviço Social com a doutrina social da igreja católica – era extremamente doutrinário e subordinado aos dogmas religiosos; o segundo (1965) – revelando traços da renovação profissional no contexto da modernização conservadora posta pela autocracia burguesa (Netto, 1991) – introduziu alguns valores liberais, sem romper com a base filosófica neotomista e funcionalista; o terceiro (1975) suprimiu referências democrático-liberais do Código anterior, configurando-se como uma das expressões de *reatualização do conservadorismo* profissional (Netto, 1991) no contexto de oposição e luta entre projetos profissionais que antecederam o III CBAS de 1979. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 45).

No bojo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro distintos projetos de profissão permaneciam em disputa. A intenção de ruptura com o conservadorismo propunha a adoção de uma perspectiva emancipatória, estreitamente vinculada à tradição marxista, cujo vínculo se deu de forma gradativa e processual, inclusive no que tange a apreensão do método materialista histórico-dialético.

O CE de 1986 é, portanto, marcado pela ruptura com o conservadorismo, descaracterizando a tendência legalista e politizando a natureza dos documentos da categoria, tornando-os organicamente vinculados a um projeto societário mais amplo. Esse movimento requereu, então, uma nova ética e uma necessidade de comprometimento com os interesses da classe trabalhadora. O CE de 1986 foi fundamental para a mudança de paradigmas no Serviço Social, no que se refere e sua ruptura com o conservadorismo. Entretanto, cabe destacar que as tradições teóricas conservadoras tiveram grande influência no *ethos* profissional no período dos três primeiros Códigos de Ética (1945 – 1975), mas o rompimento com as bases conservadoras não incorre na afirmação de que inexistente conservadorismo no interior da profissão, pois entende-se que o conservadorismo, como pensamento social, está presente na sociabilidade capitalista e a possibilidade de sua superação no interior de uma profissão “é sempre relativa às possibilidades do momento histórico, dependendo de circunstâncias históricas favoráveis para restringir ou ampliar, ou se reatualizar sob novas formas.” (BARROCO, 2010, p. 99).

O CE de 1986 foi construído coletivamente pela categoria por meio de suas entidades representativas, através de comissões, debates, assembleias, seminários e encontros regionais e nacionais (CFAS, 1986, p. 7). Mediante este processo coletivo de deliberação o Serviço Social incorporou a identidade da classe trabalhadora, se

conhecendo como tal, criando seu PEPP articulado com um projeto societário mais amplo.

[...] O conjunto das conquistas efetivadas no CE de 1986 pode assim ser resumidos: o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial” dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter político da intervenção ética; a explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de “pessoa humana”; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 48)

Ressalta-se que “como decorrência dessa politização, a dimensão política da profissão foi explicitada de forma objetiva, como processo que exigia uma nova ética” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 47) que estivesse comprometida com as necessidades e interesses da classe trabalhadora. Portanto, para a criação dessa nova ética a profissão se pauta em uma visão histórica da realidade social, ancorada na tradição marxista, que “referia à superação do tratamento abstrato e a-histórico dos valores éticos” (idem., p. 48). Desta forma, o CE de 1986 foi de extrema importância para a consolidação do Serviço Social crítico, uma vez que foi somente a partir deste marco histórico que se rompeu com a perspectiva de “imparcialidade” e desvendou o caráter político intrínseco a toda a intervenção ética. Portanto, é a partir deste momento que o Serviço Social assumiu uma direção social para a profissão, ancorada na teoria social crítica, com saltos políticos inestimáveis, se reconhecendo enquanto classe trabalhadora e se comprometendo para a realização dos direitos e necessidades das populações usuárias.

O percurso desta perspectiva e filiação teórico-metodológica bem como a normativa, relaciona-se com o movimento histórico da profissão que culmina na perspectiva crítica marxista (adotada pela categoria e transposta no PEP, no CE de 1993 e nas DCN da ABEPSS de 1996), o qual passa a ser trabalhado no item a seguir.

## **2.2 O Código de Ética de 1993: perspectiva da ética no Serviço Social a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo**

Em 1993 se reformula o CE no Serviço Social brasileiro, fortemente marcado pela resistência ao neoliberalismo, momento em que se vislumbrava a “questão ética como tema de mobilização política da sociedade” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 49).

[...] As conquistas éticas de 1986 e 1993 pertencem, portanto, a um processo histórico movido em condições históricas mais ou menos favoráveis à negação do conservadorismo e à afirmação de valores emancipatórios, ora contando com uma base social mais ampla de sustentação, ora se mantendo na resistência política, em busca de estratégias de enfrentamento. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 52).

No processo de construção do novo código havia diferentes polos, um representado pela busca de avanço das lacunas deixadas no CE de 1986 e outro objetivava regredir (ibidem.). Com a instauração da Comissão Nacional de Reformulação do CE, decorreu um amplo processo de discussão e formação, tanto a nível regional e nacional, para posterior deliberação da proposta apresentada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). É necessário demarcar que o processo que antecedeu a promulgação do novo código foi, para além de político, educativo, sendo realizado entre 1991 e 1993 (BARROCO; TERRA, 2012).

Ressalta-se, também, que até esta década não havia discussões sobre a ética profissional no Serviço Social e, com exceção dos CE, se utilizavam produções de outros autores para a discussão da temática. A partir deste período é que se começa a estudar e produzir literatura sobre a temática, calcados na tradição marxista, onde produto dos Seminários Nacionais realizados entre os anos anteriores foram publicados em um livro produzido coletivamente, e que se consolida como sendo base para estudos sobre a ética profissional no Serviço Social brasileiro a partir daquele momento histórico<sup>19</sup>. Também se destaca que era incipiente a discussão sobre a ética profissional e foi a partir daquela década em que se começaram os estudos sobre uma ética histórica e crítica, acompanhada das discussões sobre os Direitos Humanos.

Barroco (2010) evidencia a construção de uma nova moralidade profissional das/os assistentes sociais no Brasil a partir da análise da trajetória sócio-histórica do debate da ética profissional e do processo de ruptura com a ética tradicional. A autora explicita a importância da obra de György Lukács para o processo de renovação ética no Serviço Social, fundado na ontologia social de Karl Marx. Destaca-se também as contribuições da autora na reflexão sobre os fundamentos ontológicos do Código de Ética de 1993. Destaca-se que a formulação deste código “significou a pretensão de, ultrapassando formulações a-históricas e acríicas, tornar-se referência para

---

<sup>19</sup> A saber: Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis (BONETTI et al., 1996, 1. ed.).

intervenção profissional em busca de satisfação das necessidades sociais.” (FORTI; FERREIRA, 2018, p. 5).

O Código de Ética profissional é um dos referenciais para a materialização do PEP, “[...] nos seus princípios e concepção fundante define um Projeto Ético-Político dissonante do projeto de sociedade vigente” (REIDEL, 2010, p.151). Esse processo de maturação reflete na formação profissional, com a construção das DCN da ABEPSS de 1996, a qual é construída a partir dos três núcleos de fundamentação e representa importante avanço em relação ao currículo mínimo de 1982 pelo seu rompimento com o paradigma de fragmentação de história/teoria/método, dando espaço para a discussão da disciplina de fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. Nas DCN de 1996 ver-se-á que “pesquisa e ética são entendidas como pressupostos básicos, tendo caráter transversal a todas as disciplinas e conteúdo, diante da concepção da formação de um profissional com postura investigativa e ética consolidadas.” (CARDOSO, 2017, p. 451).

Compreende-se que este projeto só é passível de materialização através da articulação de suas entidades organizativas; organização esta que envolve os profissionais, as instituições que o formam, os pesquisadores, docentes, estudantes da área, seus organismos corporativos assim como a articulação com a sociedade civil através da classe trabalhadora. Também se destaca que é impossível pensar nesta materialização sem problematizar as questões de base teórica e metodológica que fundamentam o próprio Projeto Ético-Político profissional [...] (REIDEL, 2010, p. 105).

Busca-se, portanto, uma relação de transversalidade da ética em relação ao trabalho e formação, a partir do entendimento que a ética é uma capacidade humana “posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor é objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre.” (BARROCO, 2010, p. 19). A ética crítica deve ser apreendida em uma perspectiva de

[...] mediação entre as esferas e dimensões da vida social, e atividade emancipadora, a ética é situada em suas várias formas e expressão: a moral, a moralidade, a reflexão ética e a ação ética como exercício de liberdade ou, como quer Lukács, como “ação virtuosa”, apontando-se para a sua conexão como a práxis política e para suas formas alienadas, no âmbito da vida cotidiana. (BARROCO, 2010, p. 19).

Portanto, a ética é permeada por concepções teóricas, sociais, políticas, culturais que conformam diferentes morais; a moral, enquanto objeto da ética, possui um caráter sócio-histórico e diz respeito a um “conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social dada. O seu significado, função e validade não podem deixar as diferentes sociedades” (VÁZQUEZ, 2018, p. 37). Nesse sentido o autor vai dizer que a

[...] função social da moral consiste relações entre os homens (entre os indivíduos e entre o indivíduo e a comunidade) para contribuir assim no sentido de manter e garantir uma determinada ordem social. É certo que esta função também se cumpre por outras vias mais diretas e imediatas os concretos, como, por exemplo, pela via do direito. (VAZQUÉZ, 2018, p. 69).

A moral implica, portanto, “uma relação livre e consciente entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade. Mas esta relação está também socialmente condicionada, precisamente porque o indivíduo é um ser social ou um nexos de relações sociais.” (VAZQUÉZ, 2018, p. 70). Já “a ética parte do fato da existência da história moral, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de morais no tempo, com seus respectivos valores, princípios e normas. (VAZQUÉZ, 2018, p. 22). Ou seja, é a partir da moral que se dão as possibilidades de reflexão ética. Ainda sobre a distinção de moral e ética, enfatiza-se que

[...] A primeira é um sistema mutável, historicamente determinado, de costumes e imperativos que propiciam a vinculação de cada indivíduo, tomando na sua singularidade, coma essência humana historicamente constituída, com o ser social tomado na sua universalidade. A ética, por seu turno, é a análise dos fundamentos da moral, remetendo compulsoriamente à reflexão filosófica ou metafilosófica. (NETTO, 2012, p. 28)

Em relação à ética profissional, compreende-se como

[...] um modo particular de objetivação da vida ética. Suas particularidades se inscrevem na relação entre o conjunto complexo de necessidades que legitimam a profissão na divisão sociotécnica do trabalho, conferindo-lhe determinadas demandas, e suas respostas específicas, entendidas em sua dimensão teleológica e em face das implicações ético-políticas do produto concreto de sua ação. (BARROCO, 2010, p. 67).

A ética profissional é uma dimensão da profissão que se vincula organicamente às dimensões teórica, técnica, política e prática. Ainda, segundo Barroco (2010),

existem três dimensões que compõem a ética profissional, sendo i) *dimensão filosófica* que diz respeito às bases teóricas que fundamentam a reflexão ética que permite a apreensão dos valores, princípios e modos de ser ético-morais, oferecendo as bases para uma concepção ética, ii) a *dimensão do ethos profissional*, ou o modo de ser da profissão, que concerne à moralidade profissional que expressa a consciência moral de seus agentes objetivada na teleologia profissional, reproduz uma imagem social e cria expectativas e também concerne ao produto objetivo das ações profissionais individuais e coletivas, ou seja, suas consequências ético-políticas e iii) a *dimensão normativa*, cuja é objetivada no CE onde consta suas normas, direitos e deveres e possíveis penalidades. Portanto,

[...] A ética profissional é tomada, em suas particularidades, como expressão: de um ethos sociocultural e profissional, da moralidade profissional, de suas bases teóricas e filosóficas, do produto concreto de sua prática, de sua normatização. Tais particularidades são situadas na relação entre as suas demandas ético-políticas e as suas respostas, em cada momento histórico. (BARROCO, 2010, p. 19 – 20).

Cabe retomar que a nova ética incorporada ao Serviço Social tem suas bases na teoria social crítica, pautada em uma perspectiva emancipatória e em contraposição à demanda que se colocava à profissão na época. Conforme Cardoso (2013), “sua marca será o posicionamento político frente ao Estado autoritário burguês na luta pelo fim da ditadura e na referência de construção de um projeto anticapitalista” (p. 181).

Ademais, compreende-se o CE como um documento que expressa um

[...] conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional. (BARROCO, 2009, p. 14).

Deste modo, o CE é um produto coletivo, cuja função é educativa e orientadora do comportamento ético profissional, que representa a autoconsciência ético-política da profissão. Traz em seu corpo os valores e princípios profissionais, as responsabilidades, direitos e deveres e trata da relação para com usuários, instituições e outros profissionais. Tendo caráter normativo, também prevê sanções e

multas caso ocorra a violação do código e tenha esse entendimento a partir de análise de processo ético disciplinar.

O Código e a reformulação curricular de 1982 são marcos de um mesmo projeto que pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional. [...]. É importante salientar que já não aparecem as simplificações anteriores, como o mecanicismo, o moralismo, o voluntarismo ético-moral; o que se deve ao amadurecimento teórico e político da vertente em questão, especialmente pelo recurso às fontes do pensamento de Marx [...] (BARROCO, 2010, p. 170).

O CE de 1993 avançou nos limites teórico-filosóficos do CE de 1986, mesmo que este último demarque a ruptura com o conservadorismo na profissão, havia lacunas de operacionalização no cotidiano do trabalho (SANTOS, 2018). Em relação ao CE de 1993, este

[...] dispõe de um caráter de obrigatoriedade, ao estabelecer direitos e deveres do assistente social segundo princípios e valores humanistas, guias para o exercício cotidiano. Destacam-se: o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia da socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores. (IAMAMOTO, 2009, p. 45).

Ademais, cabe destacar que o CE DE 1993 foi construído articulado a direção sociopolítica que se vincula ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de qualquer natureza e se funda em

[...] uma ontologia do ser social, assentada no trabalho, adota como princípios fundamentais a democracia e o pluralismo; posiciona-se em favor da igualdade e da liberdade; baseia-se em um aprofundamento teórico permanente no sentido de vincular suas dimensões teleológica (finalidade) e ontológica (transistórica). (ABRAMIDES, 2019, p. 35).

Deste modo, é mister evidenciar os avanços em relação à discussão e aprofundamento da dimensão filosófica da ética profissional e de seus fundamentos ontológicos, os quais foram destacados nas DCN de 1996, considerando que a ética

deve ser transversal à formação profissional. Contudo, a questão da ética profissional se complexifica especialmente no que tange à relação o modo de ser profissional, pois,

[...] é nessa dimensão que se encontram os maiores conflitos e contradições da profissão. É necessário considerarmos, por exemplo, questões como: as demandas sócio-históricas e ideopolíticas colocadas para a emergência do Serviço Social; os valores adquiridos pelos agentes profissionais durante a socialização primária e que estão, na sua grande maioria, em sintonia com a moral dominante da sociedade brasileira; a atual conjuntura econômica, política e social do Brasil; e as novas demandas colocadas aos profissionais e à formação profissional. (BONFIM, 2015, p. 13 – 14).

É necessário destacar que apesar dos “[...] valores assumidos pela profissão estarem contidos no código de ética de 1993, a dimensão ética do projeto profissional não se limita ao código; ela é transversal, e precisa perpassar toda dimensão profissional” (REIDEL, 2010, p. 46). Deste modo, torna-se relevante pensar a questão da ética profissional para além do desejo individual de vinculação a um projeto profissional, pois se entende que as possibilidades concretas que se expressam no cotidiano do trabalho também incidem sobre as possibilidades de materialização orgânica do PEPP da profissão e influem no modo que a ética profissional se consolida e dá sentido para a ação profissional. Assim, a ética só se efetiva se for dotada de sentidos que sejam, efetivamente, vividos pela categoria profissional. Heller (2016) ao indagar a vivência de valores e princípios éticos, compara a ética à filosofia:

[...] todo filósofo deve viver seus pensamentos; as ideias que não forem vividas não são efetivamente filosóficas. Semelhante princípio prevalece com especial vigor no caso da ética, e ainda mais particularmente no caso da ética marxista. A ética marxista é uma práxis, não pode existir sem uma realização prática sem se realizar na prática de algum modo. (HELLER, 2016, p.136).

Alguns estudos têm apontado uma preocupação em relação à adesão formal do PEPP e, conseqüentemente, da ética profissional<sup>20</sup>, cuja condições concretas para apreensão deste projeto profissional emancipador dependem de múltiplos aspectos, a exemplo dos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, bem como das possibilidades de formação de qualidade e inserção de profissionais nos espaços sócio-ocupacionais.

---

<sup>20</sup> Conferir Sobrinho; Lima (2018).

Vale destacar que essa preocupação também advém dos reflexos decorrentes do avanço do conservadorismo e do fascismo que, diante da crise do capital, faz com que sejam objetificadas em expressões de um neoconservadorismo e neofascismo, as quais penetram no interior na sociedade, ou seja, em sua estrutura, as quais são reproduzidas em “níveis diversos na vida cotidiana, inclusive nas relações de trabalho nas quais atuamos como assistentes sociais” (BARROCO, 2022, p. 20).

O neoconservadorismo consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo. Do conservadorismo clássico, preservam-se a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal. [...] Do neoliberalismo, conservam-se a não interferência do Estado na economia, o empreendedorismo, a meritocracia, o privatismo, o combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais (Barroco, 2015). Propostas neofascistas encontram ressonância num tempo em que o emprego é escasso e a competição toma o lugar da solidariedade; em que a barbárie dissemina o ódio e a desumanização; em que a brutalidade passa a ser virtude política e o irracionalismo apela aos piores instintos e às reservas de animalidade que brotam no indivíduo, na sociedade capitalista [...]. (BARROCO, 2022, p. 13).

O enfrentamento do neoconservadorismo e neofascismo possuem um caráter político na profissão que estão imbricados através de dois aspectos que se relacionam dialeticamente. Conforme Barroco (2009), se faz necessário que a organização política da profissão esteja fortalecida e renovada, o que pressupõe uma forte incidência e trabalho de base junto às entidades de representação, unidades de ensino, profissionais e discentes; por outro lado, avalia que só será possível avançar, no sentido de consolidar politicamente o PEPP, se houver uma base social de sustentação, ou seja, torna-se fundamental a articulação com os demais setores da sociedade, a exemplo dos movimentos sociais, partidos políticos, associações profissionais, entidades de defesa de direitos etc., tendo em vista que as transformações da profissão também são reflexos das transformações na sociedade e vice-versa. No entanto, há de se ter compreensão que existem limites para a luta profissional, uma vez que envolve dimensões que superam os próprios limites da profissão na sociedade de classes.

Portanto, há que se ter capacidade crítica capaz de “decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las.” (IAMAMOTO, 2015, p. 80) e, portanto, requer competência teórica, técnica e ético-política capaz analisar e ser fiel o movimento do real, a fim de que o “como” e “o que

fazer” não estejam subordinados ao “dever ser” da profissão (ibid., 2015), sendo imprescindível a articulação das dimensões profissionais, no sentido de captar, resistir e formular estratégias de enfrentamento.

No ano de 2022 o país computa mais de 200 mil assistentes sociais, sendo a “grande maioria (90%) composta por mulheres em sua diversidade: negras, indígenas, brancas, quilombolas, periféricas, com deficiências, lésbicas, bissexuais, cis e trans, das cidades e do campo” (CFESS, 2022). Diante desse enorme contingente profissional, diante dessa tensão entre trabalho assalariado, demandas e necessidades dos usuários e a relativa autonomia profissional e considerando a heterogeneidade profissional, como manter uma unidade na diversidade em relação ao projeto profissional. Ou melhor, como manter a hegemonia do PEPP?

Acredita-se que esse é um debate caro ao Serviço Social e vem sendo realizado há, no mínimo, três décadas e meia e que não é passível de esgotamentos; o neoconservadorismo constitui esse vetor de erosão das bases do projeto profissional e “vem conferindo verniz de legitimação a concepções e práticas que, invocando este projeto, tendem efetivamente a pô-lo em questão.” (NETTO 2016 apud GOIN, 2019, p. 10).

No entanto, esperar é necessário pois,

[...] o momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia nos horizontes de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 2015, p. 17).

Os valores éticos de uma profissão só se consolidam quando vivenciados no âmbito de situações concretas. Quando não se percebe esta transposição da perspectiva abstrata e teórica para aplicação direta, pode-se incorrer na minimização da apreensão desta dimensão. Assim, não raras às vezes, percebe-se a adesão ao PEPP de forma restrita, ficando no campo meramente formal ou de reprodução de um conteúdo prescritivo que se afasta do que compreende essencialmente o *ethos* profissional.

Refletir sobre os percursos e percalços vivenciados a partir da precarização do trabalho e os impactos que se colocam a assistentes sociais em seu cotidiano é considerar, também, os desafios postos na perspectiva de materialização dos valores

éticos defendidos pela categoria. Nesta perspectiva, entende-se a ética como uma capacidade humana posta pela capacidade de agir de forma consciente.

Deste modo, é possível dizer que não existe uma receita pronta, ou um panfleto explicativo, com o conceito de PEPP. Existe sim uma orientação que se destina a uma emancipação política e humana, e que tem na Teoria Social Crítica de Marx, seu embasamento teórico metodológico como fundamento que visa à transformação social. Com a direção social do projeto profissional vinculado à classe trabalhadora, com vistas a uma nova ordem societária de supressão do capitalismo (REIDEL, 2010).

Sendo assim, as categorias tratadas neste estudo se entrelaçam e dialogam para que se aprofunde a investigação sobre a dimensão ética no cotidiano de trabalho de assistentes sociais compreendendo seu vasto campo de desafios, ao mesmo tempo que dê perspectivas na direção da consolidação do PEP.

Com a finalidade de refletir sobre as categorias analíticas que emergiram do processo de análise de conteúdo da pesquisa, que contemplam as dimensões da ética profissional, bem como dos valores e princípios éticos da profissão, o PEPP do Serviço Social e sua aproximação – ou distanciamento – à perspectiva hegemônica da profissão. Sendo assim, apresenta-se a seguir as **distintas perspectivas sobre a ética profissional para as/os assistentes sociais trabalhadora(e)s no âmbito do estado do Rio Grande do Sul.**

### **2.3 Ética profissional: dimensão normativa**

A ética é uma capacidade humana “posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor é objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre.” (BARROCO, 2010, p. 19). A ética é permeada por concepções teóricas, sociais, políticas, culturais que conformam diferentes morais; e a moral, enquanto objeto da ética, possui um caráter sócio-histórico e diz respeito a um “conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social dada. O seu significado, função e validade não podem deixar as diferentes sociedades” (VÁZQUEZ, 2018, p. 37).

Em relação à ética profissional, compreende-se como

[...] um modo particular de objetivação da vida ética. Suas particularidades se inscrevem na relação entre o conjunto complexo de necessidades que

legitimam a profissão na divisão sociotécnica do trabalho, conferindo-lhe determinadas demandas, e suas respostas específicas, entendidas em sua dimensão teleológica e em face das implicações ético-políticas do produto concreto de sua ação. (BARROCO, 2010, p. 67).

A ética profissional é uma dimensão da profissão que se vincula organicamente às dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Entretanto, percebe-se que pode haver um ocultamento, ou uma redução, acerca da amplitude da dimensão ético-política no cotidiano do trabalho, de modo que as mediações necessárias para a análise e intervenção acabem se dando a partir de apenas uma dimensão da ética profissional ou, ainda, haja um processo que dá maior evidência para a dimensão normativa do que para as demais.

A ética profissional é uma das dimensões de um projeto profissional, que no caso do projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro, vincula-se a um projeto societário direcionado à construção de uma nova sociabilidade, radicalmente oposta à sociabilidade do capital. Nesse sentido,

[...] ética e projeto profissional não são sinônimos, bem como não podemos reduzir a ética profissional ao código de ética, tratando-se de uma compreensão mais ampla de uma *práxis* que envolve valores, ações, e instrumentos jurídicos que constituem um *ethos* (modo de ser) profissional. (CARDOSO; TORRES, 2016, p. 185).

Através deste estudo, é possível inferir que uma parcela das participantes concebe a ética profissional como sendo um conjunto de normas e regras a ser seguido/adotado no exercício da profissão, sendo capaz de “regular” o comportamento e conduta profissional, de modo em que se respeite hierarquias e usuários. De forma objetiva, percebe-se uma preponderância na perspectiva de ética profissional com caráter normativo.

Conforme a P07, ética profissional “é agir conforme ditames legais e constitucionais no exercício da profissão, com respeito a hierarquias e aos usuários do serviço.”; já para a P155, ética profissional está relacionada ao ato de “**cumprir com leis** que regem profissão e os direitos do usuário.”

Percebe-se, que algumas falas denotam uma perspectiva moralista sobre “o que pode” e “o que não pode fazer”, bem como do que é “*aceitável*” ou “*não aceitável*” no exercício profissional, não fazendo referência à reflexão ética que antecede toda a ação profissional realizada. Conforme a P145, a ética profissional “é **ter confiança**

**que sua atividade profissional está de acordo com o correto** e princípios fortalecidos. **É ser verdadeiro!**". Também há uma preocupação elevada em relação ao exercício profissional "baseada na lisura e dentro das normativas legais" (P50), bem como nas "**normativas que regulam o comportamento e conduta** profissional." (P63), com a segurança de que seja possível "**seguir as normas**, ter responsabilidade, pontualidade e ser respeitado por todos, sem distinção de função." (P73).

Ademais, as informações revelam a concepção de ética profissional relacionada somente ao Código de Ética profissional, como pode se observar na fala da P71: "Ética profissional é **trabalhar em acordo ao Código de Ética** Profissional.". Cabe destacar que o Código de Ética é um produto coletivo, cuja função é educativa e orientadora do comportamento ético profissional e representa a autoconsciência ético-política da profissão. Traz em seu corpo os valores e princípios profissionais, as responsabilidades, direitos e deveres e trata da relação para com usuários, instituições e outros profissionais. Tendo caráter normativo, também prevê sanções e multas caso ocorra a violação do código e tenha esse entendimento a partir de análise de processo ético disciplinar.

Sem pretensão de minimizar a importância deste instrumento jurídico-normativo para o exercício profissional, ratifica-se que essa discussão precisa, necessariamente, se dar para além do Código de Ética, entendendo que este é um instrumento da profissão, ou seja, nele está convencionada a materialização de uma construção coletiva que foi realizada a partir de um processo histórico da profissão e de um amplo e notório processo de amadurecimento da categoria, desde sua perspectiva teórica, ética e política na sociedade de classes, em especial no contexto brasileiro, a partir do entendimento das particularidades da formação sócio-histórica do país.

O atual código de ética não é um livro de receitas ou um dogma e sim um parâmetro jurídico embasado por referências teóricas críticas, filosóficas e políticas que devem nortear o trabalho profissional diante de situações concretas, com seus limites e possibilidades. Nesta direção, ele é um recurso, um instrumento de trabalho fundamental no trabalho profissional. Ou seja, a perspectiva ética e normativa do código só se legitima na medida em que seus valores e princípios são incorporados, de forma consciente, autônoma e responsável pelos sujeitos profissionais. (KILDUFF; FERNANDES; SIMAS, 2018, p. 7-8).

Mediante a notoriedade e centralidade dada pelas/os respondentes à dimensão normativa da ética profissional fica evidente uma corrente cuja apreensão sobre a ética profissional adota uma perspectiva deontológica, ou seja, a ideia se funda a partir da apreensão de um conjunto de normas e regras a serem seguidas, o que se contrapõe, à ideia de uma ética profissional como *práxis*, ou seja, expressão da relação dialética entre teoria e prática.

Também é possível relacioná-la à discussão da ascensão do Estado penal em detrimento do Estado social, reflexo da pressão e incorporação do neoliberalismo enquanto projeto político, econômico, cultural e moral. Portanto, em tempos tão adversos é “mais correto seguir normas” trabalhar dentro da “lisura normativa” para que não incorra em uma penalização.

Este processo deve ser analisado a partir do “contexto da crise do capital, a qual afeta todas as instâncias da vida social” (BRISOLA, 2012, p. 131) e à luz de uma apreensão teórica que forneça os subsídios necessários para interpretação crítica da realidade, a qual expressa a crise estrutural que atinge todos os países capitalistas - sejam eles de capitalismo central ou periférico – e influem em todas as dimensões da vida e nas formas de objetivação da vida social, através dos sistemas políticos e jurídicos, na ética, estética, educação e nas conquistas civilizatórias (GUERRA, 2017). Portanto, está se falando de uma crise que atinge todos os âmbitos da vida e das relações humanas, desde o econômico, político até o moral e civilizatório (HOBBSBAWN, 1995).

#### **2.4 Ética profissional: base para o exercício profissional e como possibilidade de tensionar a sociabilidade capitalista**

Outra categoria que emergiu da análise das informações demonstra a ética profissional enquanto base para o direcionamento do exercício profissional e como possibilidade de tensionar a sociabilidade capitalista.

[...] A ética profissional é tomada, em suas particularidades, como expressão: de um ethos sociocultural e profissional, da moralidade profissional, de suas bases teóricas e filosóficas, do produto concreto de sua prática, de sua normatização. Tais particularidades são situadas na relação entre as suas demandas ético-políticas e as suas respostas, em cada momento histórico. (BARROCO, 2010, p. 19 – 20).

A ética profissional é um produto sócio-histórico e, no caso da ética profissional do Serviço Social, se tem um acúmulo muito importante que torna nítido o processo de amadurecimento da profissão e de sua perspectiva teórico-política. Cabe retomar que a ética incorporada ao Serviço Social a partir de 1986, com a edição de seu quarto Código de Ética, tem suas bases na teoria social crítica, pautada em uma perspectiva emancipatória e em contraposição à demanda que se colocava à profissão na época. Sendo que “sua marca será o posicionamento político frente ao Estado autoritário burguês na luta pelo fim da ditadura e na referência de construção de um projeto anticapitalista.” (CARDOSO, 2013, p. 181).

Entretanto, é com a edição do quinto Código de Ética, em 1993, que foi possível avançar nos limites teórico-filosóficos do Código de Ética de 1986, mesmo que este último demarque a ruptura com o conservadorismo na profissão, havia lacunas de operacionalização no cotidiano do trabalho (SANTOS, 2018). Em relação ao CE de 1993, este

[...] dispõe de um caráter de obrigatoriedade, ao estabelecer direitos e deveres do assistente social segundo princípios e valores humanistas, guias para o exercício cotidiano. Destacam-se: o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia da socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores. (IAMAMOTO, 2009, p. 45).

Através das informações obtidas no estudo, fica nítida a apreensão da ética profissional vinculada ao projeto profissional hegemônico. Portanto, há uma vinculação aos princípios adotados pela categoria profissional e que estão expressos no PEPP da profissão e no Código de Ética de 1993. Conforme uma participante do estudo, a ética profissional trata de:

**Um conjunto de recursos necessários ao ser social, no processo de sociabilidade. Sintetizam a direção sócio-histórica da profissão, construída coletivamente, traduzindo-se em orientações e instrumentos a serem observados por assistentes sociais. Destaca-se que o compromisso político na construção de outra sociabilidade, pautado em valores**

**emancipatórios, é central para se pensar a ética no âmbito do Serviço Social.** (P69).

Nesse sentido, Santos (2018) refere que “o projeto profissional é constituído dos valores do Serviço Social e mais ainda: por seus objetivos, saber teórico e objetivos que conformam a imagem da profissão.” (p. 147). No caso do Serviço Social brasileiro, há um entendimento sobre a importância de o projeto profissional estar vinculado a um projeto societário emancipatório, que vá ao encontro da luta por uma nova ordem societária e, nesse sentido, é possível inferir que a ética profissional também se torna “a ancoragem ético-política no enfrentamento a ordem social hegemônica” (P159). Verifica-se que há uma afirmação das competências e atribuições de assistentes sociais no exercício cotidiano profissional no direcionamento de suas ações pautadas pelo PEPP do Serviço Social.

No entanto, em uma realidade concreta em que há,

A apropriação do Estado pela lógica do capital – que não é nova, mas persiste acentuada – traz para a profissão desafios como lidar com contratações precarizadas, frágeis condições de trabalho, baixos salários, desregulamentação profissional, metas meramente quantitativas e definidas sem a participação da população. (CRESS/RJ, 2013, p. 5)

Tais medidas influem, e de certa forma, redirecionam a formação e o trabalho profissional. Ademais, “é **considerar que nosso trabalho produz transformações concretas** na vida das pessoas e precisamos estar orientadas por um conjunto de princípios profissionais (e normas) que visam a **garantia de direitos e a emancipação humana.**” (P133), pois, afinal, o trabalho profissional está situado nas relações sociais que incidem nos modos e meios de vida da classe trabalhadora, sendo necessário aprender a essência dos fenômenos e atender as necessidades sociais da população usuária, por meio do asseguramento dos direitos sociais sob múltiplos aspectos. Yazbek (2018) indica que o trabalho profissional pode

[...] produzir resultados concretos em diversas esferas: nas condições materiais, sociais, políticas e culturais da vida de seus usuários; em seu acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens; em seus comportamentos e valores; em seu modo de viver de pensar; em suas formas de luta e organização; e em suas práticas políticas de resistência. (YAZBEK, 2018, p.49).

Ou seja, a partir das relações sociais no trabalho é possível construir e fomentar resistências à questão social nas suas múltiplas dimensões, sejam elas materiais, espirituais, culturais e subjetivas. Partindo desse pressuposto, o papel da ética profissional, especificamente a perspectiva ético-política do projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro, assume um patamar relevante, haja vista sua potencialidade para tensionar as bases da sociedade capitalista. Assim, por mais que se tenha uma vinculação orgânica ao projeto de profissão, a materialização dos princípios éticos não é uma simples transposição, ademais esse processo é recheado de mediações, conflitos e contradições.

Nesse sentido, se destaca a divisão sociotécnica do trabalho e a condição de assalariamento da classe trabalhadora onde a ética profissional torna-se uma mediação importante e, de certa forma, indispensável no cotidiano do trabalho, como pode ser visto na fala da participante da pesquisa ao se referir ao significado da ética profissional:

“É desempenhar minhas atribuições com base nos valores que eu acredito, embasadas pelo código de ética da profissão que escolhi exercer e defender. É entender que eu **desenvolvo minha prática profissional com relativa autonomia**, pois vendo minha força de trabalho e enquanto profissional assalariada e **tenho compromisso com a instituição que me contratou, mas isso não pode ir de encontro ao compromisso assumido com os usuários, e com a defesa dos direitos.**” (P151)

Partindo desse dado empírico, cabe destacar a contribuição de Iamamoto (2015) quando menciona sobre as possibilidades de “imprimir uma direção social ao exercício profissional do assistente social” (p. 220), face à relativa autonomia posta aos trabalhadores. Portanto,

[...] a efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal [...]; as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático [...], que sofrem profundas metamorfoses sociais em tempo de capital fetiche. (IAMAMOTO, 2015, p. 220).

Pondera-se que a relativa autonomia não pode ser vista como uma limitação ao exercício profissional, mas sim como uma um desafio que possibilita articular

vivências cotidianas mediatizadas pelos saberes, a fim de que no horizonte sejam vislumbradas alternativas de construção coletiva contra a hegemonia do capital.

Conforme a fala da P23, é possível refletir sobre o tempo presente, haja vista a tensão contraditória vivida e sentida no cotidiano profissional, diante o avanço do neoconservadorismo e agudização das expressões da questão social, especialmente marcadas no contexto de crise e da pandemia:

**“[...] a ética profissional, trabalhar com comprometimento, respeito, sigilo, visando emancipação e uma nova ordem societária te exige fôlego em tempos tão difíceis.** Garantir acesso a direitos e dar visibilidade ao que a população vem passando neste contexto pandêmico, especialmente, traz uma grande responsabilidade ao assistente social para além dos desafios que enfrentava anteriormente.” (P23).

Salienta-se a importância da análise crítica deste período particular, a fim de não incorrer no equívoco de pensar que a crise pandêmica é responsável pelo “surgimento” de novos desafios éticos profissionais, pois entende-se que este processo já estava em curso. Conforme Antunes (2021), é necessário compreender que a pandemia ampliou em um ritmo acelerado,

[...] o processo de miserabilidade de amplas parcelas da classe trabalhadora que já vivenciavam formas intensas de exploração do trabalho, de precarização, de subemprego e desemprego. Isso porque esses contingentes encontram-se frequentemente desprovidos de fato de direitos sociais do trabalho. (ANTUNES, 2020, p. 20).

Portanto, parte-se do pressuposto que “a confluência entre uma economia destruída, um universo societal destroçado e uma crise política inqualificável” (ibid.) mostrou a tendência de um cenário favorável para o aumento das violações de direitos, sobretudo da classe trabalhadora mais vulnerabilizada.

## **2.5 Ética e sigilo**

A partir da análise desta categoria, percebe-se que o sigilo profissional, muitas vezes, é citado de maneira descolada de uma reflexão ética, ou seja, se tem uma concepção sustentada como se a ética – ou a redução da ética ao sigilo – como sendo uma questão meramente técnica ou procedimental orientada para “**preservar as informações** das famílias atendidas.” (P94); ou para “...**poder fazer meu trabalho**

**sem a interferência de outros** profissionais, zelando assim pelo sigilo do usuário.” (P77).

A intenção não é anular ou reduzir a importância de manter o sigilo profissional, mas de alertar que a discussão acerca da ética profissional não pode ser reduzida ao sigilo profissional, pois este não é um fim em si mesmo. Ou seja, não define a ética por si só.

O Código de Ética de 1993 trata o sigilo profissional como direito da/o assistente social e como um dever na sua relação com a população usuária. Ainda, conforme Art. 16 do Código de Ética: “O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.” No entanto, a discussão sobre o sigilo profissional precisa, necessariamente, estar situada a partir de uma perspectiva que o apreenda como um compromisso ético-político, e como objeto de qualificação teórico-metodológica e técnico-operativa. Deste modo, não se trata do sigilo como um fim em si mesmo, pois abordar o sigilo profissional, bem como pensar as suas dimensões é, cada vez mais, um tema necessário para ser estudado, discutido e disseminado haja vista que “o sigilo profissional é essencialmente político.” (TONIOLO, 2020, p. 663).

Assim, a abordagem sobre sigilo profissional, deve estar ancorada na discussão sobre a estrutura da sociedade de classes, nas análises de conjuntura, nas condições e relações de trabalho, no cotidiano profissional e na unidade das três dimensões profissionais. Deste modo, é um tema fundamentalmente necessário, sobretudo, diante do contexto atual, marcado pelo acirramento da luta de classes e da barbarização da vida. (GUERRA, 2017).

Nas últimas décadas, com a crise estrutural do capital, tem-se constatado a agudização das expressões da questão social, as quais são marcadas, entre outras, pela crescente desigualdade entre classes, apropriação, por parte da classe burguesa, da riqueza socialmente produzida, produção de desigualdades sociais, sexuais e de gênero, étnico-raciais, geracionais, culturais, econômicas, bem como o aumento da violência, “revelando a barbárie cotidiana que assola sem trégua a classe trabalhadora” (BOSCHETTI, 2017 p. 55). Paralelamente se vê a luta e a resistência frente às agruras postas na cena contemporânea, mesmo que, em determinados momentos, careçam de maior organização e articulação política.

É a partir desses elementos concretos que se materializam no cotidiano profissional que o sigilo precisa ser discutido, ou seja, mediado com o contexto e conjuntura social-econômica-política. Ratifica-se a importância de ser tratado à luz de fundamentos teórico-metodológicos críticos que possibilitem a apreensão do movimento do real, ou seja, a partir de subsídios que sejam capazes de captar os modos e meios de vida na sociedade burguesa, bem como as formas de objetivação da vida humana.

Outro elemento importante de considerar são as condições e relações de trabalhos que assistentes sociais estão submetidas/os, haja vista que tais condições e relações dão materialidade para o debate. Conforme Guerra (2017), há uma relação que não é direta e nem imediata entre a possibilidade de garantir o sigilo e a existência de condições objetivas, materiais e concretas para isso. É determinante a questão das condições objetivas, mas não são só elas. Existe uma dialética entre as condições objetivas e a subjetividade do sujeito que a faz.

Portanto, há de se questionar, mediante as condições concretas, quais são as estratégias de resistência, bem como autonomia – ou falta dela – para garantir o sigilo profissional? Para responder essa pergunta, é preciso pensar sobre o significado social da profissão, quais seus princípios e valores ético-políticos e a quem se vincula e constrói alianças. Barroco (2012, p.19) assinala que,

[...] o sigilo profissional é um dos aspectos mais polêmicos dos Códigos de Ética. Ele não envolve apenas o que é confiado ao profissional pelo usuário; é parte da ética profissional a preservação do usuário de todas as informações que lhe digam respeito, mesmo que elas não lhe tenham sido reveladas diretamente. (BARROCO, 2012, p. 91).

Através das informações obtidas na pesquisa, indica-se que talvez se tenha uma imprecisão do que venha a ser sigilo profissional e, até mesmo, ética profissional. Conforme a P35, a ética profissional diz respeito às “possibilidades de realização da prática profissional, regulada a partir de leis, que protegem o sigilo e as informações do assistente social e dos usuários.”. Reflete-se sobre o sigilo como uma escolha profissional, pressupondo que “o próprio Código de Ética, com seus princípios e suas normativas, oferta a assistentes sociais a base ético-política necessária para decidir o que deve e o que não deve ser revelado” (TONIOLO, 2021, p. 754).

Não obstante, verificou-se que ainda se tem um entendimento acerca do sigilo profissional como sendo sinônimo de confidência, como é possível verificar nas seguintes falas: “Muito importante na profissão é o sigilo sobre todas as confidências.” (P61); ou “trabalhar de acordo com código e principalmente manter sigilo no que é a mim confiado.” (P138). Sobre esse aspecto, Toniolo (2021) refere que “tratar o contato com os usuários e os registros dele resultantes como ‘secretos’ não é sigilo profissional. A questão central aqui é ‘o que é preciso e o que não é preciso ser divulgado’ como decorrência do exercício da profissão.” (p. 754). Nesse sentido, o autor adverte que,

[...] em definitivo, sigilo não é segredo nem confidencialidade. Mas não ser confidencialidade não significa que o sigilo profissional não envolva confiança. Todavia, por sua vez, confiança não implica em confidência apenas, tal como esta se consolidou como algo pertencente ao campo do “segredo” pela via do instituto da confissão auricular. Como vimos, a confiança está enredada pelos projetos que estão postos no campo das relações sociais. As perguntas, portanto, que se fazem são: confiança de quem? em quê? em quem? para quê? (TONIOLLO, 2021, p. 658).

Assim como o autor refere que sigilo não é segredo, reitera-se que ética não é só o sigilo! A dimensão ética não pode ser restringida a um único elemento. Em nome de que e de quem o sigilo deve ser guardado? Nesse sentido, analisa-se o sigilo profissional com certa preocupação, pois não obstante, em nome do sigilo profissional, podem estar havendo práticas profissionais ultraconservadoras, com requinte de coerção e disciplinamento de usuários.

No entanto, ao mesmo passo que se vê uma perspectiva de ética profissional vinculada ao sigilo às confidências em um caráter confessional, se visualiza outra tendência que é demarcada pelo respeito às informações que as/os profissionais têm acesso em decorrência do exercício da profissão, na relação direta com a população usuária e com outras/os profissionais, como denotam as seguintes falas: “ética profissional é a forma pela qual conduzimos o nosso fazer profissional seja na atuação com outros profissionais ou nos atendimentos individuais, respeitando o usuário, trabalhando com sigilo profissional e seguindo o código de ética.” (P58); e, “ética profissional é se colocar com respeito diante dos usuários e as questões colocadas por eles. É respeitar suas histórias de vidas, sem julgamentos, evitar toda forma de preconceito, respeitar a diversidade e manter sigilo profissional.” (P149). Deste modo, o sigilo se trata de uma escolha profissional, sendo fundamental que as/os assistentes

sociais, no exercício da profissão, tenham nitidez da finalidade de seu trabalho, bem como da necessidade e efeito do compartilhamento de informações relativas à vida de usuários/as.

O sigilo profissional é um direito/prerrogativa e um dever/obrigação profissional e, nesse sentido, torna-se relevante apreendê-lo enquanto um dispositivo que visa resguardar a dignidade humana, bem como proteger a intimidade da população usuária, em uma relação de confiança entre profissional e usuário/a. Portanto, a razão de ser do sigilo profissional está intimamente relacionada com a defesa e compromisso da população usuária, embora se saiba que o cotidiano profissional seja atravessado por inúmeras contradições, precarizações e ataques, que tensionam tal prerrogativa, direito e dever profissional.

## **2.6 Adesão formal à ética profissional**

A direção social que a categoria assumiu encontra-se alicerçada na Lei nº 8662/1993 que situa e regulamenta a profissão, com especial destaque para suas atribuições e competências profissionais, bem como no CEP de 1993, que evidencia os valores/princípios que balizam o trabalho das/os assistentes sociais expressando sua apreensão enquanto pertencente a classe trabalhadora e à serviço dela, na luta por uma nova ordem societária. Do mesmo modo, o PEPP também se ancora nas DC da ABEPSS de 1996 que evidencia em seu projeto de formação a superação da prática, ao entender a relevância dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social e enfatizam a centralidade das categorias “trabalho” e “questão social” neste processo de superação do Serviço Social como mero reprodutor de “práticas”, superando-as com o reconhecimento de que o Serviço Social se insere na divisão social e técnica do trabalho, constituindo-se como classe trabalhadora. A partir da conjugação destes três pilares, juntamente com a produção teórica e de tantos documentos e resoluções produzidas pelas entidades político-organizativas da categoria, por meio de sua articulação política, é que se dá a sustentação para formação e para o trabalho profissional

Alguns estudos têm apontado uma preocupação em relação à adesão formal do PEPP e, conseqüentemente, da ética profissional, cuja condições concretas para apreensão deste projeto profissional emancipador, depende, inclusive, do contexto social, econômico e político atual, nas possibilidades de formação de qualidade e na

inserção de profissionais nos espaços sócio-ocupacionais que, cada vez mais, experimentam novas e velhas formas de precarização, sendo que a direção ética assumida pelo Serviço Social brasileiro é colocada em xeque na medida em que se vivenciam as contradições concretas do trabalho e seus processos de precarização, nos mais distintos espaços ocupacionais nos quais se inserem os/as assistentes sociais. Portanto, diante de tais desafios, a categoria profissional “têm a responsabilidade intelectual, teórica, política e ética de enfrentá-los na direção do *projeto profissional de ruptura como processo em permanente movimento.*” (ABRAMIDES, 2019, p. 56, grifos da autora).

Neste estudo, a maioria ampla das/os participantes concordam totalmente que o PEPP do Serviço Social é importante para categoria profissional, conforme pode ser visto na Tabela 7, o que também possibilita refletir sobre a hegemonia deste projeto de profissão que é, sem dúvida, resultado da luta política que decorre do Movimento de Reconceituação, bem como do projeto de intenção de ruptura com as bases conservadoras.

Tabela 7 - Compreensão sobre importância do PEPP para categoria profissional

	Frequência (n)	Percentual (%)
Concordo totalmente	152	90,5
Concordo	12	7,1
Indiferente	3	1,8
Discordo	1	,6
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Destaca-se que o projeto de profissão, que emergiu do movimento de intenção de ruptura, sustenta, a partir de uma corrente teórica que advém da teoria marxiana e da tradição marxista, “sua fundamentação de análise, interpretação e possibilidade de superação da sociedade capitalista de exploração, discriminação e opressão da classe que se se configura em sua direção sociopolítica estratégica.” (ABRAMIDES, 2019, p. 81).

O PEPP do Serviço Social tem quatro grandes elementos constitutivos. O primeiro se refere aos valores e princípios ético-políticos construídos pela categoria; o segundo é em relação à matriz teórica-metodológica que dá sustentação para a profissão, ou seja, em uma perspectiva crítica que dá conta de ultrapassar o nível das

aparências e captar a essência dos processos sociais na sociedade do capital; o terceiro se relaciona a uma crítica radical à sociabilidade capitalista, a qual é produtora e reprodutora das desigualdades entre as classes; e a quarta se refere à organização política da categoria, através de suas entidades político-representativas, bem como de suas lutas e posicionamentos políticos que coadunam demais setores progressistas (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Ademais, o PEPP “incorpora a profissão como processo histórico, cujo significado social e ideopolítico se inscreve no âmbito das relações sociais entre as classes e suas frações e destas com o Estado.” (ABRAMIDES, 2019, p. 36).

O PEP sofreu mutações, reorganizações, embates e muitos desafios, mas sua direção social-hegemônica [...] permanece e se fortalece na perspectiva que a conquistamos. Essa conquista não pode, em momento algum, nos tirar [...] de um processo permanente de debate e combate, no interior da categoria e no conjunto da classe trabalhadora, na articulação entre projeto profissional e projeto societário na direção da emancipação humana. (ABRAMIDES, 2019, p. 255).

Partindo desse pressuposto, um dado muito preocupante pode ser observado no estudo, haja vista uma tendência a adesão formal da ética profissional, uma vez que 31,5% das/os assistentes sociais, ao serem questionadas/os sobre as possibilidades de efetivar a dimensão ética da profissão mesmo quando os valores pessoais se contrapõem aos valores profissionais, responderam que concordam totalmente que isso seja possível, ao passo que 26,8% concordam, 21,4% discordam 12,5% discordam totalmente e 7,7% são indiferentes, conforme Tabela 8:

Tabela 8 - Compreensão sobre a possibilidade de efetivação da dimensão ética da profissão mesmo quando os valores pessoais se contrapõem aos valores profissionais

	Frequência (n)	Percentual (%)
Concordo totalmente	53	31,5
Concordo	45	26,8
Discordo	36	21,4
Discordo totalmente	21	12,5
Indiferente	13	7,7
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Os valores éticos de uma profissão só se consolidam quando vivenciados no âmbito de situações concretas. Quando não se percebe esta transposição da

perspectiva abstrata e teórica para aplicação direta, pode-se incorrer na minimização da apreensão desta dimensão. Assim, não raras às vezes, percebe-se a adesão ao PEPP de forma restrita, ficando no campo meramente formal ou de reprodução de um conteúdo prescritivo que se afasta do que compreende essencialmente o *ethos* profissional.

O autor Matos (2013) contribui para esta análise ao defender a necessária adesão crítica e consciente de assistentes sociais ao PEPP para além do discurso, ou o que ele chama de adesão formal aos valores do projeto profissional, contextualizando a categoria profissional como integrante da classe trabalhadora. O autor argumenta que é o trabalho que funda o ser social e reproduz a vida cotidiana e que, a moral é “[...] uma necessidade dos homens em seu processo de sociabilização e é resultado da escolha destes homens.” (MATOS, 2013, p. 90) sendo possível ao indivíduo se comportar como um ser genérico, o que possibilita o questionamento de normas que são tomadas culturalmente como imutáveis, percebendo a moral como uma constituição da história.

É contraditório, mas ao mesmo tempo vai ao encontro do que estudos prévios discutiram em relação à adesão formal da ética profissional. Pois, ao passo em que assistentes sociais concordam que estes valores possam se efetivar através de suas ações profissionais, mesmo quando os valores pessoais se contrapõem; 72,6%, conforme tabela 9, responderam que seus valores pessoais estão de acordo com os valores éticos profissionais.

Tabela 9 - Valores éticos pessoais x Valores éticos profissionais

	Frequência (n)	Percentual (%)
Concordo totalmente	122	72,6
Concordo	43	25,6
Indiferente	2	1,2
Discordo	1	0,6
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Ou seja, tais assistentes sociais, a priori, não estariam falando de si mesmos, mas sim, de outros/as colegas. Entretanto, ao analisar as informações obtidas no estudo, verificou-se que para alguns profissionais, a ética profissional é “*saber separar questões pessoais diante do atendimento e do local de trabalho, desprender-se de*

*preconceitos e pré-julgamentos. Tratar de forma técnica, guardar sigilo. Não interferir na atuação dos colegas, a menos que infrinja os direitos do atendido.”* (P90). Trata-se da ética como algo portátil, em que você porta durante o trabalho e pode se “desprender” em sua vida privada e nas suas relações, sendo que tais princípios e valores tendem a ser antagônicos.

Ainda sobre a ilusão da dissociabilidade entre o individual-profissional, verifica-se que nesse estudo há a ocorrência, inclusive, de antagonismos entre valores ditos “pessoais” e valores profissionais, como pode ser visto nas falas seguintes:

*“É considerar as particularidades do indivíduo, parte do processo de construção de vínculo entre profissional e usuário. É **saber separar lado pessoal e profissional**, pré-conceitos, enquanto indivíduo.”* (P148).

*“Entendo as novas configurações familiares e respeito, mas não concordo com todas elas. Todas as pessoas vivem atuam como lhes convém e não devo intervir, mas não significa que concorde.”* (P44).

*“A questão do aborto por exemplo, **pessoalmente é distinta do posicionamento do CFESS**. Entretanto, entendo que, **enquanto política pública, deve ser laica e proporcionar atendimento público adequado**. Nem todas as pessoas têm as mesmas crenças sobre a vida que eu.”* (P64).

Neste aspecto, pode-se articular ao que Tonet (2002) aponta sobre a fratura entre os valores e a realidade objetiva, onde o autor infere que se tem duas lógicas distintas em cena: a do **ser** e a do **dever-ser**, as quais coexistem, contraditoriamente, pois há

[...] um ser que vai no sentido de tratar tudo, inclusive os indivíduos, como coisas, [que] opõem-se o dever de tratar os indivíduos como fim. A um ser que se move no sentido cada vez mais individualista, opõe-se o dever de ser solidário. A uma realidade objetiva que está nucleada, cada vez mais, pelo interesse privado, se opõe o dever de preocupar-se com o interesse público, com o bem comum. A uma lógica que, por exigência da reprodução do capital, caminha sempre mais no sentido da devastação e da degradação da natureza, opõe-se o dever de ter maior respeito pela natureza. E assim por diante. Estamos diante de uma clara visão idealista da problemática dos valores. O que leva a pensar, por exemplo, que se nos conscientizarmos de que temos de ser solidários, justos e pacíficos, o mundo se tornará *ipso facto* solidário, justo e pacífico. (TONET, 2002, p. 06).

Ademais, não obstante se fala em *“seguir sempre que possível as diretrizes do Código de Ética na defesa intransigente dos direitos humanos.”* (P41), no entanto, se questiona os limites para a possibilidade – ou impossibilidade – de defesa dos princípios e valores profissionais. É necessário pensar a questão da ética profissional

para além do desejo individual de vinculação a um projeto profissional, pois se entende que as possibilidades concretas que se expressam no cotidiano do trabalho também incidem sobre as possibilidades de materialização orgânica do PEP, e influem no modo que a ética profissional se consolida e dá sentido para a ação profissional. Assim, a ética só se efetiva se for dotada de sentidos que sejam, efetivamente, vividos pela categoria profissional.

Verifica-se uma contracorrente ao discurso da dissociação entre “pessoal” e “profissional” que situa o trabalho no campo da práxis humana, como pode ser visto nas seguintes falas:

“Acredito que não consegue, isso é visto na prática, pensar que a pessoa privada de liberdade é só um bandido e, enquanto profissional, ser impossível fazer qualquer trabalho com ele de possível inserção!” (P77).

“No campo pessoal e profissional, não consigo dissociar os valores éticos como sujeito e profissional.” (P146).

Entretanto, para que ocorra essa adesão orgânica, e conseqüente materialização dos princípios, há necessidade de apreensão e de questionamento sobre as bases fundantes da sociedade do capital e, também, ser precedida

[...] pela demonstração da possibilidade e da necessidade – ontológicas – da superação da exploração do homem pelo homem. Somente assim o discurso ético deixará de ter apenas uma coerência lógica para ter uma coerência ontológica, vale dizer, terá a possibilidade (ainda que só a possibilidade) de se transformar, em outra ordem social, em prática cotidiana. (TONET, 2002, p. 11).

Nesse sentido, a ética profissional não se funda em si mesma, ela é dotada de um caráter sócio-histórico, que acompanha o processo de amadurecimento da profissão e que deve, necessariamente, ancorar o trabalho profissional e direcionar os rumos da profissão, fomentando a defesa pela liberdade, emancipação e exclusão de todas as formas de preconceito e exclusão, estando pautada em uma perspectiva teórico-política que se nutre da teoria social crítica.

## **2.7 Conjunto de valores adotados por uma profissão, que estão materializados em seus princípios éticos**

A partir do seu processo de amadurecimento, o Serviço Social brasileiro consolidou avanços significativos no campo da formação e trabalho profissional. Todavia, cabe destacar que o processo de amadurecimento profissional se consolidou – e se consolida - com avanços e recuos na sua processualidade histórica e é realizado a partir de processos coletivos, juntamente com a categoria, suas entidades político-organizativas e o conjunto da sociedade nos movimentos sociais.

Dentre os progressos alcançados pela categoria, evidencia-se a adoção de valores éticos e a construção de princípios norteadores para o exercício profissional, que traduzem o compromisso com as/os usuárias/os das políticas e programas sociais, a busca por fortalecimento da identidade profissional e a busca por uma outra forma de sociabilidade que seja mais justa e democrática, econômica e politicamente. Portanto, o Código de Ética de 1993 “estabelece uma importante dialética entre a emancipação humana e política, forjando nexos entre a dinâmica da realidade brasileira e o cotidiano profissional” (CRESS/RJ, 2013, p. 16). O Código de Ética de 1993 indica,

[...] a necessidade da defesa da liberdade como valor ético central. Afirma que o exercício profissional não pode ser efetuado discriminando ou sendo discriminado por razões de classe social, gênero, raça, etnia, orientação sexual, geração, condição física etc. Fala em indivíduo social – o que expressa uma determinada concepção de ser humano, distante da perspectiva individualista burguesa. Expressa seu compromisso com a socialização da participação política, mas, também, da riqueza que, produzida cada vez mais social e coletivamente, é apropriada por poucos. Afirma o compromisso profissional com a capacitação continuada e com a qualidade dos serviços prestados. (CRESS/RJ, 2013, p. 5-6)

Partindo deste pressuposto, algumas falas denotam o sentido ético-político mais explicitamente, como é o caso de P45, P104 e P140, as quais responderam o seguinte, ao serem indagadas sobre o que era ética profissional:

“Ética profissional está relacionada à **direção social da profissão, seus valores, princípios e as implicações ético-políticas de seu trabalho**. Dentre as balizas que orientam a ética profissional importante destacar o Código de Ética Profissional e o projeto ético-político profissional.” (P45).

“**Exercício profissional com comprometimento, conhecimento e crítica**. Ações pautadas nas **defesas coletivas da categoria profissional para a classe trabalhadora**; respeito e compromisso aos usuários.” (P104).

“É [o] **posicionamento político em defesa do projeto profissional e dos princípios éticos construídos pela categoria**. É a defesa de espaços e

processos de trabalho que garantam qualidade no atendimento da população, respeito às diversidades e à pluralidade.” (P140).

Fica evidente a dimensão ético-política do projeto profissional hegemônico nas falas acima, uma vez que “a coesão dos agentes profissionais, em torno de valores e finalidades comuns, dá organicidade e direção social a um projeto profissional” (BARROCO, 2010, p. 66), que está mediado a fatores externos, a exemplo de projetos societários mais amplos.

Conforme destaca P135, a ética profissional se traduz ao “respeito que envolve todo o processo de trabalho profissional, com suas particularidades, em relação ao espaço institucional, colegas, usuários, ao próprio trabalho desenvolvido e a si enquanto trabalhador.” (P135).

Neste estudo foi possível verificar uma alta frequência da utilização dos termos “*respeito*”, “*respeitar*” e “*respeitando*” para definir ética profissional. Conforme pode ser visto no Quadro 1, o respeito é relacionado a usuárias/os, colegas de trabalho, à pessoa humana, ao PEPP, ao código de ética, às bandeiras de luta e às legislações.

Quadro 1 - Sistematização do uso dos termos relacionados ao "respeito"

“Se atentar ao Código de Ética profissional aliando-o com <b>respeito e empatia ao próximo.</b> ” (P14).
“Respeito as <b>bandeiras de luta da profissão, respeito aos usuários, colegas.</b> ” (P79).
“Atuar com respeito ao <b>usuário e as legislações vigentes.</b> ” (P81).
“Compromisso com o público atendido. Respeito e cumprimento dos <b>princípios e diretrizes do nosso código de ética.</b> ” (P96).
“É a defesa intransigente dos direitos humanos, a recusa a arbitrariedade, o empenho à eliminação de todas as formas de preconceito e o <b>respeito à dignidade profissional e humana.</b> ” (P109).
“Respeito a <b>individualidade dos usuários</b> do serviço que atuo.” (P141).
“Responsabilidade, transparência e <b>respeito.</b> ” (P154).
“É o compromisso com o projeto ético-político da profissão, e respeito <b>aos usuários.</b> ” (P161).

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Cabe demarcar aqui, que o respeito deve ser pensado à luz dos princípios democráticos que regem a ética profissional e não como um dogmatismo imperioso de “respeito”, o qual pode forjar e reatualizar a histórica ofensiva conservadora de neutralidade no exercício profissional. Assim sendo, o respeito deve se pautar na recusa ao autoritarismo, conservadorismo, fascismo e demais propostas negadoras da liberdade. (BARROCO, 2010).

Através do estudo, foi questionado às participantes, em relação ao princípio de que concebiam ser “mais difícil” para materializar no cotidiano profissional, em suas respostas pode ser verificado, conforme Tabela 10, que são i) a defesa do aprofundamento da democracia, ii) a ampliação e consolidação da cidadania e a iii) defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.

Tabela 10 - Princípios do CE 1993 mais difíceis de consolidar no cotidiano do trabalho

	Frequência (n)	Percentual (%)
Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;	28	16,7
Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;	23	13,7
Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;	23	13,7
Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;	20	11,9

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Entretanto, por mais que se constate uma filiação à perspectiva teórico-filosófica, técnico-operativa e ético-política defendida pela categoria, constata-se que há uma ofensiva ultra neoconservadora no interior da profissão e que disputam hegemonia, como é o caso das correntes do chamado “Serviço Social conservador<sup>21</sup>”, pois, afinal, “a profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta por hegemonia entre ideias e projetos profissional e societários” (BARROCO, 2015, p. 634).

O reconhecimento de que existem distintos projetos profissionais ficou evidenciado no estudo e pode ser exemplificado com as seguintes falas:

“Precisamos avançar em nossas discussões ético-políticas, pois as lutas mudaram, o cenário mudou. Evolução, por favor!” (P04).

“Aparentemente seguimos uma linha de pensamento/paradigma hegemônico, mesmo as correntes teóricas ao diferirem em alguns aspectos,

<sup>21</sup> Conferir Santos et. al. (2020).

de modo geral, se alinham nos objetivos finais, me parecem caminhos diferentes para um mesmo propósito. Ocorre que tenho a impressão de que elementos que fogem à regra do que "social histórico e coletivamente tem se firmado como "norte/caminho/paradigma" para o agir profissional, pode ser, na verdade, uma forma velada de engessar o pensamento e, conseqüentemente, o agir profissional dos assistentes sociais, bem como a reprodução histórica dessa "corrente filosófica" garante sua "manutenção" evitando, talvez, seu questionamento/dissolução/aprimoramento." (P19).

"A ética se constrói nos acordos formais e não formais de cada grupo que convivemos ou compartilhamos. Logo, as expressões consideradas éticas em um grupo social podem não ser em outro, como por exemplo: formação política; aconselhamento espiritual; demonstrações de afeto etc." (P95).<sup>22</sup>

Diante de tais posicionamentos, é possível verificar a tendência de reatualização do conservadorismo profissional, na medida em que a P04 menciona que as lutas e os cenários mudaram, suplicando por uma "evolução" ou, quando a P19 refere que sente um engessamento no pensamento e agir profissional, bem como na indiferença da P95 em relação aos valores e princípios da profissão. Estes fatos corroboram para o reconhecimento de que temos limites concretos na luta da eliminação do conservadorismo, no entanto, enquanto profissionais organicamente vinculados ao projeto hegemônico de profissão temos o dever ético-político de, coletivamente, "aprofundar a sua crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências." (BARROCO, 2015, p. 635).

A autora, Maria Lúcia Barroco que é uma referência nos estudos e produções sobre ética e Serviço Social no Brasil, evidencia a análise da ética na perspectiva marxiana por meio de seus fundamentos ontológicos e sócio-históricos, sendo que o trabalho e a alienação emergem como categorias fundamentais no entendimento do ser social. Assim, o trabalho tem centralidade na constituição do ser, na efetivação teleológica e de suas atividades de criatividade e objetivação moral. Assim como, ao considerar as relações de produção capitalistas, a alienação se constitui como expressão da condição de estranhamento do indivíduo, que dificulta o reconhecimento do ser singular como ser genérico, pressuposto fundamental da ética.

---

<sup>22</sup> Destaca-se que P95 respondeu que é indiferente quando questionada sobre o reconhecimento de que seus valores pessoais coadunavam com os profissionais.

### 3 O TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Na perspectiva de refletir sobre a ética sob a perspectiva que privilegia uma generalidade humana, por meio da gênese ontológica da ética, tem-se como fundamento da ética o trabalho. Assim, para adensar a apreensão da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, se realizará neste capítulo uma aproximação acerca da categoria “trabalho”, mediada com a discussão do trabalho profissional em Serviço Social que vivencia, como toda classe trabalhadora, os impactos da precarização das relações e condições de trabalho e os desafios que se colocam, considerando as condições objetivas presentes nesta sociabilidade e conjuntura, e a direção ideopolítica expressa nos princípios e valores da ética profissional.

#### 3.1 O trabalho enquanto categoria ontológica do ser social

Ao compreender o trabalho apenas como uma categoria abstrata, é possível inferir que é uma atividade que depende estritamente de um esforço físico e/ou mecânico e que visa modificar algo, prevalecendo então a dimensão física do trabalho (LIEDKE, 1997). No entanto, a perspectiva teórica adotada neste estudo supera esta lógica, elevando-a a um entendimento que nos remete à aceção da teoria marxiana que visualiza o trabalho como

[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza. (MARX, 2019, p. 211).

O trabalho é atividade resultante do dispêndio de energias - físicas e/ou mentais, diretas e/ou indiretas - voltadas à produção de bens e serviços que contribuem para a reprodução da vida humana, individual e social. Sendo assim, o trabalho é um processo cujo homem<sup>23</sup>, através de sua ação, media, regula e controla o seu metabolismo com a natureza.

Sendo o trabalho uma mediação entre o homem e a natureza, há, nesse processo, uma relação entre o sujeito e o objeto que requer meios e

---

<sup>23</sup> Homem no sentido de espécie humana.

instrumentos para que tal mediação se realize e alcance a sua finalidade. Destarte, se o produto do trabalho é objetivado antes mesmo da ação, é correto afirmar que o trabalho é uma atividade teleologicamente direcionada, conduzida a partir do seu próprio fim. (FAGUNDES; WÜNSCH, 2021, p. 9).

Portanto, o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, possuidora de uma dimensão teleológica e significa que o ser humano, antes mesmo de despender sua energia sobre o objeto, "figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador" (MARX, 2019, p. 212).

[...] o trabalho é a primeira e mais fundamental forma de objetivação do ser social, pois é através do trabalho que são produzidas as condições básicas para a produção e reprodução da vida material, onde homens e mulheres estabelecem relação com a natureza e também entre outros homens e mulheres. Em síntese, a função social da categoria trabalho deriva-se da relação material que os indivíduos estabelecem com a natureza para a satisfação de suas necessidades. (SILVA, 2017, p. 192).

Todo o trabalho pressupõe um processo de trabalho, cujo é constituído por três elementos, sendo: "1) a atividade adequada a um fim, isto é, próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho." (MARX, 2019, p. 212). Tais elementos conformam o trabalho enquanto uma atividade teleológica que objetiva produzir

[...] valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2019, p. 217).

Ademais, evidencia-se que nos processos de trabalho constituem-se através dos elementos essenciais, sendo: "uma matéria prima sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto." (IAMAMOTO, 2015, p. 61). Assim sendo, destaca-se que "no processo de trabalho a atividade do ser humano opera uma transformação no objeto sobre o qual atua por meio de um instrumental de trabalho e está subordinada a um determinado fim." (WÜNSH; MENDES, 2016, p. 72). Para Lukács,

[...] o homem que trabalha é um ser que dá respostas às suas necessidades imediatas. Porém, estas respostas imediatas fazem parte de toda atividade laborativa e é justamente para superar esta relação imediata que estas respostas são elevadas ao nível da consciência (tanto as necessidades como as formas de satisfazê-las) e neste movimento a atividade fica enriquecida por mediações bastante articuladas, não havendo qualquer estagnação ou casuísmo. Em outros termos, é com a consciência, atuando através de generalizações, formando conceitos que o homem dá respostas ideais que servirão de guia e conduzirão a sua atividade. (LUKÁCS, 1978, p. 31).

O trabalho assume novos significados e relações no sistema de produção capitalista, passando por um processo de valoração, definido a partir do tempo socialmente necessário para produzir. Ou seja, se tem o trabalho enquanto valor de uso, o qual significa a capacidade de satisfazer as necessidades humanas e enquanto um valor de troca, ou seja, o preço pago pelo trabalho por meio do mercado.

Além de transformar o mundo objetivo, o trabalho transforma o sujeito que opera a objetivação, portanto, o sujeito também se modifica. Entretanto, na sociabilidade capitalista o trabalho se desenvolve como um paradoxo, pois de um lado pode produzir identidade, condições de vida, criação; e de outro, produz exploração, adoecimentos e alienação.

Assim, evidencia-se que o trabalho é uma categoria ontológica, central e mediadora da vida humana em sociedade. Entretanto, o trabalho submetido ao modo de produção capitalista é capturado com o objetivo único de valorização da ordem do capital, alienando o trabalho do trabalhador. (SILVA, 2017, p. 198).

O trabalho e a vida do trabalhador também viram mercadorias, fazendo com que “o trabalho seja reduzido ao seu caráter abstrato, ou seja, não mais como objetivação do homem, como algo no qual ele se reconhece, mas apenas como fardo.” (PRATES, 2003, p. 104). Esse processo de alienação incide em outros determinantes, a exemplo da reificação e do fetichismo.

No que tange a reificação, salienta-se que esse processo promove a coisificação do ser social, sendo uma forma de fetichismo que diz respeito ao “ato ou o resultado da transformação das propriedades, relações e ações humanas em coisas independentes, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas” (PRATES, 2003, p. 105). Portanto, a reificação é uma forma de

alienação que se desenvolve na sociedade capitalista, tornando o ser social e suas objetivações em mercadorias.

O fetichismo, por sua vez, é “uma forma de aparência que oculta e mascara a essência do fenômeno. O fetichismo da mercadoria mascara a relação social que está implícita na sua constituição e que é reificada pela sociedade capitalista” (PRATES, 2003, p. 105), contribuindo, assim, para o processo de alienação.

Para Lukács,

[...] só quando o trabalho for efetivamente e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser 'não apenas meio de vida', mas o 'primeiro carecimento da vida, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo. (LUKÁCS, 1978, p. 16).

Deste modo, a alienação é uma “ação ou estado pela qual o indivíduo, grupo, instituição ou sociedade se torna alheio, estranho, enfim, alienado em relação àquilo que constrói ou que produz e em relação a si próprio e às relações que estabelecem nessa construção.” (PRATES, 2003, p. 105). Existem níveis de alienação em relação aos processos de trabalho e, devido a pertinência dessa apreensão, destaca-se os impactos do processo de alienação no produtor:

Quadro 2 - Níveis de alienação no/do trabalho

<b>Processo de alienação entre produtor e:</b>	<b>Impactos no produtor</b>
Produto	Não tem acesso ao produto; não se reconhece no que produz;
Processo de produção	Não define o que produzir e nem como produzir;
Consigo mesmo	Trabalho é visto como fardo e não como autorrealização;
Com os demais produtores	Substitui-se a cooperação pela concorrência/competição.

**Fonte:** PRATES, 2003, p. 106 (adaptado).

Cabe destacar que a objetivação, exteriorização e alienação são três momentos decisivos para o trabalho, sendo que essa

[...] constatação nos permite entender que por meio do trabalho o ser humano transforma a realidade, possibilitando o desenvolvimento do mundo dos homens. Entretanto, também por meio do trabalho se colocam obstáculos a esse mesmo desenvolvimento. Assim [...], a alienação deve ser entendida como obstáculos socialmente postos à plena explicitação da generalidade humana. (BONFIM, 2011, p. 110).

Atualmente se vivencia sob a forma atualizada e robustecida do sistema capitalista, que se fortalece, assentando-se na propriedade privada e na apropriação privada do excedente que deturpa o fluxo produtivo e explicita seu caráter desumanizador pois, “[...] a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo.” (MARX, 2010, p. 83).

Pondera-se que para superar este estado das coisas é necessário avançar, seguir na competição que se estabelece no campo das ideias, tornando compreensível as categorias ontológicas e superando esse distanciamento entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção, contribuindo assim para construção de uma outra sociabilidade.

Através da discussão anteriormente realizada, se faz necessário situar o Serviço Social enquanto uma profissão que possui gênese e desenvolvimento nos marcos da sociabilidade capitalista. Todavia, foi somente a partir da intenção de ruptura com as bases conservadoras que o Serviço Social brasileiro incorporou a identidade de classe trabalhadora no interior da profissão, significando um marco no desenvolvimento histórico da profissão.

### **3.2 O trabalho profissional no Serviço Social**

A análise do processo sócio-histórico de institucionalização do Serviço Social no Brasil, datado a partir da década de 1930, evidencia que a gênese da profissão se ancorou na Doutrina Social da Igreja Católica e no positivismo, tendo o seu exercício direcionado para amenizar as tensões emergentes da relação antagônica entre capital-trabalho.

No período embrionário do Serviço Social a profissão se apresentou como “estratégia de qualificação do laicato da Igreja católica que, no contexto de desenvolvimento urbano, vinha ampliando sua ação caritativa aos mais necessitados” (SILVA, 2006, p.25), sendo, portanto, as origens de base confessional que conferiram as bases para legitimação do Serviço Social na sociedade.

A história revela que a profissão nasceu e se consolidou, no Brasil, para responder substancialmente aos interesses burgueses da sociedade, entretanto, com

o surgimento das primeiras instituições<sup>24</sup> e a ampliação do mercado de trabalho, houve uma tensão para que o Serviço Social avançasse em suas origens confessionais e se transformasse numa atividade institucionalizada (SILVA, 2006). No processo de emergência do Serviço Social a igreja católica, por meio do seu pensamento doutrinário, imprimiu na profissão um caráter conservador, cujo foi responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação e desenvolvimento dos primeiros assistentes sociais brasileiros.

Essa perspectiva criou e desenvolveu na profissão e nas primeiras profissionais o caráter conservador, messiânico e de apostolado apoiado em uma abordagem da questão social como um problema moral e de responsabilidade individual. Outro ponto saliente na história do Serviço Social brasileiro é que as/os assistentes sociais trabalhavam orientados sob os valores conservadores em uma perspectiva de integração nas relações sociais vigentes à época. Tinha-se, portanto, um

[...] enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão social, que terá como referenciais orientadores do pensamento e da ação da emergente profissão o pensamento social da Igreja (doutrina social da Igreja) de cunho humanista e conservador e contrário aos ideais liberal e socialista. (YAZBEK, 2018, p. 52).

Entretanto, a profissão é dotada de um caráter histórico, social e político que sofreu importantes processos de ruptura com suas bases conservadoras. No entanto, isso não significa que não há conservadorismo no interior da profissão, pois se entende que as bases conservadoras estão presentes na sociabilidade capitalista e as possibilidades de sua superação, no interior de uma profissão “é sempre relativa às possibilidades do momento histórico, dependendo de circunstâncias históricas favoráveis para restringir ou ampliar, ou se reatualizar sob novas formas.” (BARROCO, 2010, p. 99).

A partir da década de 1960 o Serviço Social latino-americano e, especialmente o brasileiro, começou a repensar suas bases teórico-metodológicas adotando uma matriz marxista para a compreensão da realidade social e para sua intervenção, com vistas à transformação da realidade posta pelo capitalismo, não numa perspectiva messiânica, mas sim em uma perspectiva de luta, resistência e revolução,

---

<sup>24</sup> A exemplo do Conselho Nacional de Serviço Social (1938), Legião Brasileira de Assistência (1942), entre outras.

compreendendo inclusive o caráter contraditório que a profissão possui no interior desta sociabilidade.

Cabe demarcar que durante 1965-1975 o Serviço Social, especialmente na América Latina, vivencia o Movimento de Reconceituação e caracteriza um “marco de rompimento com as premissas do tradicionalismo profissional norte-americano e de afirmação de novas bases teóricas, éticas e políticas para a profissão” (SIMIONATTO, 2018, p. 89).

Em um primeiro momento a adoção desta matriz se deu de forma atravessada, com uma apropriação reducionista e, desta forma, se tinha um marxismo sem Marx, ou seja, um marxismo de manuais. Conforme Yazbek (2018), naquele período histórico se teve a incorporação do marxismo althusseriano que desenvolveu uma “análise estruturalista do marxismo que vai influenciar a leitura marxista do Serviço Social dos anos 1960/70” (p. 66). Segundo a autora, era um “marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão” (YAZBEK, 2009, p. 150 apud YAZBEK, 2018, p. 66). Conforme destacado por Simionatto (2018, p. 89), “sob a autocracia burguesa, o Serviço Social modernizou e renovou seu aparato técnico e científico, sem, contudo, romper com as premissas do pensamento conservador, especialmente vinculadas à matriz positivista.”

O salto qualitativo no interior do Serviço Social brasileiro foi dado com o amadurecimento da categoria, com a criação dos cursos de pós-graduação em Serviço Social e a consequente produção de conhecimento com bases críticas que resultaram do Movimento de Reconceituação. Demarca-se, também, as produções de Marilda V. Iamamoto, na década de 1980, onde publicou o livro intitulado “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” em coautoria com Raul de Carvalho. Esta obra “é fundante da relação entre o pensamento marxista e a profissão, ao voltar-se para a apreensão do significado histórico-social do trabalho [de] assistentes sociais, a partir de sua inserção na sociedade de classes.” (YAZBECK, 2018, p. 66).

Sobre os principais elementos teórico-metodológicos da matriz marxista, destaca-se que ela “apreende o ser social a partir de determinações e mediações” (YAZBEK, 2018, p. 66) e, portanto, debruça-se para apreender as relações superando a imediatividade. Ou seja, passa do imediato para o mediato, do aparente para a essência. Apreende a realidade a partir de uma perspectiva histórico-dialética em seu movimento contraditório. Portanto, nessa matriz “o ponto de partida é aceitar os fatos,

dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico” (ibid., p. 66).

Ou seja, esta nova direção social que a categoria assume se expressa na década de 1990 com um novo projeto de profissão, denominado projeto ético político profissional. Ele se ancora na Lei nº 8662/1993 que situa e regulamenta a profissão com especial destaque para suas atribuições e competências profissionais, bem como no CEP de 1993, que evidencia os valores/princípios que balizam o trabalho das/os assistentes sociais expressando sua apreensão enquanto pertencente a classe trabalhadora e à serviço dela, na luta por uma nova ordem societária. Do mesmo modo, o PEPP também se ancora nas DC da ABEPSS de 1996 que evidencia em seu projeto de formação a superação da prática, ao entender a relevância dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social e evidenciam a centralidade das categorias “trabalho” e “questão social” neste processo de superação do Serviço Social como mero reprodutor de “práticas”, superando-as com o reconhecimento de que o Serviço Social se insere na divisão social e técnica do trabalho, constituindo-se como classe trabalhadora. A partir desta conjugação, destes três pilares, juntamente com a produção teórica e de tantos documentos e resoluções produzidas pelas entidades político-organizativas da categoria por meio de sua articulação política, dão sustentação para formação e o trabalho profissional.

Para refletir sobre o trabalho de assistentes sociais, se faz necessário recorrer, essencialmente, à reflexão acerca dos fundamentos do projeto de formação em Serviço Social, a partir das DCN da ABEPSS de 1996. Assim sendo, entende-se que os fundamentos do Serviço Social projetam, no delineamento das especificidades da formação, uma intenção sócio-histórica, que não só se materializa na instrumentalização do saber técnico-operativo dos/as profissionais, mas também no próprio pensar da profissão. O reconhecimento do Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, de forma profunda e pormenorizada, através do conhecimento proporcionado pela teoria crítica marxista, possibilita à categoria o entendimento do lugar que ocupa na sociedade dividida em classes sociais e, com isso, dá identidade à profissão.

Os fundamentos do Serviço Social não falam só da história particular do Serviço Social, da sua origem e percurso, mas traduzem um processo histórico coletivo, um modo de apreender a realidade. Esse modo de pensar a profissão foi se

transformando ao longo do tempo de acordo com sucessivas aproximações teóricas, o qual possibilitou ao Serviço Social apreender enquanto um produto das relações sociais, permeadas por conflitos de interesses e diferentes projetos societários e, também, atravessadas pelas diversas disparidades sociais de classe, etnia/raça, gênero, geracionais etc.

Além disso, é primordial o entendimento da questão social enquanto objeto de trabalho da/o assistente social e principal estruturante da formação e dos fundamentos do Serviço Social. Portanto, ratifica-se a necessidade da apreensão sobre a questão social e suas expressões como frutos da sociabilidade capitalista, que superem moralismos e culpabilizações dos indivíduos, a fim de que se materialize o projeto profissional, reafirmando a luta pela democracia e emancipação humana, cuja intenção é a transformação social a ser promovida pelo conjunto da classe trabalhadora.

A questão social, inerente à sociabilidade capitalista, surge em decorrência da socialização do trabalho e da apropriação privada dos frutos do mesmo, gerando desigualdades sociais e, com suas sórdidas expressões sendo sentidas pela classe trabalhadora, extrapola a esfera privada da vida para a esfera pública, através de movimentos de resistência e luta, obrigando o Estado a atuar e mediar as relações sociais existentes - sendo as políticas sociais uma importante mediação que, mesmo permeadas por diversas contradições, compõem um espaço privilegiado para o trabalho do/a assistente social (IAMAMOTO, 2014).

No processo de amadurecimento, após a ditadura militar, é importante resgatar as tensões promovidas pelo Consenso de Washington de 1989 que difundiu um receituário de medidas neoliberais, aflorando um Estado mínimo que causa consequências desastrosas para a implementação de políticas públicas. Vê-se então que toda a trajetória do Serviço Social é marcada por contradições e resistências, pois é em meio a reações conservadoras, projetos societários neoliberais e violência institucional às classes subalternas, que o desenvolvimento de suas atribuições, PEPP e os fundamentos de suas diretrizes curriculares se dá.

[...] Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social no país e passa a exigir novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. Revigora-se uma ampla e fecunda organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e

profissionais, que vão dar sustentação ao projeto O Serviço Social no Brasil, uma experiência inovadora no cenário profissional mundial. (IAMAMOTO, 2014, p. 615)

Entretanto, o Serviço Social encontra outros desafios na contemporaneidade, dentre eles, a reação conservadora que ainda encontra respaldo em parte da categoria. Esta, por sua vez, tem agora com o pensamento pós-moderno<sup>25</sup> um aliado para a legitimação de seu ideário.

[...] Assim o pós-moderno se constitui como uma ideologia, e, mais especificamente, uma ideologia do capital no tempo presente, tendo em vista a funcionalidade da propagação de suas ideias à reprodução social do capital em sua face contemporânea - em razão disso, adquire forte sentido para o projeto de dominação burguesa. Há de se considerar que o pós-modernismo não assume explicitamente a defesa do capitalismo, se expande mediante, e em virtude, de um discurso aparentemente “crítico” diante dessa forma social, embora esteja sistematicamente vinculado aos interesses dela. (CANTALICE, 2016, p. 243).

Em meio à contradição inerente de um sistema de produção e reprodução da vida reificante e ávido por lucro que o Serviço Social fortalece suas resistências, dando vazão às demandas populares e se entendendo enquanto classe trabalhadora. Entretanto, a realidade expressa no cotidiano profissional exige estratégias de resistência no trabalho, calcadas organicamente a um direcionamento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo.

Cabe destacar que a profissão adotou uma perspectiva contra hegemônica, fazendo dela uma profissão que está na contramão do que está posto pelas relações capitalistas. Portanto, sua análise deve estar mediatizada por relações e determinações próprias do sistema capitalista e requer que seja situada em um “contexto de relações sociais mais amplas que a condicionam e lhe atribuem características particulares” (YAZBEK, 2018, p. 49), sendo um equívoco compreender a profissão por si mesma, ou seja, de maneira endógena.

Entretanto, por mais que no âmbito do Serviço Social brasileiro a perspectiva crítica e a matriz teórico-metodológica marxista sejam hegemônicas, não se pode

---

<sup>25</sup> Conforme Guerra (2018, p. 76), “A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão, afirmando-a como instrumento de repressão e padronização. Propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do microssocial (em si mesmos), restaurando o pensamento conservador e antimoderno.”

deixar de defender e lutar pela garantia desta hegemonia, pois, diante do cenário que está posto é necessário analisar a atual conjuntura brasileira e latino-americana, situada na crise orgânica do capital que se vive e de um governo reacionário com traços fascistas que corrobora para o avanço do neoconservadorismo, das posturas antimarxistas e anti-intelectuais que hoje se fazem presentes nos meios acadêmicos e profissionais (SIMIONATTO, 2020).

Refletir sobre o significado do trabalho no Serviço Social, a partir de uma perspectiva crítica, é nodal para a profissão. Portanto, partindo da apreensão de que o trabalho se realiza em um processo de trabalho, entende-se que as/os assistentes sociais se inserem em diferentes processos de trabalho, com distintas finalidades e em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Desta forma, há de se evidenciar que o trabalho de assistentes sociais “é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras” (IAMAMOTO, 2015, p. 64) e, portanto, pressupõe uma dimensão coletiva, haja vista que tais profissionais não realizam seu trabalho de forma isolada.

### **3.3 O trabalho de assistentes sociais no cenário contemporâneo**

O Serviço Social enquanto profissão e os/as assistentes sociais enquanto trabalhadores estão sujeitos ao ordenamento das relações de trabalho e, ao se inserirem nos processos de trabalho, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, vivenciam particulares condições e relações de trabalho existentes na sociedade. Tais condições e relações estão em constante movimento, atribuindo contornos em relação ao mercado de trabalho,

[...] diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições. Mas ele impõe também específicas exigências de capacitação acadêmica que permitam atribuir transparências às brumas ideológicas que encobrem os processos sociais e alimentem um direcionamento ético-político e técnico ao trabalho do assistente social capaz de impulsionar o fortalecimento da luta contra hegemonia comprometida com o universo do trabalho. (IAMAMOTO, 2009, p. 3).

Portanto, situar o Serviço Social enquanto uma profissão que está inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e “identificar o seu sujeito vivo como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa

força de trabalho a empregadores diversos” (RAICHELIS, 2011, p. 423). Essa análise exige esforços para voltar ao passado, compreender o presente e indagar sobre as tendências para o futuro e, portanto, “trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo” (ibid., p. 423).

Nas últimas décadas, com a crise estrutural do capital, tem-se constatado a agudização das expressões da questão social, as quais são marcadas, entre outras, pela crescente desigualdade entre classes, apropriação, por parte da classe burguesa, da riqueza socialmente produzida, produção de desigualdades sociais, sexuais e de gênero, étnico-raciais, geracionais, culturais, econômicas, bem como o aumento da violência, “revelando a barbárie cotidiana que assola sem trégua a classe trabalhadora” (BOSCHETTI, 2017 p. 55). Paralelamente se vê a luta e a resistência frente às agruras postas na cena contemporânea, mesmo que, em determinados momentos, careçam de maior organização e articulação política.

Após a crise do capital nos meados de 1970 foi inaugurada uma “nova temporalidade histórica do desenvolvimento civilizatório, caracterizada por um conjunto de fenômenos sociais qualitativamente novos que compõem a fenomenologia do capitalismo global com seus ‘trinta anos perversos’ (1980-2010).” (ALVES, 2012). Diante do contexto neoliberal, é possível inferir que este avança de forma concomitante e articulada, “provocando, além do novo reordenamento geopolítico e econômico internacional, um novo modo de regulamentação sociopolítica, marcada pela financeirização do capitalismo e desregulamentação da economia mundial.” (PRATES, 2003, p. 26).

Mediante as crises do capital constata-se suas reestruturações nos mais diversos âmbitos da vida, seja na objetividade e subjetividade, entre o material e o espiritual, entre a estrutura e a superestrutura.

A década de 70 significou, no plano histórico-mundial, a inauguração de um “corte histórico” no processo civilizatório do capital. Por isso, surgiram novos fenômenos sociais radicalmente novos que merecem ser investigados numa perspectiva rigorosamente dialética. Enfim, alterou-se o timing da luta de classes e da dinâmica socio-reprodutiva do sistema do capitalismo mundial. (ALVES, 2012, online).

O neoliberalismo é um modelo econômico que promove a “prisão das subjetividades<sup>26</sup>” e,

[...] nos faz crer que somos donos das nossas vidas e do nosso destino, reforçando palavras que hoje estão no dia a dia das pessoas, como meritocracia, mérito, empreendedorismo, empreendedor de si. ‘Isso contribui para uma precariedade laboral, para um servilismo jamais visto, a pobreza como destino porque não há nenhuma mobilidade social baseada na meritocracia. (MERLIN, 2021).

No contexto de liberalização da vida e do Estado, a questão social deve ser apreendida como produção de desigualdades e resistências, mas, também como,

[...] a banalização do humano, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadoras – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida) –, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital. (IAMAMOTO, 2008, p. 123).

As escolhas por políticas neoliberais e pela aceitação das recomendações do Consenso de Washington produziram na cena pública a criação de políticas sociais cuja orientação à seletividade, focalização e descentralização estão no cerne da sua concepção, planejamento e direcionamento das ações. Tal perspectiva, para além da tríade, afeta diretamente as possibilidades do trabalho nas políticas sociais e impõe desafios concretos no âmbito da organização coletiva dos trabalhadores, a qual exige organicidade e consciência de classe, pois entende-se que a organização da classe trabalhadora não advém do Estado, mas sim do nível de sua consciência através das organizações, partidos, sindicatos e coletivos de trabalhadores (IAMAMOTO, 2008).

Cabe ressaltar que no contexto atual, a questão social assume proporções exponenciais e potencializam as desigualdades sociais em um nível de desastre social (IAMAMOTO, 2008). Em “resposta” às desigualdades sociais, surgem estratégias filantrópicas e com caráter de benemerência com forte apelo aos programas focalizados de combate à pobreza, acompanhadas do amplo desmonte das políticas públicas e da desestruturação dos serviços públicos, quando estes não são

---

<sup>26</sup> Segundo Nora Merlin (2021), “os trabalhadores perdem seus direitos, seu trabalho, mas seguem comprando e consumindo um discurso contra eles mesmos e que está a favor do capitalismo financeiro, que prescinde de homens e mulheres”.

privatizados, cuja gestão, planejamento e execução passam a ser exercidos pelo terceiro setor, através das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), ou seja, a função do Estado é transferida para organismos privados da sociedade civil. Nesse processo,

[...] Ao mesmo tempo expande-se a compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas públicas. A atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado e ao mercado e não à responsabilidade pública do Estado, com claros chamamentos à sociedade civil. (IAMAMOTO, 2008, p. 126).

É neste terreno que se situa o trabalho da/o assistente social na contemporaneidade, sendo necessário destacar que os desafios do PEPP se concretizam no cotidiano do trabalho, nos diversos espaços sócio-ocupacionais em se inserem, seja no âmbito do Estado, no terceiro setor e em instituições do setor privado, o que também define estratégias distintas de resistência, resguardados os níveis de alienação, e incidem na “possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da relativa autonomia de que dispõe o assistente social” (IAMAMOTO, 2008, p. 128).

A discussão do Serviço Social na divisão do trabalho precisa estar situada na interrelação entre o PEPP e o estatuto assalariado como base para as reflexões a partir da apreensão que estes são permeados por contradições e possuem particularidades distintas que são materializadas no cotidiano do trabalho profissional.

[...] O dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução das ações profissionais, socialmente legitimadas pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais). (IAMAMOTO, 2012, p. 7).

Vive-se em um tempo em que as estratégias do grande capital se escancaram em um projeto de privatização da vida e das políticas sociais por meio de um projeto ultraliberal e conservador e nas formas de mercantilização do trabalho, o que condensa e atribui ao trabalho processos de alienação, dificultando a materialização do projeto profissional.

[...] A radicalização liberal em tempos de mundialização do capital reafirma o mercado como órgão regulador supremo das relações sociais e a prevalência do indivíduo produtor, impulsionando a competição e o individualismo e desarticulando formas de luta e negociação coletiva. Impulsiona-se uma intensa privatização e mercantilização da satisfação das necessidades sociais favorecendo a produção e circulação de mercadorias-capitalistas e sua realização. (IAMAMOTO, 2012, p. 2).

Os reflexos desta radicalização afetam diretamente a classe trabalhadora na satisfação de suas necessidades sociais, seja no âmbito do trabalho (desde a inserção no mercado formal e na sua organização), nas relações subjetivas, no sentimento de pertencimento e de solidariedade de classe. Neste contexto a questão social vai assumir um papel que também é político “cujas medidas de enfrentamento expressam projetos para a sociedade.” (IAMAMOTO, 2012, p. 2).

Destarte, ao pensar a realidade brasileira, pode-se dizer que o golpe jurídico-parlamentar de 2016 - que teve o apoio do empresariado e da grande mídia -, foi um momento de inflexão, que vem avançando “a passos largos rumo à exacerbação do neoliberalismo, com aprofundamento das contrarreformas e privatizações. A eleição de 2018 quebrou o “ovo da serpente” e alçou ao poder um governo de extrema direita, ultraneoliberal e neofascista.” (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 70).

Desta forma, é mister evidenciar que esse contexto sócio-histórico atravessa o âmbito do trabalho profissional, pois, de um lado se tem a desestruturação dos serviços e o desmonte das políticas públicas e, de outro se tem uma relação dialética com o primeiro, pois as/os assistentes sociais sofrem as refrações da questão social, seja no âmbito da intencionalidade da requisição do seu trabalho nas instituições ou nas formas de contratação, precarização do trabalho, diferença salarial e nas próprias condições de trabalho, ou meios de trabalho. Ademais, no âmbito do trabalho profissional e da intervenção as/os assistentes sociais vivenciam “um processo de precarização e burocratização de suas condições e relações de trabalho e de limitação em sua autonomia e em sua criatividade profissional.” (FAERMANN, 2016, p. 35).

Assim, tem-se a apreensão de que,

[...] é esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições. (IAMAMOTO, 2009, p. 3).

Destarte, necessita-se que a/o trabalhador tenha conhecimento e lucidez sobre o direcionamento ético-político do seu trabalho e, portanto, exige apreensão das demais dimensões profissionais, teórico-metodológica e técnico-operativa. Desta forma se entende que,

[...] conhecimentos e princípios éticos alimentam projeções profissionais historicamente determinadas, materializando a dimensão teleológica do trabalho do assistente social: a busca, por parte da categoria, de imprimir nortes ao seu trabalho, afirmando-se como sujeito profissional. (IAMAMOTO, 2009, p. 8).

Nesta seara, Iamamoto (2012) aponta alguns desafios que se põe entre projeto profissional e estatuto assalariado: 1) romper as unilateralidades presentes nas leituras do trabalho da/o assistente social com vieses ora fatalistas, ora messiânicos, tal como se constata no cotidiano profissional; 2) participar de um empreendimento coletivo, que permita, de fato, trazer, para o centro do debate, o exercício e/ou trabalho cotidiano da/o assistente social, como uma questão central da agenda da pesquisa e da produção acadêmica dessa área; 3) O exercício profissional tem sido abordado em sua dimensão de trabalho concreto, útil: em seu valor de uso social, como uma atividade programática e de realização que persegue finalidades e orienta-se por conhecimentos e princípios éticos, requisitando suportes materiais e conhecimentos para sua efetivação.

Portanto, é necessário analisar as metamorfoses dos espaços sócio-ocupacionais partindo do pressuposto de que condicionadas a dois fatores: o primeiro diz respeito à luta pela hegemonia que é estabelecida entre as classes fundamentais e suas alianças; e o segundo fator diz respeito ao tipo de respostas teórico-práticas, revestidas de conteúdo político, que são dadas pela categoria profissional (IAMAMOTO, 2009).

As/os assistentes sociais, vendem a sua força de trabalho às instituições do setor público, privado ou organizações da sociedade civil e estão condicionados a diversas formas de vínculos (estatutário, celetista, trabalho autônomo, contrato temporário, cooperativado, entre outros), submetidos à lógica da reestruturação e precarização das condições de trabalho. Outrossim, “a existência de condições de precariedade nos espaços institucionais confronta-se com os saberes dos trabalhadores” (MENDES; WÜNSCH; REIDEL, 2019, p. 163), gerando níveis de

tensão entre o saber profissional, o compromisso e articulação ético-política frente às condições materiais e objetivas para o exercício do trabalho nos diferentes espaços laborais.

A mercantilização da força de trabalho, faz com que estes profissionais estejam subordinados às tendências do mercado. Vislumbra-se a justificativa de “modernização da produção” (IAMAMOTO, 2015), requisitando não mais um trabalhador especializado e sim, um trabalhador polivalente, capaz de exercer inúmeras funções ao mesmo tempo, de forma precária e sem aumento salarial.

[...] o trabalho do assistente social na sociedade capitalista produz um valor de uso (o serviço oferecido ao usuário, aos grupos, à comunidade, às organizações e às instituições) e um valor de troca (preço pago por esse serviço no mercado de trabalho). (PRATES, 2003, p. 108).

Situar o trabalho profissional no contexto da sociabilidade capitalista, contribui para o entendimento de suas contradições e determinações sociais que acometem a classe trabalhadora. Ressalta-se que estes experienciam relações de trabalho frágeis e precárias, possuem sua autonomia profissional cerceada e vivenciam dilemas da alienação no e do trabalho, evidenciando outra dimensão “dessa realidade que são as relações de trabalho, seja nas formas de contratação, na carga de trabalho e nas exigências de metas ou também nas relações de hierarquia e poder” (MENDES; WÜNSCH; REIDEL, 2019, p. 163).

Em termos conceituais, a precarização social do trabalho é

[...] compreendida como um processo em que se instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...] O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. [...] O trabalho precário em suas diversas dimensões (nas formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, no adoecimento, nos acidentes de trabalho, na perda salarial, na fragilidade dos sindicatos) é um processo que dá unidade à classe-que-vive-do-trabalho e que dá unidade também aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta. (DRUCK, 2007 *apud* DRUCK, 2011, p. 41).

Franco e Druck (2009 *apud* DRUCK, 2011) indicam que existem seis tipologias distintas de precarização social do trabalho que se se expressam através da i)

vulnerabilidade das formas de inserção no mercado de trabalho e desigualdades sociais, ii) na intensificação do trabalho e terceirização, iii) na insegurança e saúde do/a trabalhador/a, iv) na perda das identidades individual e coletiva, v) na fragilização da organização dos/as trabalhadores/as e vi) na condenação e descarte do Direito do Trabalho.

O trabalho profissional situa-se nas relações sociais que incidem nos modos e meios de vida da classe trabalhadora, sendo necessário aprender a essência dos fenômenos e atender as necessidades sociais da população usuária, por meio do asseguramento dos direitos sociais sob múltiplos aspectos. Yazbek (2018) indica que o trabalho profissional pode

[...] produzir resultados concretos em diversas esferas: nas condições materiais, sociais, políticas e culturais da vida de seus usuários; em seu acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens; em seus comportamentos e valores; em seu modo de viver de pensar; em suas formas de luta e organização; e em suas práticas políticas de resistência. (YAZBEK, 2018, p.49).

Ou seja, a partir das relações sociais no trabalho é possível construir e fomentar resistências à questão social nas suas múltiplas dimensões, sejam elas materiais, espirituais, culturais e subjetivas. Partindo desse pressuposto, cabe destacar a contribuição de Iamamoto (2015) especialmente quando menciona sobre as possibilidades de “imprimir uma direção social ao exercício profissional do assistente social” (p. 220), face à relativa autonomia posta aos trabalhadores. Portanto,

[...] a efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal [...]; as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático [...], que sofrem profundas metamorfoses sociais em tempo de capital fetiche. (IAMAMOTO, 2015, p. 220).

A relativa autonomia não pode ser vista como uma limitação ao exercício profissional, mas sim como uma um desafio que possibilita articular vivências cotidianas mediatizadas pelos saberes, a fim de que no horizonte sejam vislumbradas alternativas de construção coletiva contra a hegemonia do capital.

A precarização social do trabalho é inerente à sociabilidade capitalista, no entanto,

[...] sua processualidade foi se transformando historicamente, assumindo na contemporaneidade capitalista traços de um movimento permanente de perdas, regressão social, ofensiva contra os trabalhadores, superexploração da força de trabalho em âmbito mundial, com expressões nefastas na periferia dependente. (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 139).

As metamorfoses nas relações sociais e no mundo do trabalho vão desde a instauração de medidas restritivas no orçamento das políticas sociais, ocasionando o aceleração do processo de desmonte das políticas públicas e desestruturação dos serviços sociais, impactando diretamente na precarização do trabalho no âmbito das políticas públicas, seja na esfera pública ou nas esferas de parceria entre poder público e terceiro setor.

Vive-se em um tempo em que a crise social, econômica e política é atravessada por uma crise sanitária<sup>27</sup> que deixa ainda mais visível o processo de exploração da classe trabalhadora na sociabilidade capitalista. A pandemia evidenciou e acentuou a desigual produção, distribuição e consumo de bens e serviços e intensificou os processos de exploração e precarização do trabalho, dando seguimento a inúmeros ataques à classe trabalhadora que já estavam em curso desde a aprovação da i) Emenda Constitucional nº 95/2016 que instituiu o Novo Regime Fiscal, ii) sanção da Lei nº 13.467/2017 que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e com a iii) Emenda Constitucional nº 103/ 2019 que alterou o sistema de Previdência Social.

No que se refere ao trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia, levantamentos, estudos e discussões no interior da categoria

[...] evidenciam, de um lado, o medo, as pressões, as angústias reais de assistentes sociais, especial, mas não exclusivamente, daqueles(as) que estão na linha de frente do trabalho presencial; e de outro, os sofrimentos e adoecimentos desencadeados em todos(as), tanto no trabalho presencial quanto no remoto, em meio à impotência para fazer frente às expressões mais dramáticas da questão social e às necessidades urgentes dos

---

<sup>27</sup> A fim de dar concretude a assertiva, a Oxfam Brasil divulgou um levantamento, em 2020, alertando que os impactos da COVID-19 não são iguais para todas as pessoas. Estima-se que no Brasil o patrimônio dos bilionários aumentou US\$ 34 bilhões (cerca de R\$ 177 bilhões) em plena pandemia, passando de US\$ 123,1 bilhões (cerca de R\$ 629 bilhões) para US\$ 157,1 bilhões (cerca de R\$ 839,4 bilhões), sendo que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) já apurou que a pandemia de coronavírus deixou 41 milhões de desempregados na América-Latina e Caribe e o Banco Mundial estima que 50 milhões de latino-americanos cairão abaixo da linha da pobreza em 2020 (OXFAM, 2020).

indivíduos e famílias que demandam atenção pública. (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 144).

Há, portanto, um processo intenso de precarização social da vida e do trabalho, os quais refletem nas condições e relações de trabalho, na intensa degradação e violação dos direitos sociais e nas distintas formas de inserção no mercado de trabalho que, dentre outras, se expressam através de vínculo estatutário; Pessoa Jurídica; terceirização; contrato de trabalho temporário, por projeto ou por tarefa; trabalho em tempo parcial; trabalho intermitente. Portanto, se tem uma heterogeneidade que

[...] tipifica o processo continuado de reestruturação produtiva do trabalho e do capital, caracterizado pelas diversas formas de contratação, de organização e de processamento do trabalho — expressa a nova morfologia ou a “uberização”<sup>28</sup> do trabalho, como vem sendo denominado esse amplo movimento de mudanças que atinge o trabalho no capitalismo contemporâneo. (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 144).

A realidade já vivenciada, da centralidade da venda da força de trabalho no capitalismo, com a pandemia de COVID-19 se mantém e exacerba o número de pessoas que não conseguem acessar seus direitos e ter condições para satisfazer as suas necessidades. O contexto de intensificação da precarização já era uma realidade vivenciada, destaca-se aqui os impactos do advento da 4ª Revolução Industrial ou Indústria 4.0, onde se avança a agudização da modernização capitalista, financeirizada e informacional. O que, para Antunes (2018), revela o *irracionalismo fetichizado* do tempo presente que determina um mundo do trabalho informal e precário, marcado pela *uberização*, *walmartização*, intermitência e *pejotização*, bem como a consolidação do uso das tecnologias da informação (TIC) cujas relações são cada vez mais desprotegidas.

Ressalta-se que assistentes sociais se encontram permanentemente tensionados frente às situações decorrentes do isolamento social e as demandas e necessidade de usuários que “transitam pela condição de trabalhadores(as) informais,

---

<sup>28</sup> Em relação ao processo de uberização do trabalho, “é preciso considerar que não se trata apenas da empresa Uber, mas, como observado anteriormente, da forma contemporânea do trabalho degradado e superexplorado que se dissemina amplamente para todos os setores e nichos do mercado de trabalho, com intensa incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TIC). São processos que promovem a mais profunda metamorfose no mercado de trabalho profissional, mesmo no espaço estatal das políticas públicas, estimulando a individualização do trabalho, as formas de avaliação de desempenho baseado em metas de produtividade e remuneração diferenciada, promovendo competição entre trabalhadores e desmobilização coletiva” (ibid.)

precarizados(as), intermitentes, com predomínio de pretos(as) e pardos(as), acompanhando as estatísticas gerais que tipificam a população brasileira para os grupos mais pobres, com destaque para as mulheres” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 146).

Em meio a essa cena dramática, a questão ética também é colocada em xeque, tendo em vista as reais condições de garantir essa dimensão no trabalho profissional por meio de plataformas digitais, chamadas de vídeo, atendimento por mensagens de WhatsApp, entre outras. Nesse sentido, a garantia da dimensão ética é dificultada, pois a realidade coloca

[...] em confronto direitos dos(as) profissionais de realizar seu trabalho com segurança e proteção à vida e os direitos dos(as) usuários(as) de terem atendidas suas necessidades [quando] mais necessitam de apoio, em que estão submetidos(as) à violação de direitos, violência doméstica contra a mulher, abusos sexuais contra crianças e adolescentes, violência contra idosos e pessoas com deficiência. (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 147).

Soma-se a isso, as reais possibilidades da população usuária em acessar os serviços por estes canais de atendimento virtual. O acesso é dificultado não só pelas condições concretas de acesso ao atendimento como, por exemplo, acesso à internet, WhatsApp, aplicativo de videoconferência, dados móveis ou Wi-Fi, mas, também, nas condições subjetivas da população, pois, muitas demonstram dificuldade no manejo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), na expressão das suas reais necessidades, na impossibilidade de se ter um local seguro e que garanta o sigilo do atendimento etc. Tal condicionamento expressa “um impacto profundo na forma de ser do trabalho profissional, que se materializa por meio da relação presencial, dialógica e político-pedagógica com os sujeitos com os quais assistentes sociais trabalham e para os quais prestam serviços profissionais” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 147).

Portanto, diante do atual contexto, é basilar que se definam parâmetro técnicos e éticos para realização, ou não, do atendimento em distintas modalidades (presencial/teletrabalho), a fim de que “sejam garantidos segurança no trabalho, qualidade no atendimento, sigilo profissional, respeito aos direitos de usuários(as) e trabalhadores(as).” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 148). Nesse sentido, alerta-se que um exercício profissional não crítico, não reflexivo e não propositivo, que se faz

pautado no pragmatismo e imediatividade, está também relacionado a uma fragilidade na apreensão e adesão do PEP.

### **3.4 A ética profissional em meio as condições e relações de trabalho do(as) Assistentes Sociais gaúchos**

Acompanha-se a intensificação da precarização do trabalho que se evidencia nas condições e relações de trabalho, por meio pauperização das condições de vida e de trabalho, na forma de contratação que incide no rebaixamento das condições do trabalho profissional, em especial, de assistentes sociais que têm sido submetidos à informalidade, à flexibilidade, rebaixamento do salário, intensa jornada de trabalho, quantidade de vínculos de trabalho, formas de contratação (terceirização, quarteirização etc.) e falta de condições de infraestrutura para realização do trabalho no que tange equipamentos, instalações físicas, etc., constituindo uma realidade que perpassa as distintas políticas públicas e sociais. Camargo (2021), em sua tese sobre a proletarização do Serviço Social, menciona que a precarização do trabalho se evidencia ao analisar indicadores “como salário, jornada de trabalho, quantidade de vínculos de trabalho, formas de contratação e infraestrutura de realização do trabalho (equipamentos, instalações físicas, etc.).” (CAMARGO, 2021, p. 495).

Neste estudo, 72% (n = 121) das/os participantes residem e trabalham na mesma cidade e 28% (n = 47) não residem na mesma cidade que trabalham, evidenciando a questão mobilidade para o trabalho que pode, dentre outros aspectos, incidir sobre a precarização no e do trabalho e degradação da vida.

O Serviço Social está regulamentado enquanto uma “profissão liberal”, entretanto, historicamente assistentes sociais se inserem no mercado de trabalho enquanto trabalhadores/as assalariados, sendo empregados por instituições que ofertam políticas e serviços sociais e, portanto, pressupõe dizer que o trabalho profissional está,

[...] mediatizado por instituições públicas e privadas, tensionado pelas contradições que atravessam as classes sociais na sociedade do capital e pela condição de trabalhador assalariado, cuja atividade é submetida a normas próprias que regulam as relações de trabalho. (RAICHELIS, 2011, p. 427).

Pode-se verificar que as/os participantes da pesquisa estão inseridas/os majoritariamente no Setor Público, representando 75% da amostra. O setor privado e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) tiveram representação de 12,5% igualmente.

Tabela 11 - Setor que trabalha

	Frequência (n)	Percentual (%)
Setor Público	126	75,0
Setor Privado	21	12,5
OSCs	21	12,5
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Visualiza-se que, no âmbito das políticas sociais, a processualidade do trabalho profissional vem adquirindo “novos contornos como reflexo da contrarreforma do Estado, da redução do orçamento público levando a precarização dos serviços públicos que afetam diretamente os direitos da população e das(os) trabalhadoras dessas políticas.” (WÜNSCH et. al., 2020, p. 43). Desse modo, faz-se necessário problematizar o trabalho profissional a partir da sua multidimensionalidade diante de,

[...] um complexo de novas determinações e mediações que põem em relevo as contradições entre a direção social que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho e as exigências impostas pelos empregadores aos trabalhadores assalariados. (RAICHELIS, 2011, p. 427).

No que se refere à área de desempenho do trabalho, identifica-se a predominância da Assistência Social, contando com 49,9% da amostra; da Saúde, perfazendo 23,8%; e da Educação, com 7,7%, conforme demonstrado na Tabela 12.

No que tange aos serviços, 59% (n=49) das/os trabalhadoras/es que mencionaram estarem inseridas/os na Assistência Social desenvolvem seu trabalho em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ao passo que 9,63% (n=9) trabalham em serviços de Acolhimento Institucional e 8,43% (n=7) no âmbito da gestão pública e/ou privada de serviços de assistência social. Cabe destacar que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) vem sofrendo inúmeros ataques, que estão associados ao projeto de desmonte das políticas públicas, mas, sobretudo à ofensiva de desestruturação dos serviços, sendo observado através de “aspectos como o

desfinanciamento, ataques às instâncias de controle social e a precarização das relações e condições de trabalho e de atendimento nos serviços vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).” (FREITAS, 2021, p. 673).

No âmbito da Saúde, 40% (n=16) mencionaram trabalhar em Hospitais, ao passo que 22,5% (n=9) em ESF/UBS. Reforça-se a importância de refletir sobre as condições e relações de trabalho na saúde, especialmente em tempos de pandemia, uma vez que, “no tocante à condição de trabalhador da saúde, as contratações de assistentes sociais expressam cada vez mais a precarização e a profunda privatização da política de saúde.” (SOARES; CORREIA; SANTOS, 2021, p. 124).

No âmbito da Educação 69,2% (n=9) indicaram que trabalham em escolas ou Universidades, ao passo que 30,7% (n=4) trabalham em secretarias municipais de educação. Visualiza-se que “a inserção de assistentes sociais na Política de Educação, [...] responde sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação” (CFESS, 2013, p. 37). Ademais, com a promulgação da Lei nº 13.935/2020, que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos/os na rede de educação básica, verifica-se uma possível tendência de ampliação deste espaço sócio-ocupacional.

Tabela 12 - Área de trabalho

	Frequência (n)	Percentual (%)
Assistência Social	83	49,4
Saúde	40	23,8
Educação	13	7,7
Sociojurídico	8	4,8
Habitação	6	3,6
Previdência Social	5	3,0
Segurança Pública	4	2,4
Movimentos Sociais	4	2,4
Direitos Humanos	2	1,2
Responsabilidade Social	2	1,2
Assessoria e Consultoria	1	0,6
<b>Total</b>	<b>168</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Nas políticas sociais públicas é onde se assenta a grande massa de trabalhadora(e)s assistentes sociais. No entanto, tais sistemas de proteção social vêm

sofrendo grandes transformações diante o recrudescimento do Estado. Deste modo, se torna mister refletir sobre a natureza precarizada dos serviços públicos, haja vista que estes encontram

[...] o seu fundamento na gênese contraditória e precária das políticas sociais, pois tais políticas têm como principais funcionalidades amenizar os efeitos negativos provocados pela relação contraditória entre capital e trabalho e assegurar a reprodução da força de trabalho para os fins lucrativos do capital, sob a tutela do Estado. (CAVALCANTE; PREDES, 2010, p. 19).

A forma de inserção no trabalho é predominantemente por concurso público, representando 57,7%, seguido do vínculo celetista de 31%, como é possível observar na Tabela 13:

Tabela 13 - Forma de inserção no trabalho

	Frequência (n)	Percentual (%)
Concurso Público	97	57,7
CLT	52	31,0
Pessoa Jurídica	7	4,2
Autônoma/RPS	4	2,4
Informal	3	1,8
Residente Multiprofissional	2	1,2
Cargo Comissionado	1	0,6
Voluntariado	1	0,6
Contrato Temporário	1	0,6
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Entretanto, nos chama atenção as demais formas de inserção no trabalho, representada pelos seguintes vínculos: pessoa jurídica 4%; autônoma/RPS 2,4%; informal 1,8%; residência multiprofissional em saúde 1,2%; e contrato temporário, voluntariado e cargo comissionado com 0,6% cada, totalizando 1,8% da amostra.

[...] As condições atuais do capitalismo contemporâneo, [...] promovem expressivas mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho, decorrendo daí a existência de amplos contingentes de trabalhadores flexibilizados, informalizados, precarizados, pauperizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva. (RAICHELIS, 2011, p. 430).

Em relação à contratação dessas/es profissionais, é possível verificar que 80,4% são contratadas/os enquanto assistentes sociais, 7,1% são contratadas/os para ocupar espaços de gestão, 3,6% como técnico/a social, 3% como analista no seguro social com formação em Serviço Social, 1,2% como analista social e 4% em outras funções.

Tabela 14 - Função exercida

	Frequência (n)	Percentual (%)
Assistente Social	135	80,4
Gestor/a	12	7,1
Técnico/a Social	6	3,6
Analista do Seguro Social	5	3,0
Analista Social	2	1,2
Outros	8	4,8
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Ao excluir os cargos de gestão e considerar apenas os “cargos genéricos” e “outros”, é possível identificar que correspondem a 12,6% (n = 21) da amostra. Tal realidade também é reflexo da precarização do trabalho, uma vez que ao serem contratadas/os mediante tais funções/cargos possibilita que as instituições atribuam outras funções “não se restringindo às atribuições e competências do Serviço Social, e basicamente cria um constrangimento diário às profissionais que buscam garantir o exercício das especificidades da profissão e respectivo trabalho profissional” (SOUZA; SILVA, 2019, p. 242). Ademais, também se constata que, além da contratação em cargos genéricos, bem como no delineamento das atividades e requisições, verifica-se a incidência na questão do rebaixamento salarial e aumento da carga horária da contratação, haja vista que também significa uma estratégia do mercado para descaracterizar o direito à carga horária semanal de trinta horas.

No que tange à quantidade de vínculos de trabalho, 82,7% (n = 139) possuem apenas um vínculo, 14,9% (n = 25) possuem dois vínculos e 2,4% (n = 4) possuem mais de dois vínculos de trabalho. Em relação à carga horária desempenhada, verifica-se que apenas 33,9% possuem as 30 horas semanais garantidas. Ao passo que 44,6% trabalham de 31 a 44 horas semanais, 17,3% menos de 30 horas semanais e 4,2% mais de 44 horas semanais de trabalho.

Tabela 15 - Carga horária semanal

	Frequência (n)	Percentual (%)
De 31 a 44 horas semanais	75	44,6
30 horas semanais	57	33,9
Menos de 30 horas semanais	29	17,3
Mais de 44 horas semanais	7	4,2
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Ademais, foi possível constatar que aquelas/es profissionais que informaram trabalhar mais do que 30 horas semanais estão inseridos, majoritariamente, no Setor Público desempenhando a função de assistente social ou docente em Serviço Social. No entanto, também verificou-se que aquelas/es que estão inseridas/os nas organizações da sociedade civil desempenham seu trabalho em espaços de gestão ou, ainda, estão contratadas mediante cargos genéricos, a exemplo, de analistas (social, saúde) ou enquanto técnico/a social. Embora neste ano se comemore 12 anos do sancionamento da Lei nº 12.317/2010, que estabeleceu a jornada de trabalho para assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial, sabe-se que esta é uma realidade distante de grande parte da categoria profissional brasileira que enfrenta desafios para que a mesma seja implementada e reconhecida. Em meio ao contexto de regressão de direitos trabalhistas vivenciados no Brasil é relevante a articulação com a classe trabalhadora para tensionar os poderes legislativos e executivos, com vistas a garantir melhores condições e relações de trabalho.

A faixa salarial mais representativa no estudo foi a de 4 a 10 salários-mínimos com 48,8%, seguida de 37,5% representada por 2 a 4 salários-mínimos, 7,7% com até 2 salários-mínimos, 5,4% de 10 a 20 salários-mínimos e 0,6% acima dos 20 salários-mínimos.

Tabela 16 - Faixa Salarial

	Frequência (n)	Percentual (%)
De 4 a 10 SM	82	48,8
De 2 a 4 SM	63	37,5
Até 2 SM	13	7,7
De 10 a 20 SM	9	5,4
Acima de 20 SM	1	,6
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Destarte, a precarização do trabalho também pode ser observada no rebaixamento salarial, haja vista que a profissão “vem sofrendo as injunções em curso, vivenciando assim com o conjunto da classe trabalhadora a precarização do trabalho nas distintas instituições empregadoras, manifestadas em graus e níveis diferenciados.” (CAMARGO, 2021, p. 495). Ademais, destaca-se que neste estudo, as/os assistentes sociais com os menores salários, ou seja, de até 2 SM, estão inseridas/os no âmbito da assistência social privada, sob vínculos CLT, RPA ou informais; já as/os assistentes sociais com maiores salários, ou seja, acima de 10 SM, estão inseridas/as, em sua maioria, no âmbito das políticas públicas de Saúde, Previdência Social, Sociojurídico e Segurança Pública, sob vínculos estatutários.

### 3.5 A dimensão ética no trabalho profissional das/os assistentes sociais

Sobre a importância da ética profissional no cotidiano do trabalho, 97% das/os respondentes concordam totalmente e 3% concordam.

Tabela 17 - Importância da ética profissional no cotidiano de trabalho

	Frequência (n)	Percentual (%)
Concordo	5	3,0
Concordo totalmente	163	97,0
Total	168	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

No que tange às condições éticas e técnicas para o trabalho, distinguiu-se entre o trabalho presencial e remoto. Considerando o cenário do trabalho presencial, 30,4% concordam que possuem todas as condições éticas e técnicas para o trabalho, ao passo que 29,8% concordam totalmente. Considerando a modalidade remota de trabalho, 26,2% são indiferentes, 24,4% concordam, 20,8%, como é possível observar na Tabela 18:

Tabela 18 - Condições técnicas e éticas para o trabalho (Conforme Res. CFESS nº 493/2006)

	Trabalho presencial		Trabalho remoto	
	Frequência (n)	Percentual (%)	Frequência (n)	Percentual (%)
Discordo totalmente	6	3,6	15	8,9
Discordo	27	16,1	33	19,6
Indiferente	34	20,2	<b>44</b>	<b>26,2</b>
Concordo	<b>51</b>	<b>30,4</b>	41	24,4
Concordo totalmente	50	29,8	35	20,8
Total	168	100,0	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

São muitos e complexos aspectos das relações e condições de trabalho que conformam desafios para a garantia das condições técnicas e éticas para o trabalho profissional. Conforme Santos (2010), tais desafios presentes em todos os espaços sócio-ocupacionais, em maior ou menor grau. O primeiro aspecto se relaciona ao papel político do Estado capitalista e sua relação antagônica com os interesses da classe trabalhadora, o qual implementa “alterações profundas no modo de ser das políticas sociais e das instituições que as realizam no que se refere aos objetivos e critérios de acesso institucionais que passam a operar cada vez menos na perspectiva dos direitos e mais na lógica do mercado” (SANTOS, 2010, p. 701); o segundo fator está imbricado na erosão das condições físicas e de infraestrutura para realização do trabalho, exemplificadas na falta de equipamentos, material de consumo ou permanente, computadores, acesso à rede de internet, arquivos para guarda de documentação técnico e técnico sigiloso, salas de reuniões e trabalho em equipe, parca iluminação, ventilação e segurança; o terceiro aspecto diz respeito à falta de condição de infraestrutura institucional para atendimento direto à população usuária e, conseqüentemente, a impossibilidade de ofertar espaços seguros e que garantam o sigilo e privacidade das informações que assistentes sociais têm acesso durante a intervenção profissional; o quarto aspecto diz respeito à utilização de softwares no âmbito das instituições, com um viés notoriamente fiscalizatório da ação profissional, incidindo no,

[...] controle excessivo do trabalho e dos indivíduos, e não para facilitar dinâmicas e processos de atendimento às reais necessidades dos usuários.

A tecnologia se destina mais para disciplinar, unificar e burocratizar procedimentos, por meio de uma super racionalidade burocrática. (SANTOS, 2010, p. 701-702).

Em relação à modalidade de trabalho durante o período da pandemia, foi possível constatar que 58,3% (n = 98) das/os respondentes permaneceram em trabalho presencial, ao passo que 35,1% (n = 59) em trabalho intercalado e apenas 6,5% (n = 11) em trabalho remoto. Entretanto, são recentes os estudos que analisam o trabalho de assistentes sociais na modalidade remota, sobretudo, pelo fato de que esta modalidade de trabalho foi impulsionada pela pandemia da Covid-19. No entanto, destaca-se que,

[...] com o teletrabalho, em especial na sua implementação em casa, a divisão entre público e privado se dilui, e o trabalho tem invadido várias dimensões da vida privada, diminuindo o tempo de descanso, causando exaustão pelo tempo frente aos equipamentos eletrônicos e outras questões que podem desencadear problemas de saúde, decorrentes da precarização e das condições de trabalho. Agregam-se elementos relativos à sobrecarga de trabalho, somados às tarefas domésticas, às possíveis dificuldades de acesso a benefícios trabalhistas, como auxílio-creche e auxílio-alimentação, os quais seriam vistos como desnecessários no espaço doméstico. No Serviço Social, uma profissão majoritariamente feminina, tais questões se apresentam notavelmente. Sobre os custos do trabalho, percebemos que são, quase sempre, repassados às/aos trabalhadoras/es que estão atuando na modalidade de teletrabalho, e provocam a intensificação da exploração do trabalho assalariado e economia para as instituições empregadoras. Outro aspecto é que o teletrabalho pode fragilizar a classe trabalhadora, dificultando os processos organizativos para reivindicação de direitos e enfrentamento dessa precarização. (CFESS, 2020, p. 5).

Ao serem questionadas/os sobre a ética profissional estar restrita ao Código de Ética profissional, as/os respondentes 32,7% (n = 55) informaram que discordam totalmente, 29,8% (n = 50) discordam, 17,9% (n = 30) concordam, 11,3% (n = 19) indiferentes e 8,3% (n = 14) concordam totalmente.

Sobre a importância do PEPP para a categoria, 90,5% (n = 152) concordam totalmente, 7,1% concordam (n = 12), 1,8% são indiferentes (n = 3) e 0,6% (n = 1) discordam. Conforme a P150, “ética vai muito além do trabalho em si, deve se fazer presente em todos as dimensões/esferas do ser (indivíduo).”

Ao serem questionadas/os sobre as possibilidades de efetivar a dimensão ética da profissão mesmo quando os valores pessoais se contrapõem aos valores profissionais, 31,5% (n = 53) concordam totalmente que é possível. Ao passo que

26,8% (n = 45) concordam, 21,4% (m = 36) discordam 12,5% (n = 21) discordam totalmente e 7,7% (n = 13) são indiferentes

Aqui se coloca um paradoxo, pois ao passo em que se entende a relevância do PEPP para a afirmação do conjunto de valores e princípios da profissão, as/os mesmas/os assistentes sociais concebem que há uma possibilidade de efetivar tal dimensão, mesmo que seus valores pessoais se contraponham aos valores profissionais. Tal fato nos remete à possibilidade de haver uma adesão formal a este PEPP, ou, ainda, se tenha uma adesão parcial a valores e princípios profissionais. Nesse sentido,

[...] tem-se também como desafio o avanço do pensamento conservador e reacionário na sociedade e que incide na profissão por meio de distintas abordagens sobre trabalho que se distanciam da perspectiva crítica na análise da realidade e de sua dimensão ontológica, reduzindo a análise ao âmbito epistemológico e ideológico. (CLOSS; REIDEL; CORRÊA, 2021, p. 76).

Ao serem questionadas/os sobre os valores éticos pessoais coadunarem com os valores éticos profissionais, 72,6% concordam totalmente, 25,6% concordam, 1,2% indiferentes e 0,6% discordam. Os comentários proferidos em relação ao questionamento sobre os valores pessoais coadunarem com os valores profissionais e fora possível identificar que há uma ofensiva neoconservadora, própria da moralidade burguesa, que permeia o cotidiano profissional e delinea o exercício da profissão, mesmo que em maior ou menor medida.

Precisamos avançar em nossas discussões ético políticas pois **as lutas mudaram, o cenário mudou. Evolução por favor!** (P04)

**Aparentemente seguimos uma linha de pensamento/paradigma hegemônico**, mesmo as **correntes teóricas ao diferirem** em alguns aspectos, de modo geral, se alinham nos **objetivos finais, me parecem caminhos diferentes para um mesmo propósito**. Ocorre que **tenho a impressão de que elementos que fogem à regra do que "social histórico e coletivamente tem se firmado como "norte/caminho/paradigma" para o agir profissional, pode ser, na verdade, uma forma velada de engessar o pensamento e, conseqüentemente, o agir profissional dos assistentes sociais**, bem como a reprodução histórica dessa "corrente filosófica" garante sua "manutenção" evitando, talvez, seu questionamento/dissolução/aprimoramento. (P19)

**A ética se constrói nos acordos formais e não formais de cada grupo que convivemos ou compartilhamos**. Logo, as **expressões consideradas éticas em um grupo social podem não ser em outro**, como por exemplo:

formação política; aconselhamento espiritual; demonstrações de afeto etc. (P95)

Destaca-se que os projetos profissionais não são estáticos, acompanham o movimento do real e se adaptam às exigências da realidade mediante uma perspectiva teórico-política. No entanto, “todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições” (NETTO, 2009, p. 5). Com base nos relatos das participantes acima, fica evidente o campo de tensões e lutas no interior da profissão, exemplificados em segmentos profissionais que propõe um projeto alternativo ao hegemônico.

Ainda, mesmo que timidamente, ou por detrás de uma cortina de fumaça, pode ser observada contestação a valores e princípios éticos da profissão e, mais uma vez, uma tendência de diferenciação entre o “eu pessoal” e o “eu profissional”:

**Entendo as novas configurações familiares e respeito, mas não concordo com todas elas.** Todas as pessoas vivem, atuam como lhes convém e não devo intervir, mas não significa que concorde. (P44).

A **questão do aborto** por exemplo, **pessoalmente é distinta do posicionamento do CFESS.** Entretanto, entendo que, **enquanto política pública, deve ser laica e proporcionar atendimento público adequado.** Nem todas as pessoas têm as mesmas crenças sobre a vida que eu. (P64)

Embora tenha **valores éticos pessoais**, algumas vezes me **omito na garantia dos meus direitos, expressar opinião.** O que procuro assegurar veemente aos usuários que acompanho. (P125).

Portanto, cabe demarcar que a afirmação do projeto de profissão envolve componentes distintos, bem como preceitos imperativos e indicativos (NETTO, 2009). Com base no relato das/os profissionais acima, verifica-se uma discrepância em relação aos valores e princípios fundamentais expressos no Código de Ética de 1993 e, inclusive, indica as disputas e tensões que existem no âmbito do Serviço Social, haja vista a expressão – e defesa - de valores conservadores no exercício da profissão. Partindo do pressuposto de que a profissão não é um fim em si mesma, e está inserida na dinâmica das relações sociais,

Com efeito, no interim da atual conjuntura brasileira, há várias frentes de investidas do conservadorismo no Serviço Social, como: a capitulação diante da ideologia neoconservadora pós-moderna; o esvaziamento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos que sustentam a formação e o trabalho profissional; prescrição da profissão pelos manuais

das políticas sociais, em detrimento da direção social e estratégica da profissão; o tecnicismo profissional que assinala para construção de um perfil profissional jurídico-normativo e pretensamente neutro. (CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 317).

Reafirma-se que “embora sejam inegáveis os avanços no Serviço Social, isso não significa afirmar que o conservadorismo foi superado no interior da categoria” (BONFIM, 2015, p. 134), pois este “é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor.” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

Em relação às estratégias adotadas para análise, resistência e superação dos desafios éticos 59,5% indicam que são estratégias tanto individuais, quanto coletivas. Ao passo que 28% apenas coletivas, 7,1% apenas individuais e 5,4% nenhuma das alternativas.

Tabela 19 - As estratégias adotadas para análise e superação de desafios são:

	Frequência (n)	Percentual (%)
Ambas	100	59,5
Coletivas	47	28,0
Individuais	12	7,1
Nenhuma das alternativas	9	5,4
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Entende-se que para a construção de possibilidades reais de análise, resistências e superação de desafios no cotidiano do trabalho, há de se fortalecer a participação em espaços coletivos, tanto da categoria profissional quanto dela articulada aos movimentos das classes trabalhadores em si, seja por ramo de atividade, a exemplo dos sindicatos, ou juntamente a movimentos sociais, Fóruns e Frentes de luta, haja vista que “as resistências efetivadas através de enfrentamentos coletivos das condições adoecedoras, ao mesmo tempo que mobilizam conscientização e solidariedade, potencializam o polo da vitalidade.” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 240).

Ademais, salienta-se a importância do envolvimento com a academia, por meio de grupos de pesquisa e extensão, cursos de pós-graduação etc., haja vista que

[...] são importantes vetores para o fortalecimento pessoal e o profissional, sobretudo na clareza da defesa de direitos, da perspectiva da sua universalização, e o que pode contribuir também para não se sucumbir ao sofrimento ante aos cortes de recursos e vetos a direitos ou a um trabalho sem vitalidade teórica, criticidade e preso à ideologia neoliberal e a construção de estatísticas do trabalho feito a partir de números anacrônicos à realidade e ao projeto ético-político da profissão. (SOUZA; SILVA, 2019 p. 243-244).

Sobre a participação em espaços político-organizativos, 67,9% participam de algum espaço e 32,1% não participam de nenhum espaço.

Tabela 20 - Participa de algum espaço político-organizativo?

	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim	114	67,9
Não	54	32,1
Total	168	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

A realidade demanda maior articulação e participação em espaços coletivos de resistência ao capitalismo, sobretudo, da organização política em movimentos sociais, partidos, entidades de categorias profissionais, visando a reivindicação por melhores condições de vida e trabalho, denunciando a superexploração e barbarização das relações sociais.

Embora a perspectiva neoliberal se utilize de inúmeros mecanismos para dividir o conjunto dos trabalhadores e suas entidades representativas, é através da organização coletiva que se criam condições concretas para a resistência frente à violação dos direitos, pela melhoria das condições de trabalho e fortalecimento do compromisso do Serviço Social por uma sociedade emancipada. (RAICHELIS, 2011, p. 436).

No que tange as precarizações vivenciadas no trabalho, fora elaborada a Tabela 21, a fim de explicitar as maiores incidências. Verifica-se, em uma média que as/os participantes visualizam, no mínimo, quatro diferentes tipos de precarização vivenciadas no trabalho. Salienta-se que a presença de gestores com valores conservadores, a falta de recursos humanos e financeiros e a alta carga de trabalho indicam as mais frequentes precarizações mencionadas.

Tabela 21 - Precarizações vivenciadas no trabalho.

	Frequência (n)	Percentual (%)
Gestores com valores conservadores	107	14,4
Falta de recursos humanos	95	12,8
Falta de recursos financeiros	77	10,4
Alta carga de trabalho	57	7,7
Relações de trabalho conflituosas	56	7,5
Falta de autonomia no trabalho	56	7,5
Não compartilhamento da tomada de decisões	55	7,4
Falta de condições físicas	55	7,4
Baixa remuneração	53	7,1
Gestão hierárquica	53	7,1
Baixa satisfação no trabalho	34	4,6
Instabilidade no trabalho	23	3,1
Vínculo com instituições religiosas	17	2,3
Não identifica	1	,1
Total	739	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Destarte, ressalta-se que a precarização é um processo que envolve múltiplos fatores, ou seja, é multidimensional, que rebate e altera significativamente a vida dentro e fora do trabalho. Tais fatores e dimensões se expressam em,

[...] formas de organização pautadas no *just in time*, na gestão pelo medo, nas práticas participativas forçadas, na imposição sutil de auto aceleração, na multifuncionalidade, dentre outros métodos voltados ao controle maximizado. São processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade. São afetadas as demais dimensões da vida social, laços familiares e intergeracionais. A desestabilização e a vulnerabilidade sociais conduzem à desvalorização simbólica, com a corrosão do sistema de valores, da autoimagem e das representações da inserção de cada um na estrutura social. (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 231, grifos das autoras).

Tais processos estão dialeticamente imbricados com o modo de produção capitalista, que propulsiona a alienação no/do trabalho, bem como desencadeia os processos de reificação das relações sociais, bem como converte o trabalho em mercadoria. Nesse sentido, conforme afirmam as autoras,

Aprofunda-se a alienação social do trabalho, cristalizando-se o processo de coisificação das relações humanas e de personificação das coisas. São minados os processos de construção das identidades, valorizando-se o

individualismo exacerbado, consumista e desintegrador – nutrindo-se a ilusão de *ser feliz pelo ter* – e impulsionando-se os indivíduos num voltar-se para a exterioridade que conduz a um processo de esvaziamento interior e de negação dos sentimentos e valores humanos, perdendo-se a noção de pertencimento à própria espécie humana. (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 234, grifos das autoras).

Estes processos incidem nas dimensões objetivas e subjetivas do trabalho e, por conseguinte, dos/as trabalhadores/as mediante “inserção no trabalho em tempo de mundialização do capital” (SANTOS, 2010, p. 703), promovendo o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho (doenças gástricas, ergonômicas, depressões, síndromes etc.), em espaços atravessados pelos processos de competitividade, burocratismo e violações de direitos (ibid.). Entretanto, entende-se que a precarização do trabalho é decorrente de

[...] processos políticos, econômicos e culturais que terão ressonância no desgaste mental dos trabalhadores percorrem as passagens que se apresentam entre a esfera macrossocial, os contextos nacionais e as várias estruturas internas das organizações até alcançarem os indivíduos em diferentes situações concretas de trabalho. (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 240).

Buscou-se entender se as/os participantes do estudo compreendiam que os desafios éticos impactavam no cotidiano do trabalho e, se impactavam, eram de quais formas?

Muitos sujeitos de pesquisa mesclaram as respostas, o que denota os sentidos do trabalho. Em termos de frequência, constata-se que os desafios éticos impactam na saúde mental, motivam para a busca de estratégias para superação dos desafios éticos e geram um sentimento de incompetência e inseguranças, conforme pode ser observado na Tabela 22:

Tabela 22 - Desafios éticos e impactos no cotidiano do trabalho

	Frequência (n)	Percentual (%)
Impactos na saúde mental	100	35,2
Me motivam para a busca de superação dos desafios éticos	70	24,6
Sentimento de incompetência	69	24,2
Me causam insegurança para lidar com os desafios éticos	32	11,2
Não me afetam	8	2,8
Outros	4	1,4
Não identifico	1	0,3
<b>Total</b>	<b>284</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2021.

Entende-se que tais processos ocasionam a fragilização das relações e condições de trabalho, sendo promotoras de um constante desgaste físico e mental, perpetrado pela “correlação desigual de poderes impostos sobre o trabalho e sobre o trabalhador, acionando forças que incidem no processo biopsicossocial saúde-doença.” (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 135).

Neste estudo teve uma alta incidência de participantes que mencionaram sentir impactos na saúde mental, o que pode, dentre outros aspectos, incidir sobre a perda da razão social do trabalho, ou seja, impacta também na perda de sentidos do trabalho profissional (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 240). Tal perda de sentido do trabalho,

[...] nos colocam diante de situações de medo, pânico, desesperança quanto à possibilidade do futuro. (SANTOS, 2010, p. 703). Em síntese, podemos afirmar que assistentes sociais vivenciam em todos os espaços sócio-ocupacionais as tendências de precarização e exploração do trabalho. Com isto não temos dúvidas em afirmar que as tendências mais gerais do mercado de trabalho – flexibilização / desregulamentação / desterritorialização -, que tanto produzem instabilidade e insegurança, comparecem nas condições de trabalho de assistentes sociais com um agravante, pois eles lidam com indivíduos diretamente inseridos em situações de violação de direitos, de violência e de desigualdade social em toda a sua intensidade. (SANTOS, 2010, p. 703 - 704).

Partindo do exposto na Tabela 22, é possível inferir que a categoria profissional vem experimentando distintos impactos dos desafios éticos na vida e no trabalho, seja em relação ao adoecimento, motivação ou estratégias de resistência, sentimento de incompetência, insegurança etc. Sendo que,

[...] em um contexto societário de transformações no trabalho de tal monta, marcado pela retração e, mesmo, pela erosão do trabalho contratado e regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas, ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho. (RAICHELIS, 2011, p. 421).

Com a agudização das expressões da questão social, o aumento das demandas institucionais e da população usuária, aliada à escassez de condições mínimas de trabalho (físicas, humanas e financeiras), aumentam-se os desafios éticos e, por consequência, refletem nas condições de garantir o exercício profissional na perspectiva do PEP. Deste modo, infere-se que os desafios éticos profissionais têm contribuído, por um lado, para a permanente produção de desgastes físicos e mentais, desencadeando processos de sofrimento no/do trabalho, gerando sentimentos de incompetência, insegurança e medo; e por outro lado, também faz com que se busquem alternativas para superação dos desafios, por meio de estratégias de resistências, sejam elas individuais e/ou coletivas.

Trata-se de uma condição de trabalho que produz um duplo processo contraditório nos sujeitos assistentes sociais: a) de um lado, o *prazer* diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos dos sujeitos violados em seus direitos, na perspectiva de fortalecer seu protagonismo político na esfera pública; b) ao mesmo tempo, o *sofrimento, a dor e o desalento* diante da exposição continuada à impotência frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social. (RAICHELIS, 2011, p. 434-435, grifos da autora)

Através da pesquisa empírica, pode ser constatado que as principais dificuldades informadas pelas/os participantes estão relacionadas às relações e condições do e no trabalho. Evidenciam elementos como a alta demanda de trabalho, falta de recursos humanos/físicos/financeiros, falta de autonomia profissional, desvalorização e desrespeito profissional, bem como as dificuldades encontradas na relação com a gestão dos serviços, o recrudescimento do Estado, a perda de direitos



intensificação no e do trabalho, evidenciando elementos como a alta demanda e carga de trabalho, a falta de recursos humanos, físicos e financeiros, bem como as poucas condições técnicas e éticas para o trabalho e a instabilidade no trabalho, como também pode ser visto nas falas abaixo:

“Acúmulo de trabalho por **falta de recursos humanos.**” (P06).

“**Alta carga de trabalho** e falta de equipe multidisciplinar. **Falta de entendimento** dos gestores sobre o trabalho do assistente social. **Dificuldade de articulações** com a rede de políticas públicas.” (P104).

“Atender de forma qualificada e com a atenção e tempo que as situações exigem, considerando o **excesso de demandas no trabalho, em uma carga horária que se torna insuficiente [...]**” (P45).

“**Precarização das condições de trabalho, imposição de demandas** pelo empregador que não são planejadas junto com a categoria. **Carga de trabalho excessiva, acúmulo de funções.**” (P40).

“[...] **dificuldade de carro** para realização das visitas domiciliares; **dificuldade recursos financeiros** nas Escolas onde muitas não tem internet, impressoras, computadores, salas de aula para reconstruir ou reformar [...]” (P120).

Diante dessa constatação, verifica-se que tais processos são decorrentes de dinâmicas institucionais que vão

[...] transformando insidiosamente a própria natureza da profissão de Serviço Social, sua episteme de profissão de caráter interventivo e relacional, que trabalha com as expressões mais dramáticas da questão social que incidem na vida dos indivíduos e grupos das classes subalternas, fragilizando a ação direta com segmentos populares e o desenvolvimento de trabalho socioeducativo numa perspectiva emancipatória. (RAICHELIS, 2013, p. 624 – 625).

Neste âmbito, também se verifica o sentimento de desrespeito e subalternização da profissão e das/os profissionais assistentes sociais, haja vista que 14,1% (n = 25) das/os respondentes informaram que identificam um tensionamento e uma ofensiva à imagem da profissão nos espaços sócio-ocupacionais, mencionando a falta de valorização e reconhecimento da profissão, que, dentre outros indicadores, decorre de uma baixa remuneração ou diferença salarial, como pode ser identificado nas falas abaixo:

**“Assistencialismo visto como Serviço Social.”** (P14).

**“[...] não valorização do trabalho do assistente social** dentro do espaço profissional.” (P30).

**“[...] falta de reconhecimento profissional** e pessoal, **diferenças de salários** exercendo as mesmas funções, indiferença.” (P39).

**“[...] sensação de sobrecarga pois profissionais de outras áreas não sabem o que o assistente social faz e acham que, no fim, tudo que não é de ninguém, acaba sendo do serviço social.”** (P133).

**“Baixa remuneração,** pouco ou nenhum incentivo para aperfeiçoamento profissional [...]” (P35).

**“Ser vista como instrumento de controle.”** (P66).

Diante desta falta de reconhecimento da profissão e do trabalho profissional, cabe destacar que as/os respondentes também mencionam que há uma dificuldade para a execução do trabalho em si devido à falta de autonomia no espaço de trabalho, bem como a requisição profissional de práticas destoantes das atribuições e competências profissionais. Conforme participante, há, inclusive, uma interferência da conduta profissional, uma vez que ocorre uma desconsideração da decisão técnica nos processos de trabalho, como pode ser visto na fala seguinte, onde a dificuldade está inscrita na **“centralização na concessão de benefícios eventuais em detrimento do saber técnico profissional; gestão limita duração do tempo de atendimento.”** (P130).

Neste estudo também foi possível identificar as dificuldades relacionadas aos conflitos nas relações de trabalho e dos processos que decorrem da lógica de “competitividade”, hierarquização dos processos de trabalho e dos papéis assumidos nas equipes, bem como predominância de saberes/profissões, o que também fazem emergir a dificuldade de se posicionar tecnicamente nas equipes, bem como de propor reflexões críticas e estabelecer estratégias de resistências, como pode ser visto nas falas abaixo:

**“Falta de comunicações e compartilhamento de informações. Chamada para apagar fogo** depois que já colocaram fogo.” (P52).

**“[...] divergências de ideologias** com segmentos presentes no contexto institucional [...]” (P141).

**“Me posicionar diante da equipe** quando o pensamento da maioria segue a lógica da bem-estar e assistencialismo.” (P19).

**“Ausência de planejamento** em áreas para além da segurança **que permitam a execução de ações no âmbito social.**” (P123).

Outra dificuldade mencionada se relaciona aos processos de recrudescimento do Estado, a perda de direitos trabalhistas e o conservadorismo no âmbito das políticas sociais.

**“[...] perda de direitos trabalhistas,** questões políticas que interferem no cotidiano profissional, **onda de conservadorismo** etc.” (P47).

**“[...] Gestores que não valoram e inviabilizam o trabalho do SS. Dinâmica institucional violadora em que se banaliza violações.** Profissionais de diferentes categorias institucionalizados e punitivos; [...]” (P123).

**“A precarização das políticas públicas** que culmina na desvalorização do trabalhador.” (P153).

**“[...] acirramento das expressões da questão social** que geram aumento da complexidade.” (P109).

Foi possível identificar a categoria da alienação, em distintos níveis, haja vista que as/os respondentes informaram que não se reconhecem naquilo que produzem, bem como os rebatimentos desse processo a nível individual e subjetivo, os quais geram um sentimento de incompetência, falta de entendimento do impacto do seu trabalho, responsabilização da população usuária e falta de perspectiva de mudanças futuras, o que acaba impedindo a construção de estratégias.

Cabe ressaltar que 24,2% (n = 69) das/os participantes informaram que possuem um sentimento de incompetência no trabalho, quando questionados sobre os desafios éticos que se apresentam no cotidiano e as capacidades de respostas a estes. A fim de dar concretude a esta discussão, evidencia-se as falas abaixo:

**“Falta de continuidade nas ações/intervenções propostas,** geralmente pela **falta de adesão do usuário. Compreensível que a vulnerabilidade fragiliza e desestruturada o cidadão, mas acaba por se tornar em reintervenção nas mesmas questões pontuais.** Assim há o **sentimento de incompetência profissionalmente, de impotência.**” (P125).

**“Alimentar a esperança na transformação social e manter a própria saúde mental** frente à questão social e seu recrudescimento e poucas alternativas de enfrentamento.” (P22).

**“Quando se fala em Assistência no nosso município, primeiro pensamento é cesta básica. Nossos usuários, tem dificuldades para participar dos**

**grupos tanto presencial como virtual, mesmo com transporte pra trazer e levar, são os que menos participam.” (P102).**

Considerando as precarizações vivenciadas no trabalho profissional evidenciadas pelas/os participantes da pesquisa (Tabela 21), bem como os desafios éticos e impactos pelas/os mesmos evidenciados (Tabela 22) e as dificuldades percebidas no cotidiano do trabalho é relevante destacar a proximidade destes trabalhadores com as mais distintas e intensas expressões da questão social que se apresentam diária e cotidianamente em seu trabalho, bem como o desafio de lidar com limites institucionais, ingerência política e a regressão de direitos vivenciada pela classe trabalhadora. Orientadas/os por um projeto profissional que preconiza a contribuição para superação desta realidade, acompanha-se o processo de sofrimento e adoecimento físico e mental vivenciado pela categoria profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta produção torna-se necessário evidenciar os percursos e percalços que possibilitaram sua construção e reafirmar o entendimento de que a ciência possui um enorme potencial transformador da realidade concreta.

Notas que partem de um aluno que fora bolsista CAPES durante o primeiro ano de mestrado, o que possibilitou a imersão e o adensamento nos estudos acadêmicos mesmo diante de um cenário pandêmico; mas, cabe destacar, que naquele período a bolsa não representava apenas a dedicação exclusiva ao mestrado, representava também as possibilidades materiais para a sua subsistência.

Com a bolsa CAPES fora possível participar sistematicamente de todas as atividades possíveis no âmbito do curso do mestrado e do grupo de pesquisa. Participar de eventos online, aulas e debates de outros PPGs, mesas coordenadas, atividades em intergrupos nacionais e internacionais, estágio docente, produção de artigos e resumos, realização de cursos de extensão e formação complementar, entre outros, conformando os percursos realizados no mestrado.

Devido aos percalços, surgiu a necessidade de adentrar no mercado de trabalho, exercendo uma carga horária semanal de 44 horas, em um cargo genérico, em um espaço sócio-ocupacional em que os desafios e dificuldades enfrentados no cotidiano de trabalho se assemelham aos que as/os sujeitos de pesquisa evidenciaram no estudo. Ou seja, vivia-se um momento em que, ao estudar e produzir a dissertação, conseguia-se decifrar e identificar a realidade em que eu também visualizava no cotidiano de trabalho. Faz-se esse resgate, pois, aqui talvez se reafirme a importância de manter o estudo acadêmico como sendo um instrumento para decifrar a realidade, resisti-la e transformá-la.

No entanto, não é um processo de intenso prazer. Pelo contrário, é um processo em que, por vezes, nos sentimos impotentes, subalternos, sem força e sozinhos; processos estes em que nos alienamos, adoecemos e, por vezes, nos individualizamos. Assim, diante dessa ofensiva, garantir a direção profissional hegemônica se torna ainda mais desafiador, haja vista estes tempos em que se vive a intensificação da precarização nos processos de trabalho, a exigência por profissionais polivalentes e multifuncionais que coaduna a uma crescente intensificação da exploração da força de trabalho, diminuição dos salários, empregos

com vínculos de trabalho cada vez mais fragilizados convergindo com a regressão dos direitos trabalhistas.

Assim, entende-se que a discussão realizada neste trabalho contribui para o adensamento da reflexão acerca do trabalho de assistentes sociais na perspectiva da ética profissional, apontando para a necessidade da continuidade de estudos sobre a temática, a fim de compreender os desdobramentos no campo do trabalho profissional de modo que subsidie a formulação de estratégias de resistência e transformação.

A construção do conhecimento requer tempo e sucessivas aproximações com o objeto de estudo, e não se tem a pretensão de esgotar as análises neste trabalho. Aqui se evidenciam os achados que se consideram fundamentais nesta perspectiva de sistematização das conclusões deste estudo, justamente por entender que a ciência é movimento e se constrói coletivamente a partir da realidade social.

Por mais que este trabalho seja resultado do esforço individual, da ousadia de aluno e orientadora e das reflexões realizadas no âmbito do processo de orientação, não se nega a sua dimensão coletiva, pois é resultado de um intenso processo de construção coletiva a partir da realidade de assistentes sociais, bem como férteis reflexões realizadas no mestrado, grupo de pesquisa e demais espaços informais.

Assim, para elucidar as considerações finais deste estudo, resgata-se o problema de pesquisa: como se expressa a ética profissional no trabalho de assistentes sociais e quais são os desafios e perspectivas para a sua efetivação?

Bem, para responder ao problema de pesquisa, se faz necessário, evidentemente, destacar que se entende a ética como capacidade de reflexão sobre a moral, mediante a eleição de valores, princípios e normas. Ou seja, a reflexão ética se dá a partir da moral, ou, das morais, as quais são mutáveis e acompanham a processualidade das relações histórico-sociais.

Por sua vez, a ética profissional é um desdobramento do pensamento ético e aplica-se às profissões, a fim de delinear e construir valores, princípios e normas a um determinado corpo profissional. Ademais, entende-se a ética profissional a partir de três dimensões, sendo i) *dimensão filosófica* que diz respeito às bases teóricas que fundamentam a reflexão ética que permite a apreensão dos valores, princípios e modos de ser ético-morais, oferecendo as bases para uma concepção ética, ii) a *dimensão do ethos profissional*, ou o modo de ser da profissão, que concerne à moralidade profissional que expressa a consciência moral de seus agentes objetivada

na teleologia profissional, reproduz uma imagem social e cria expectativas e também concerne ao produto objetivo das ações profissionais individuais e coletivas, ou seja, suas consequências ético-políticas e iii) a *dimensão normativa*, cuja é objetivada no CE onde consta suas normas, direitos e deveres e possíveis penalidades.

Portanto, partindo do problema de pesquisa, pode-se construir o objetivo do estudo, o qual foi *analisar como se expressa a ética profissional no trabalho de assistentes sociais com a finalidade de refletir sobre desafios e perspectivas para sua efetivação em consonância com o PEPP*.

Contudo, destaca-se que o perfil das/os participantes do estudo corresponde se constitui majoritariamente por mulheres, solteiras, autodeclaradas brancas, se identificam com a religião católica, cuidadoras, com idade entre 36 e 50 anos, graduadas entre 2011 e 2021, na modalidade presencial e com alguma pós-graduação lato-sensu. O perfil “predominante” forneceu subsídios para discutir diversos marcadores que constituem a gênese e acompanham o desenvolvimento da profissão no Brasil, uma vez que a análise crítica de tais elementos conformam a identidade da profissão, que dialeticamente se constrói mediada pela divisão social, sexual e técnica do trabalho.

Evidencia-se que neste estudo, 75% das/os participantes estão inseridas/os no Setor Público, e o setor privado e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) tiveram representação de 12,5% igualmente.

As áreas mais representativas foram a Assistência Social (49,9%), seguida da Saúde (23,8%) e Educação (7,7%). Em relação aos serviços 59% (n=49) das/os trabalhadoras/es que mencionaram estarem inseridas/os na Assistência Social desenvolvem seu trabalho em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ao passo que 9,63% (n=9) trabalham em serviços de Acolhimento Institucional e 8,43% (n=7) no âmbito da gestão pública e/ou privada de serviços de assistência social. Já no âmbito da Saúde, 40% (n=16) mencionaram trabalhar em Hospitais, ao passo que 22,5% (n=9) em ESF/UBS. No âmbito da Educação 69,2% (n=9) indicaram que trabalham em escolas ou Universidades, ao passo que 30,7% (n=4) trabalham em secretarias municipais de educação.

A forma de inserção no trabalho é predominantemente por concurso público, representando 57,7%, seguido do vínculo celetista de 31%. Entretanto, chama-se

atenção às demais formas de inserção no trabalho, representada pelos seguintes vínculos: pessoa jurídica 4%; autônoma/RPS 2,4%; informal 1,8%; residência multiprofissional em saúde 1,2%; e contrato temporário, voluntariado e cargo comissionado com 0,6% cada, totalizando 1,8% da amostra.

Em relação à contratação dessas/es profissionais, fora possível verificar que 80,4% são contratadas/os enquanto assistentes sociais, 7,1% são contratadas/os para ocupar espaços de gestão, 3,6% como técnico/a social, 3% como analista no seguro social com formação em Serviço Social, 1,2% como analista social e 4% em outras funções.

No que tange à quantidade de vínculos de trabalho, 82,7% (n = 139) possuem apenas um vínculo, 14,9% (n = 25) possuem dois vínculos e 2,4% (n = 4) possuem mais de dois vínculos de trabalho. Em relação à carga horária desempenhada, verificou-se que apenas 33,9% possuem as 30 horas semanais garantidas. Ao passo que 44,6% trabalham de 31 a 44 horas semanais, 17,3% menos de 30 horas semanais e 4,2% mais de 44 horas semanais de trabalho. Nesse sentido, reflete-se sobre o tensionamento e estratégias de aviltamento das trinta horas semanais conquistados pela categoria profissional, mediante a promulgação da Lei 12.317/2010.

A faixa salarial mais representativa no estudo foi a de 4 a 10 salários-mínimos com 48,8%, seguida de 37,5% representada por 2 a 4 salários-mínimos, 7,7% com até 2 salários-mínimos, 5,4% de 10 a 20 salários-mínimos e 0,6% acima dos 20 salários-mínimos. Ademais, destaca-se que neste estudo, as/os assistentes sociais com os menores salários, ou seja, de até 2 SM, estão inseridas/os no âmbito da assistência social privada, sob vínculos CLT, RPA ou informais; já as/os assistentes sociais com maiores salários, ou seja, acima de 10 SM, estão inseridas/as, em sua maioria, no âmbito das políticas públicas de Saúde, Previdência Social, Sociojurídico e Segurança Pública, sob vínculos estatutários.

No que tange às condições éticas e técnicas para o trabalho, distinguiu-se entre o trabalho presencial e remoto. Considerando o cenário do trabalho presencial, 30,4% concordam que possuem todas as condições éticas e técnicas para o trabalho, ao passo que 29,8% concordam totalmente. Considerando a modalidade remota de trabalho, 26,2% são indiferentes, 24,4% concordam, 20,8%.

Destaca-se que em relação à modalidade de trabalho durante o período da pandemia, foi possível constatar que 58,3% (n = 98) das/os respondentes

permaneceram em trabalho presencial, ao passo que 35,1% (n = 59) em trabalho intercalado e apenas 6,5% (n = 11) em trabalho remoto.

Quanto à apreensão de assistentes sociais acerca da ética profissional percebeu-se que distintas perspectivas se fizeram presentes. Entretanto, houve uma preponderância da relação entre ética profissional e sua dimensão normativa, haja vista que uma parcela das/os participantes concebe a ética profissional como sendo um conjunto de normas e regras a ser seguido/adotado no exercício da profissão, sendo capaz de “regular” o comportamento e conduta profissional, de modo em que se respeite hierarquias e usuários.

Ademais, também pode-se refletir sobre o sigilo e sua relação com a ética profissional, uma vez que fora constatado que existem distintas perspectivas sobre o sigilo profissional. Desse modo, a questão do sigilo profissional, muitas vezes, foi citada de maneira descolada de uma reflexão ética, ou seja, através de uma concepção sustentada como se a ética – ou a redução da ética ao sigilo – é questão meramente técnica ou procedimental, indicando uma imprecisão do que venha a ser sigilo profissional. Também se visualiza outra tendência que é demarcada pelo respeito às informações que as/os profissionais têm acesso em decorrência do exercício da profissão, na relação direta com a população usuária e com outras/os profissionais.

Entretanto, também se destaca a apreensão de que a ética é uma possibilidade de tensionar o modo de produção capitalista, ficando nítida a apreensão da ética profissional vinculada ao projeto profissional hegemônico. Portanto, há uma vinculação aos princípios adotados pela categoria profissional e que estão expressos no PEPP e no Código de Ética de 1993.

Neste estudo, a maioria ampla das/os participantes concebem que o PEPP do Serviço Social é importante para categoria profissional, o que também possibilita refletir sobre a hegemonia deste projeto de profissão que é, sem dúvida, resultado da luta política que decorre do Movimento de Reconceituação, bem como do projeto de intenção de ruptura com as bases conservadoras.

Contudo, também fora demonstrado um dado muito preocupante, haja vista uma tendência a adesão formal da ética profissional, pois 31,5% das/os assistentes sociais, ao serem questionadas/os sobre as possibilidades de efetivar a dimensão ética da profissão mesmo quando os valores pessoais se contrapõem aos valores

profissionais, responderam que concordam totalmente que isso seja possível, ao passo que 26,8% concordaram, 21,4% discordaram 12,5% discordaram totalmente e 7,7% são indiferentes.

No entanto, contraditoriamente ao passo em que assistentes sociais concordam que estes valores possam se efetivar através de suas ações profissionais, mesmo quando os valores pessoais se contrapõem; 72,6% responderam que seus valores pessoais estão de acordo com os valores éticos profissionais.

Destaca-se que os valores éticos de uma profissão só se consolidam quando vivenciados no âmbito de situações concretas. Quando não se percebe esta transposição da perspectiva abstrata e teórica para aplicação direta, pode-se incorrer na minimização da apreensão desta dimensão. Assim, não raras às vezes, percebe-se a adesão ao PEPP de forma restrita, ficando no campo meramente formal ou de reprodução de um conteúdo prescritivo que se afasta do que compreende essencialmente o *ethos* profissional.

Também fora possível identificar expressões da reatualização do conservadorismo profissional, na medida em que uma parcela das/os participantes do estudo mencionaram que o Serviço Social carece de “evolução”, indicando que há um “engessamento” no pensamento e agir profissional.

Através deste estudo desvenda-se que os desafios éticos que se apresentam no cotidiano profissional impactam na saúde mental, motivam para a busca de estratégias para superação dos desafios éticos e geram um sentimento de incompetência e inseguranças. Entretanto, destaca-se que houve uma alta incidência de participantes que mencionaram sentir impactos na saúde mental, o que pode, dentre outros aspectos, incidir sobre a perda da razão social do trabalho, ou seja, impacta também na perda de sentidos do trabalho profissional.

Deste modo, fica evidente que a categoria profissional, assim como o conjunto da classe trabalhadora, vem experimentando distintos impactos dos desafios éticos na vida e no trabalho, seja em relação ao adoecimento, motivação ou estratégias de resistência, sentimento de incompetência, inseguranças, dentre outras.

Portanto, entende-se que com a agudização das expressões da questão social, o aumento das demandas institucionais e da população usuária, aliada à escassez de condições mínimas de trabalho (físicas, humanas e financeiras), aumentam-se os desafios éticos e, por consequência, refletem nas condições de garantir o exercício

profissional na perspectiva do PEPP. Deste modo, infere-se que os desafios éticos profissionais têm contribuído, por um lado, para a permanente produção de desgastes físicos e mentais, desencadeando processos de sofrimento no/do trabalho, gerando sentimentos de incompetência, insegurança e medo; e por outro lado, também faz com que se busquem alternativas para superação dos desafios, por meio de estratégias de resistências, sejam elas individuais e/ou coletivas.

Em relação as estratégias utilizadas para o enfrentamento dos desafios éticos vivenciados no cotidiano profissional, fora possível constatar que 59,5% das/os participantes indicaram que são estratégias tanto individuais, quanto coletivas. Ao passo que 28% apenas coletivas, 7,1% apenas individuais e 5,4% nenhuma das alternativas. Assim, entende-se que para a construção de possibilidades reais de análise, resistências e superação de desafios no cotidiano do trabalho, há de se fortalecer a participação em espaços coletivos, tanto da categoria profissional quanto dela articulada aos demais movimentos da classe trabalhadora.

Também se evidencia a participação em espaços político-organizativos, uma vez que 67,9% participam de algum espaço e 32,1% não participam de nenhum espaço, sendo que estes conformam o envolvimento com o conselho de classe, conselhos de direitos, sindicatos, fóruns e frentes de luta.

Com o presente estudo, acredita-se que será possível fomentar a discussão acerca da ética profissional no trabalho, subsidiando a reflexão sobre os processos que se atravessam no cotidiano de assistentes sociais e incidem nas formas de exercer o trabalho profissional. Assim, possibilitará o fortalecimento da discussão acerca da dimensão ética no trabalho profissional bem como os desafios postos no cotidiano do trabalho para a materialização dos valores éticos incorporados no CE da profissão.

Entende-se que o contexto atual demarcado pela pandemia da Covid-19, trouxe limitações ao estudo, uma vez que se compreende que a realização do grupo focal traria subsídios para o adensamento da análise e discussão das categorias. Entretanto, reitera-se que as informações obtidas através do questionário online foram trabalhadas no sentido de fornecer sólidas contribuições para a categoria profissional.

Desse modo, a guisa de concluir, retoma-se o título dado a esta dissertação que se inspira<sup>29</sup> na tragédia Grega de Édipo Rei, “Decifra-me, ou te devoro: o enigma da esfinge”, em que não se tem a pretensão de acreditar que com este estudo fora possível decifrar por completo esta realidade - que é dialética e contraditória -, porém, acredita-se que por meio do processo investigativo fora possível avançar no que se refere ao desvendamento da realidade, ultrapassando o aparente e encontrando importantes elementos para avançar e resistir. No entanto, esta dissertação se conclui, mas a provocação e os desafios de decifrar as esfinges que se apresentam no tempo presente, devem permanecer; ou seja, é preciso estar atento e vigilante, decifrar reiteradamente o neofascismo, o neoconservadorismo, os tentáculos do ultra neoliberalismo, os níveis de alienação que nos abduzem cotidianamente, a precarização do trabalho, o conservadorismo moral, dentre outros, que se expressam de diferentes formas no cotidiano e nas relações sociais. Portanto, acredita-se que só mantendo o processo permanente de decifrar a realidade concreta a partir de uma perspectiva crítica, que será possível que não sejamos devorados e possamos nos manter na luta por uma nova sociabilidade.

---

<sup>29</sup> Inspiração esta que veio a partir do estudo do livro “Ética: fundamentos sócio-históricos”, em que a autora cita o Mito Grego, relacionando-o com o estudo dos fundamentos éticos (BARROCO, 2010).

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 23 de abril de 2021.

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro**: ruptura com o conservadorismo, São Paulo: Cortez, 2019.

ALVES, G. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. In: **Blog da Boitempo**. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/> . Acesso em maio de 2022.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** - ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. - 16ª ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.

BARROCO, M. L. S. **Ética**: Fundamentos sócio-históricos. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, v. 124, n. 124, p. 623–636, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.042>.

BARROCO, M. L. S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**. n. 143, p. 12-21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.268>.

BATISTA, D. B. **Serviço Social e religião**: a influência religiosa no exercício

profissional de assistentes sociais. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Ivonete Soares Coelho. 2016, p. 105. Dissertação – Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte (UERN), Mossoró/RN, 2016.

BONFIM, P. **Conservadorismo moral e Serviço Social**: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2015.

BONETTI, D. (orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. – 13 ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.043>

BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.093>.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. **Política Social: fundamentos e história**. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 66–83, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.238> .

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103/2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm). Acesso em janeiro de 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95/2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em janeiro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.467/2017**. Reforma Trabalhista. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: janeiro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.662/1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm). Acesso em: 20 de abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510**, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRISOLA, E. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. **SER Social**, v. 14, n. 30, p. 127–154, 2012. DOI: 10.26512/ser\_social.v14i30.12824. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12824](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12824) . Acesso em: 20 fev. 2022.

CANTALICE, L. B. O. O neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, p. 231-259. jul./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n32p231-259>

CAMARGO, M. A. B. C. A. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão. **Serviço Social & Sociedade**. n. 142, p. 488-507, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.261>.

CARDOSO, P. F. G. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação, **Revista Katálysis**. Florianópolis, 2017, v. 20, n. 3, p. 325–334. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p325> .

CARDOSO, P. F. G. **Ética e Projetos Profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2013.

CARDOSO, P. F. G.; NUNES, H. H. P.; RODRIGUES, T. F. Serviço Social e formação permanente: possibilidades de superação de cotidianos de alienação. **Revista Katálysis**. Florianópolis, 2020, v. 23, n. 01, p. 72-80. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p72> .

CARTAXO, A. M. B.; MANFROI, V. M.; SANTOS, M. T. Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social. **Revista Katálysis**. 2012, v. 15, n. 2, p. 239-253. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000200010>.

CAVALCANTE, G. M. M.; PREDES, R. A Precarização do Trabalho e das Políticas Sociais na Sociedade Capitalista: Fundamentos da Precarização do Trabalho do Assistente Social. **Libertas**, Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 1 - 24, jan-jun / 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18195>. Acesso em mar. 2022.

CISNE, M; CANTALICE, L. B. O; ARAÚJO, L. “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. **Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 307-327, jul. / dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.32167>

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CLOSS, T. T.; REIDEL, T.; CORRÊA, L. D. 25 anos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS: desafios para uma formação crítica e dialética no Serviço Social. In: PRATES, J. C. et al (orgs.). **Serviço Social, economia política e marxismo**. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2021. p. 59 – 80.

CORRÊA, L. D.; REIDEL, T. Perfil, condições e relações de trabalho de assistentes sociais gaúchos(as). **Temporalis**, Brasília (DF), v. 21, n. 41, p. 136-154, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n41p136-154> .

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional dos assistentes sociais 1947**. Brasília: CFESS. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP\\_1947.pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_1947.pdf). Acesso em: out. 2020

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do assistente social 1986**. Brasília: CFESS. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP\\_1986.pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_1986.pdf). Acesso em: out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Conjunto CFESS-CRESS lança material especial para o maio da categoria! 2022** - Brasília: CFESS. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1891>. Acesso em: mai. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS) 10ª REGIÃO. **Relatório de Gestão do exercício de 2020**. Porto Alegre. Disponível em: [http://www.cressrs.org.br/arquivos/n\\_noticias/RELAT%C3%93RIO%20DE%20GEST%C3%83O%20EXERC%C3%8DCIO%202020.pdf](http://www.cressrs.org.br/arquivos/n_noticias/RELAT%C3%93RIO%20DE%20GEST%C3%83O%20EXERC%C3%8DCIO%202020.pdf). Acesso em 05 de abril de 2021.

COUTO, M. **Os sete sapatos sujos**. Aula de Sapiência, 2005. Disponível em: <https://www.contioutra.com/ossete-sapatos-sujos-por-mia-couto/>. Acesso em março de 2021.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? In: **Cad. CRH [online]**. 2011, vol.24, n. spe1, pp. 37-57. ISSN 0103-4979. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004> . Acesso em maio de 2022.

FAERMANN, L. A.; DE MELLO, C. C. V. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 15, n. 1, p. 96-113, 30 maio 2016. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2016.1.23035>

FAGUNDES, A. S.; WÜNSCH, D. S. Processos de trabalho coletivo em saúde e o trabalho do/a assistente social: os fios (in)visíveis que materializam o conceito ampliado de saúde. **Serviço Social e Saúde**, v. 19, p. e020009, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/sss.v19i0.8665367>

FORTI, V.; FERREIRA, B. S. Notas introdutórias sobre o exercício profissional: reflexões sobre o serviço social, a ética profissional e a execução penal. In: **Anais XVI ENPESS**, Vitória/ES: 2018.

FRANCO, T; DRUCK, M.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, 35 (122), p. 229-248, 2010.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006> . Acesso em maio de 2022.

FREITAS, R. M. Serviço Social, Assistência Social e a pandemia da COVID-19: desafios e apontamentos. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 653-676, jul. / dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2021.v21.34059>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.

GOIN, M. Tendências atuais no ensino dos Fundamentos do Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 1-12, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.35948> .

GUEDES, O. S. Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1947e 1965. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 43-58, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2016.1.24058> .

GUERRA, Y. (4 de maio de 2017). 1 vídeo (100min. 36 s.). **Ética e sigilo profissional**. Fonte: Publicado pelo canal CRESS-MG: <https://www.youtube.com/watch?v=rb1QGqVw6A0> . Acesso em 20 de fev. de 2022.

GUERRA, Y. D. A. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. A. et al. (Orgs). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. – 10 ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 20. Ed. - São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2007.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil, **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 21, p. 117–140, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD, 2009.

IANNI, Octávio, A construção da categoria, **Revista HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 41e, p. 397–416, 2011.

KOSIK, K. **A dialética do Concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KILDUFF, F.; FERNANDES, I.; SIMAS, F. N. Ética, direitos humanos e trabalho profissional: ações CRESS/RJ. In: Anais **XVI ENPESS**. Vitória/ES, 2018.

LEFEBVRE, H. Lógica formal e lógica dialética. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEWGOY, A. M. B.; MACIEL, A. L. S.; REIDEL, T. A formação em Serviço Social no Brasil: Contexto, conformação e produção de conhecimento na última década. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 25, n. 13, p.91-111, 2013.

LEWGOY, A. M. B.; REIDEL, T. **Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Formação e Exercício Profissional no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2018. 18 slides.

LEWGOY, A. M. B.; SOUZA, M. A. S. L. de. Fundamentos, formação e trabalho profissional: tendências e perspectivas da produção do conhecimento do Serviço Social. In: GUERRA, Y. A. et al. (Orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

LIEDKE, E. R. Trabalho. In: CATTANI, Antônio D. **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. - Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.

LISBOA, Teresa Kleba, Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista Katálysis*. V. 13, n.1, Florianópolis, 2010.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Revista Temas de ciências Humanas**, n. 4, p. 1-18, São Paulo: Ciências Humanas. 1978.

MATOS, M. C, de. **Serviço Social, ética e saúde**: reflexões para o exercício profissional. 1ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2013.

MATHIS, A. et al. Código de Ética Profissional: um tema em questão na produção do Serviço Social. In: CUNHA, M. G. N. C. et al. **PROCAD Amazônia: formação e trabalho do assistente social no norte e sul do Brasil**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5ª ed. - São Paulo: Atlas, 2003

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. – [4. Reimpr.]. - São Paulo: Boitempo. 2010.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. - 36ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 68 p.

MENDES, J. M. R.; WÜNSCH, D S.; REIDEL, T. Condições de trabalho e saúde dos (as) trabalhadores (as) nas políticas sociais: contribuições para pensar a educação no/do trabalho In: FERNANDES, Rosa M. C. (org.). **Educação no/do Trabalho no Âmbito das Políticas Sociais**. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

MERLIN, N. **Do culto ao eu à passividade social**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/do-culto-ao-eu-a-passividadesocial/>. Acesso em fevereiro de 2021.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 33ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOREIRA, T. W. F.; CAPUTI, L. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n32p97-121> .

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, J. P. Ética e crise dos projetos de transformação social. In: BONETTI, D. A et al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. **Marx, nosso contemporâneo**. Youtube. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=mn-3\\_NTbbvI](https://www.youtube.com/watch?v=mn-3_NTbbvI). Acesso em outubro de 2021. (21min:08seg).

OLIVEIRA, E. M. A. P.; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão, **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 143–163, 2017.

OXFAM. **Quem paga a conta? Taxar a riqueza para enfrentar a crise da Covid-19 na América Latina e Caribe**. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/quem-paga-a-conta/>. Acesso em abril de 2021.

PRATES, J. C. **Possibilidades de mediações entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. 2003. 252 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 2003.

PRATES, J. C. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. In: **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. Ano V, n. 9, jan./jun., 2005. Recife: Universitária da UFPE, 2005.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 420–437, 2011.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 134–152, 2021.

REIDEL, Tatiana. **A indissociabilidade entre o Projeto Ético-Político e a formação profissional**: uma materialização em xeque. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2010.

REIDEL, T.; FAGUNDES, A. S.; SANTOS, C. M. R.; FRAGA, E. W. **A dimensão ética na formação de assistentes sociais na Espanha: dados preliminares de pesquisa internacional**. In: Conjuntura e Produção de conhecimento sobre Formação em Serviço Social na Pós-graduação, 2020, Porto Alegre. Seminário GEFESS / FORMASS, 2020.

SANTOS, D. R. **Ética e Serviço Social**: um estudo introdutório a partir de György Lukács. Campinas: Papel Social, 2018

SANTOS, A. J. *et al.* Apontamentos críticos sobre “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 29, ed. 2, p. 739-762, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/23054/17520>. Acesso em: 22 maio 2022.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, M. O. S (Coord.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, L. B. Trabalho: notas sobre fundamentos ontológicos e históricos. **RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. II, nº 02, p. 187-201, jan.-jun./2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43977>. Acesso em jan. 2022.

SIMIONATTO, I. Antônio Gramsci e a ruptura com o conservadorismo profissional. In: **I Ciclo de Debates dos Fundamentos do Serviço Social - Interloquções da profissão com o marxismo**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=POLYyveBJmY> . Acesso em 10/11/2020.

SIMIONATTO, I. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, Y. A. et al. (Orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

SOBRINHO, J. I. L.; LIMA, R. L. L. Os desdobramentos do *ethos* idealista-formal no trabalho dos/as assistentes sociais. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 28-44, jul./dez. 2018.

SOARES, R. C.; CORREIA, M. V. C.; SANTOS, V. M. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Serviço Social & Sociedade**. 2021, n. 140, p. 118-133. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.241> .

SOUZA, E. A.; SILVA, M. L. O. Cipoal da insegurança: capitalismo flexível, neoliberalismo e as condições de trabalho de assistentes sociais que atuam na Seguridade Social. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 221 – 248.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

TONIOLLO, C. **Sigilo Profissional e Serviço Social**: fundamentos políticos e regulamentação ética. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo. 705 p., 2020.

TONIOLO, C. O sigilo na legislação do Serviço Social brasileiro e os conselhos profissionais: relato de uma experiência nos anos 2010. **Libertas**, v. 21, n. 2, p. 746–771, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/34611> . Acesso em: 20 fev. 2022.

VÁSQUEZ, A. S. **Ética**. Tradução de João Dell’Anna. - 38. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

WÜNSCH, D. S.; MENDES, J. M. R.; REIDEL, T.; FAGUNDES, A. S.; DEVIT, T. V. Assistentes sociais na Política de Saúde da região sul/Brasil: aproximações sobre condições de trabalho e saúde. In: **Anais do IX CONASSS**, 2020.

WÜNSCH, D. S.; MENDES, J. M. R. Os elementos constitutivos do Processo de Trabalho. In: LEWGOY, A. M. B.; CARLOS, S. A. **Supervisão de estágio em Serviço Social: uma perspectiva de formação permanente**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

YAZBECK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. A. et al. (Orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

## APÊNDICES

### Apêndice A - TCLE do questionário online

**Pesquisa:** A ética no trabalho DAS/OS assistentes sociais: possibilidades e desafios para sua materialização.

O presente termo de consentimento se refere a um convite para que você participe da pesquisa intitulada “A ética no trabalho DAS/OS assistentes sociais: possibilidades e desafios para sua materialização”, tendo como pesquisadora coordenadora Profa. Dra. Tatiana Reidel e, na equipe, o mestrando Anderson da Silva Fagundes, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O estudo tem como objetivo geral: Analisar como se expressa a ética profissional no trabalho de assistentes sociais com a finalidade de refletir sobre desafios e perspectivas para sua efetivação em consonância com o PEPP.

A coleta de dados ocorrerá por meio de questionário eletrônico a ser respondido por assistentes sociais que estejam exercendo a profissão no âmbito do estado do Rio Grande do Sul. Será utilizado a plataforma Google Forms para coleta e armazenamento de dados. Os materiais coletados ficarão armazenados no Anexo da Saúde da UFRGS, Rua Ramiro Barcelos 2770, sala 318, sob a responsabilidade da professora coordenadora pelo período de cinco anos. Desta forma, convidamos você para colaborar por meio do preenchimento do questionário, com duração aproximada de 30 minutos.

A participação oferece risco mínimo de possível desconforto, relacionado ao tempo de realização da entrevista e, talvez, com algum conteúdo em relação a sua formação ou trabalho sendo que se ocorrerem estas situações os pesquisadores se responsabilizarão em atender a situação de desconforto. Caso venha a ocorrer, poderão ser contatados pelo e-mail e telefone disponibilizados neste TCLE. Caso demande atendimento específico, os pesquisadores farão encaminhamento à rede pública de saúde. Destaca-se a garantia da liberdade, que possibilita interromper ou sair do estudo a qualquer momento da pesquisa, sem ônus. No processo de análise e produção/publicação posterior à pesquisa, será mantido o sigilo quanto a sua identidade. Os benefícios em participar da pesquisa constituem em contribuir para a apreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento sobre o

trabalho de assistentes sociais na perspectiva da ética profissional, bem como os desafios cotidianos no âmbito do trabalho.

A participação no estudo não acarretará custos para participantes, bem como este não haverá ressarcimento pela participação. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Profa. Dra. Tatiana Reidel pelo telefone 51 - 3308.5700 e pelo e-mail tatyreidel@gmail.com ou com o pesquisador Anderson da Silva Fagundes pelo e-mail anderson.fagundes@outlook.com, ou contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos 2600, Santana – Porto Alegre/RS - telefone 51 - 33085698).

Sendo assim, pelo presente TCLE declaro que fui informada/o sobre os objetivos deste estudo de maneira clara e detalhada e concordo em participar do mesmo. Fui igualmente informada e esclarecida sobre a garantia de poder retirar meu consentimento em participar da pesquisa, de solicitar informações sobre este estudo pelos contatos acima indicados. Concordo com a utilização dos dados e resultados da pesquisa para elaboração de material de ensino em Serviço Social, artigos e publicações divulgando e socializando os achados da mesma.

Se perceber danos decorrentes da sua participação na pesquisa, você pode buscar os seus direitos conforme a legislação brasileira (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954; e Resolução CNS no 510 de 2016, Artigo 19).

Sugere-se que após consentir ao TCLE, imprima ou salve em arquivo digital uma via deste documento e guarde para si.

Li e concordo com o TCLE.

<b>Nome:</b>
<b>Assinatura:</b>
<b>Local:</b>
<b>Data:</b>

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO ONLINE

### Caracterização das/os participantes

#### **1. Em qual cidade do RS você trabalha?**

Texto de resposta curta.

##### **1.1. A cidade que você reside é a mesma onde trabalha?**

Múltipla escolha: sim; não.

#### **2. Em qual ano você concluiu a graduação?**

Múltipla escolha: Antes de 1990; Entre 1990 a 1999; Entre 2000 e 2010; Entre 2011 a 2021.

#### **3. Qual teu nível de formação?**

Caixa de seleção: Graduação; Especialização; Mestrado; Doutorado;

#### **4. Em qual modalidade de ensino realizou a graduação?**

Múltipla escolha: presencial; semipresencial; educação à distância.

#### **5. Qual é a sua identidade de gênero?**

Múltipla escolha: Mulher cisgênero; Homem cisgênero; Mulher transgênero; Homem transgênero; Não-binário; Prefiro não dizer.

#### **6. Qual a sua orientação sexual?**

Múltipla escolha: Bissexual; Heterossexual; Homossexual; Pansexual; Prefiro não dizer.

#### **7. Qual a sua faixa etária?**

Múltipla escolha: De 18 a 24 anos; de 25 a 35 anos; de 36 a 50 anos; de 51 a 65 anos; A partir de 66 anos.

#### **8. Segundo critério do IBGE, qual sua raça/cor?**

Múltipla escolha: Amarela; Branca; Indígena; Parda; Preta.

##### **8.1 Se estiver em desacordo com a classificação do IBGE, qual sua raça/cor?**

Texto de resposta curta.

#### **9. Estado civil:**

Múltipla escolha: Casada/o; Divorciada/o; União Estável; Separada/o; Solteira/o; Viúva/o; Prefiro não declarar.

#### **10. Na sua residência você se responsabiliza pelo cuidado de alguém?**

Múltipla escolha: sim; não.

##### **10.1. Se sim, quem?**

Caixa de seleção: Criança e/ou adolescente; Pessoa com deficiência; Pessoa idosa; outros.

#### **11. É praticante de alguma religião?**

Múltipla escolha: sim; não; prefiro não informar.

### **11.1 Se sim, qual religião?**

Múltipla escolha: Budista; Católica Romana; Candomblé; Espírita; Evangélica; Evangélica Pentecostal; Islâmica; Judaica; Católica Ortodoxa; Umbanda; Testemunha de Jeová; Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias; Tradições Indígenas; Outra.

### **Sobre o trabalho profissional:**

### **12. Qual o setor que trabalhas?**

Múltipla escolha: Público; Privado; Terceiro Setor.

### **13. Qual é a área que desempenhas o teu trabalho?**

Múltipla escolha: Assistência Social; Saúde; Previdência Social; Habitação; Educação; Políticas Ambientais e de Saneamento; Sociojurídico; Movimentos Sociais; outros.

### **14. Especifique o serviço em que trabalha?**

Múltipla escolha: CRAS; CREAS; Serviço de Acolhimento Institucional; ESF/UBS; Serviço Especializado de Saúde; Hospital; Programa de Atenção Domiciliar; INSS; Escola ou Universidade; Sistema Prisional; Instituição de Longa Permanência para Idosos; Clínicas de Saúde Especializadas; Empresa Privada; outros.

### **15. Forma de inserção no trabalho**

Múltipla escolha: Concurso Público; CLT - Contrato temporário; CLT - Contrato por tempo indeterminado; Pessoa Jurídica; informal; outros.

### **16. Qual a função que ocupa?**

Múltipla escolha: Assistente Social; Analista Social; Técnico/a Social; Gerente de Serviços Sociais; Gestor/a; Outros.

### **17. No período da pandemia do COVID-19, qual a modalidade de trabalho?**

Múltipla escolha: Trabalho presencial; Trabalho remoto; Trabalho intercalado (duas modalidades).

#### **17.1. Na modalidade presencial, tens todas as condições técnicas e éticas para o trabalho? (Conforme Res. CFESS nº 493/2006).**

Escala de Likert: 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

#### **17.2. Na modalidade remota, tens todas as condições técnicas e éticas para o trabalho? (Conforme Res. CFESS nº 493/2006)**

Escala de Likert: 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

### **18. Quantos vínculos de trabalho tu tens?**

Múltipla escolha: Apenas 1 vínculo; 2 vínculos de trabalho; Mais de 2 vínculos de trabalho.

**19. Qual a carga horária semanal desempenhada?**

Múltipla escolha: Menos de 30 horas semanais; 30 horas semanais; de 31 a 44 horas semanais; Mais de 44 horas semanais.

**19.1 Se mais de 44h semanais, quanto?**

Texto de resposta curta.

**20. Qual é a tua faixa salarial? (Considere o salário-mínimo nacional de R\$ 1.100,00)**

Múltipla escolha: Até 2 SM (Até R\$ 2.200,00); de 2 a 4 SM (R\$ 2.201,01 a R\$ 4.200,00); de 4 a 10 SM (R\$ 4.200,01 a R\$ 11.000,00); de 10 a 20 SM (R\$ 11.000,01 a R\$ 22.000,00); Acima de 20 SM (R\$ 22.000,01 ou mais).

**Ética Profissional do Serviço Social**

**21. Para você, o que é ética profissional?**

Texto de resposta longa.

**22. Em uma escala de 1 a 5, você considera importante a ética profissional do cotidiano de trabalho?**

Escala Likert:1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

**23. Na sua opinião, quais desses valores - 11 princípios fundamentais do CE de 1993 - são mais difíceis de consolidar no cotidiano do trabalho?**

Múltipla escolha.

**24. Na tua opinião, a ética profissional está restrita ao Código de Ética profissional de 1993?**

Escala Likert:1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

**25. Você considera que o Projeto Ético-Político do Serviço Social é importante para a categoria?**

Escala Likert:1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

**26. Você considera que é possível efetivar a dimensão ética da profissão mesmo quando seus valores pessoais se contrapõem aos valores profissionais?**

Escala Likert:1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

**27. Seus valores éticos pessoais estão de acordo com os valores éticos profissionais?**

Escala Likert:1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

**27.1 Se concorda parcialmente, indiferente, discorda ou discorda totalmente, comente o que se contrapõem:**

Texto de resposta longa.

**28. Na sua opinião, respeitar o Código de Ética profissional é suficiente para o exercício profissional ser ético?**

Escala Likert:1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

**29. Na sua graduação, a discussão da ética profissional esteve presente em grande parte do curso?**

Escala Likert:1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

**30. Quais são os maiores desafios éticos que tu encontras no cotidiano profissional? (separe a resposta por ponto e vírgula ou escreva uma frase)**

Texto de resposta longa.

**31. Quais são as precarizações vivenciadas no cotidiano do trabalho que interferem na efetivação da dimensão ética profissional?**

Caixa de seleção: Falta de condições físicas; Falta de recursos financeiros; Falta de recursos humanos; Gestores com valores conservadores; Vínculo com instituições religiosas; Falta de autonomia no trabalho; Baixa remuneração; Baixa satisfação no trabalho; Relações de trabalho conflituosas; Alta carga de trabalho; Instabilidade no trabalho; Gestão hierárquica; não compartilhamento da tomada de decisões (individualização do/da trabalhador/trabalhadora); outros.

**32. De que forma os desafios éticos impactam no teu cotidiano profissional?**

Caixa de seleção: Sentimento de incompetência; Impactos na saúde mental; me motivam para a busca de superação dos desafios éticos; me causam insegurança para lidar com os desafios éticos; não me afetam; outros.

**33. Quais são as maiores dificuldades encontradas no cotidiano do trabalho?**

Texto de resposta longa.

**34. As estratégias adotadas para análise e superação de desafios são:**

Múltipla escolha: Coletivas; individuais; ambas; nenhuma das alternativas.

**35. Participa de algum espaço político-organizativo da categoria?**

Múltipla escolha: sim; não.

**35.1. Se sim, qual desses espaços você participa?**

Caixa de seleção: CRESS; NUCRESS; Fóruns; Conselhos de Direitos; Sindicatos; outros.

**36. Tem disponibilidade de falar mais sobre a temática em um grupo focal online?**

Múltipla escolha: sim; não; talvez.

**37. Gostaria de registrar algo a mais sobre a temática do estudo?**

Texto de resposta longa.

## ANEXOS

### Anexo A - Parecer Comitê de Ética em Pesquisa

INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL -



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A ética no trabalho d(o)as assistentes sociais: possibilidades e desafios para sua materialização

**Pesquisador:** Tatiana Reidel

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 48358521.5.0000.5334

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia - UFRGS

**Patrocinador Principal:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.837.296

##### **Apresentação do Projeto:**

Enfatiza-se a necessidade de se pensar o trabalho profissional na perspectiva da ética profissional, situado nos marcos da sociabilidade capitalista, especialmente em tempos que se age e se fala em "nome da moral e dos bons costumes", expressão do conservadorismo moderno que na trama das relações sociais "reforça como determinante comum o profundo caráter contrarrevolucionário e sua estreita relação com a manutenção da ordem. E, ao esvaziar-se de um caráter reacionário, a viabilidade de sua articulação na defesa do capitalismo e sua aproximação ao liberalismo"

(CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 314). Sendo assim, optou-se em realizar interlocuções com o envolvimento em outras pesquisas, inserindo novos questionamentos, especialmente no que tange aos desafios éticos postos no cotidiano de trabalho, delimitando o recorte do estado do RS. Tal projeto demarca um compromisso e vinculação com a classe trabalhadora, reconhecendo-a e reconhecendo-se como tal. Demarca também o compromisso com a luta por uma sociedade sem classes, com bases emancipatórias, cuja liberdade é um princípio ético e político fundamental. A presente proposta de investigação possibilitará elaboração de Dissertação de Mestrado, sendo pré-requisito para obtenção do título de mestre em Política Social e Serviço Social, através do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Política Social e Serviço Social (PPG/PSSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116  
**Bairro:** Santa Cecília **CEP:** 90.035-003  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 4.837.296

**Objetivo da Pesquisa:**

Analisar como se expressa a ética profissional no trabalho de assistentes sociais com a finalidade de refletir sobre desafios e perspectivas para sua efetivação em consonância com o projeto ético-político profissional.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Apresenta risco mínimo às/aos participantes. Considerando a etapa do questionário, elenca-se risco mínimo, pois a temática aborda questões referente aos desafios éticos que os trabalhadores enfrentam em seu cotidiano de trabalho, se prevê que poderá causar algum desconforto nas/os participantes. Além do mais, em relação aos riscos no grupo focal online, a participação oferece risco mínimo de possível desconforto, relacionado ao tempo de realização do grupo focal e talvez com algum conteúdo em relação a sua formação ou trabalho sendo que se ocorrerem estas situações os pesquisadores se responsabilizarão em atender a situação de desconforto. Caso venha a ocorrer, poderão ser contatados pelo e-mail e telefone disponibilizados.

**Benefícios:**

No que tange aos benefícios, percebe-se que a contribuição para produção de conhecimento sobre o tema da ética profissional irá trazer subsídios para refletir acerca das particularidades desta dimensão no trabalho, possibilitando também elaboração de estratégias de educação e resistências para a categoria profissional a partir destes dados científicos. Sendo assim, nos comprometemos com a devolução dos dados da pesquisa para os grupos pesquisados, mediante estratégia inovadora a ser pensada coletivamente e, também, com a submissão de artigo para publicação em revista científica da área.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de um estudo que busca identificar aspectos éticos da prática do profissional de serviço social com base em levantamento de características dos entrevistados, bem como análise de Bardin para os participantes do grupo focal (etapa II) do estudo. A convocação dos participantes será via mídias sociais de participantes de um projeto de extensão.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória como a autorização da instituição de origem e o termo de consentimento livre e esclarecido contendo terminologia acessível aos participantes do estudo, adaptado às normas éticas e cultura locais, com riscos e benefícios, objetivos do estudo, possibilidade de retirada do consentimento em qualquer tempo, local e tempo de guarda das

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116  
**Bairro:** Santa Cecília **CEP:** 90.035-003  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 4.837.296

informações coletadas, garantia de anonimato, Endereço, telefone, e-mail dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local; Endereço, telefone, e-mail, dias e horários de atendimento do CEP e breve explicação sobre o que é o CEP (quando o protocolo utilizar metodologia referente à CNS 510/16); dados para contato com pesquisadores e com o comitê de ética em pesquisa estão presentes, assim como dados detalhados do projeto, dos pesquisadores e direito à solicitação de indenização pelo participante em caso de danos por meios judiciais e/ou extrajudiciais (conforme a legislação brasileira (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954; entre outras).

**Recomendações:**

No caso de obtenção de consentimento online, recomendamos que o pesquisador oriente os participantes do estudo a guardar cópia de todos os dados informados ao estudo, bem como do termo de consentimento livre e esclarecido.

**RECOMENDAÇÃO DURANTE PANDEMIA COVID-19**

Recomendamos verificar a pertinência e necessidade de adaptação da metodologia proposta pelo estudo em relação à pandemia da COVID-19.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Os documentos apresentados indicam que o presente projeto está em conformidade com a resolução 466/12.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e finais da pesquisa, por meio de Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório", para que sejam devidamente apreciados no CEP, conforme norma operacional CNS 001/13.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1774892.pdf	21/06/2021 19:32:05		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PP_Integra.pdf	21/06/2021 19:27:25	Anderson da Silva Fagundes	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	21/06/2021	Anderson da Silva	Aceito

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116  
**Bairro:** Santa Cecília **CEP:** 90.035-003  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL -



Continuação do Parecer: 4.837.296

Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	18:00:17	Fagundes	Aceito
Outros	AtaBancaQualiAndersonFagundes.pdf	20/06/2021 17:26:44	Anderson da Silva Fagundes	Aceito
Outros	ParecerBancaQualificacaoAndersonFagundes.pdf	20/06/2021 17:26:24	Anderson da Silva Fagundes	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	18/06/2021 20:59:59	Anderson da Silva Fagundes	Aceito
Outros	RoteiroNorteadorGrupoFocalOnline.pdf	18/06/2021 19:25:45	Anderson da Silva Fagundes	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	18/06/2021 19:25:22	Anderson da Silva Fagundes	Aceito
Outros	RoteiroQuestionarioOnline.pdf	18/06/2021 19:23:19	Anderson da Silva Fagundes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_QUESTIONARIO.pdf	18/06/2021 19:22:17	Anderson da Silva Fagundes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Grupo_Focal.pdf	18/06/2021 19:22:10	Anderson da Silva Fagundes	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PORTO ALEGRE, 09 de Julho de 2021

Assinado por:  
**Oriana Holsbach Hadler**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116  
**Bairro:** Santa Cecília **CEP:** 90.035-003  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br